



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE Pedagogia - Licenciatura

Realeza (PR), junho de 2022.



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Fernando Machado, 108 E
Bairro Centro – CEP 89802-112 – Chapecó/SC.

Reitor: Marcelo Recktenvald

Vice-Reitor: Gismael Francisco Perin

Pró-Reitor de Graduação: Jeferson Saccol Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Clevison Luiz Giacobbo

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Patricia Romagnolli

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Rosangela Frassão Bonfanti

Pró-Reitor de Planejamento: Everton Miguel da Silva Loreto

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Rubens Fey

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Claunir Pavan

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretor de *Campus*: Roberto Mauro Dallagnol

Coordenador Administrativo: Diego de Souza Boeno

Coordenadora Acadêmica: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenador Administrativo: Sandro Adriano Schneider



Coordenador Acadêmico: Marcio do Carmo Pinheiro

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Sandra Simone Hopner Pierozan

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Julio Cesar Stobbe

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Martinho Machado Junior

Coordenador Administrativo: Ronaldo José Seramim

Coordenador Acadêmico: Thiago Bergler Bitencourt

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



Sumário

1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	6
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	10
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	17
3.1 Coordenação de curso.....	17
3.2 Equipe de elaboração.....	17
3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular.....	17
3.4 Núcleo docente estruturante do curso.....	17
4 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO.....	19
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-político, Epistemológicos, Didático- pedagógicos, Legais e Institucionais).....	29
5.1 Referenciais ético-políticos.....	29
5.2 Referenciais epistemológicos.....	36
5.3 Referenciais didático-pedagógicos.....	40
5.4 Referenciais orientadores legais e institucionais.....	49
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	54
6.1 Geral:.....	54
6.2 Específicos:.....	54
7 PERFIL DO EGRESSO.....	57
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	62
8.1 Concepção de currículo.....	62
8.2 A docência na educação básica pública como foco da organização curricular.....	65
8.3 As articulações do currículo com a Educação Básica.....	66
8.4 A articulação com outras licenciaturas.....	67
8.5 A “prática” no curso de Pedagogia.....	69
8.6 A organização da pesquisa, extensão e cultura e sua integração com o ensino.....	72
8.7 Os domínios formativos e sua integração.....	79
8.8 A flexibilidade curricular.....	82
8.9 Oferta de componentes curriculares no formato semipresencial.....	84
8.10 Atendimento às legislações específicas.....	87
8.11 Matriz curricular.....	94
8.12 Rol de componentes optativos:.....	98
8.13 Resumo de créditos e carga horária dos estágios, ACCs e TCC.....	100
8.14 Análise vertical e horizontal da matriz curricular (representação gráfica).....	101
8.15 Modalidades de componentes curriculares presentes na matriz do curso.....	102
8.16 Componentes curriculares.....	105
9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	203
10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	208
11 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	210
12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	212
13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	218
14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	225
15 ANEXOS.....	233



1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do curso: Graduação em Pedagogia - Licenciatura

1.4 Grau: Licenciada (o) em Pedagogia

1.5 Título Profissional: Professora/Professor

1.6 Local de oferta: *Campus* Realeza

1.7 Número de vagas: 20 vagas

1.8 Carga-horária total: 3.390

1.9 Turno de oferta: Noturno

1.10 Tempo mínimo para conclusão do curso: 5 anos

1.11 Tempo máximo para a conclusão do curso: 10 anos.

1.12 Carga horária mínima por semestre letivo: 12 créditos
semestrais

1.13 Carga horária máxima por semestre letivo: 24 créditos

1.14 Coordenadora do curso: Cristiane de Quadros

1.15 Ato Autoriza Decisão: Nº 03/CONSUNI/UFFS/2021

1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como



base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Art. 30 da Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.



c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:

- **PROHAITI** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes Haitianos), que, criado em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil e instituído pela Resolução 32/2013 – CONSUNI, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes haitianos à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante haitiano que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.
- **PRO-IMIGRANTE** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes imigrantes) instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante imigrante que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.
- **PIN** (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA**



regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior Público e gratuito, desde a década de 1980. As mobilizações da sociedade civil organizada têm como marco o processo de redemocratização e a definição das bases da Constituição Federal de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essas mobilizações iniciais não surtiram efeitos em termos de criação de Universidade Pública Federal, mas geraram um conjunto expressivo de Universidades Comunitárias e Estaduais que passaram a fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mesmo que custeadas com recursos dos próprios cidadãos demandantes dos serviços. A tradição das comunidades locais e regionais de buscarem alternativas para seus problemas pode ter contribuído para que o Estado Brasileiro não respondesse de forma afirmativa a estas reivindicações, ainda mais em se tratando de regiões periféricas, distantes dos grandes centros, de fronteira e marcadas por conflitos de disputa de territórios e de projetos societários.

A predominância do ideário neoliberal nas discussões a respeito do papel do Estado nas dinâmicas de desenvolvimento das regiões fez com que os movimentos em busca de ensino superior público e gratuito sofressem certo refluxo na década de 1990. Porém os movimentos permaneceram ativos, à espera de um cenário mais favorável, que se estabeleceu ao longo da primeira década do século XXI.

Neste novo contexto, vários acontecimentos geraram uma retomada da mobilização em busca de acesso ao ensino superior público e gratuito como condição essencial para a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento destas regiões: a crise do ideário neoliberal na resolução dos históricos desafios enfrentados pelas políticas sociais; as discussões em torno da elaboração e da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior, mesmo que em instituições comunitárias; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a migração intensa da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; os



debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.

Movimentos que estavam isolados em suas microrregiões passaram a dialogar de forma mais intensa e a constituir verdadeiras frentes no embate político em prol da mesma causa. A disposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para ampliar, de forma significativa, o acesso ao ensino superior, especialmente pela expansão dos Institutos Federais de Educação e das Universidades Federais deu alento ao movimento. As mobilizações retornaram com muita força, embaladas por uma utopia cada vez mais próxima de ser realizada. Os movimentos sociais do campo, os sindicatos urbanos, as instituições públicas, privadas e comunitárias passaram a mobilizar verdadeiras “multidões” para as manifestações públicas, para a pressão política, para a publicização da ideia e para a criação das condições necessárias para a implantação de uma ou mais universidades públicas federais nesta grande região.

Esta mobilização foi potencializada pela existência histórica, no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, no Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste e Centro do Paraná, de um denso tecido de organizações e movimentos sociais formados a partir da mobilização comunitária, das lutas pelo acesso à terra e pela criação de condições indispensáveis para nela permanecer, pelos direitos sociais fundamentais à vida dos cidadãos, mesmo que em regiões periféricas e pela criação de condições dignas e vida para os cidadãos do campo e da cidade. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar a universidade pública para a região, destacam-se a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Este grande território que se organizou e se mobilizou para a conquista da universidade pública federal é berço de grande parte dos movimentos sociais do país, especialmente os ligados ao campo; é palco de lutas históricas pelo acesso à terra; é referência nacional na organização comunitária; é terreno fértil para a emergência de associações, grupos de produção e cooperativas que cultivam ideais de interação solidária e popular; é marcado pelas experiências das pequenas propriedades familiares, do pequeno comércio e da pequena indústria, que nascem da necessidade de organizar a vida em regiões periféricas e realizar a interação com “centros de médio e grande porte do país”; é palco das primeiras experiências de modernização da agricultura e da agroindústria, que geraram expansão dos processos produtivos, novas tecnologias e novas perspectivas de inclusão, mas também produziram o êxodo rural, as experiências



de produção integrada, as grandes agroindústrias, a concentração da propriedade e da riqueza gerada, grande parte dos conflitos sociais e o próprio processo de exclusão de parcelas significativas da população regional, que passou a viver em periferias urbanas ou espaços rurais completamente desassistidos; é espaço de constituição de uma economia diversificada que possibilita o desenvolvimento da agricultura (com ênfase para a produção de milho, soja, trigo, mandioca, batata...), da pecuária (bovinos de leite e de corte, suínos, ovinos, caprinos...), da fruticultura (cítricos, uva, pêsego, abacaxi...), da silvicultura (erva mate, reflorestamento...), da indústria (metal mecânica, moveleira, alimentícia, madeireira, têxtil...), do comércio e da prestação de serviços públicos e privados.

A partir do ano de 2006, houve a unificação dos movimentos em prol da Universidade Pública Federal nesta grande região visando constituir um interlocutor único junto ao Ministério da Educação (MEC). Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf–Sul/CUT e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento era composto pelo Fórum da Mesorregião, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três estados, por Igrejas, pelo Movimento Estudantil, pelas Associações de Prefeitos, por Vereadores, Deputados Estaduais e Federais e Senadores. O Movimento ganhou força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Como resultado da mobilização deste Movimento unificado, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Em nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, realizada em junho de 2007, propõe-se ao Movimento Pró-Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma Universidade, pois se tratava de um projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesorregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso, decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que



teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

A partir das tratativas estabelecidas entre o Ministério da Educação e o Movimento Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007. Esta comissão tinha três meses para concluir seus trabalhos, definindo o perfil de Universidade a ser criada. Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei 2.199/07, o ministro da Educação encaminhou o processo oficial de criação da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por intensa mobilização do Movimento Pró-Universidade no sentido de estabelecer o perfil da Universidade a ser criada, a localização de seus *campi* e a proposta dos primeiros cursos a serem implantados; pelo acompanhamento, no âmbito do governo federal, dos trâmites finais da elaboração do projeto a ser submetido ao Congresso Nacional; pela negociação política a fim de garantir a aprovação do projeto da Universidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em 15 de setembro de 2009, através da Lei 12.029, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e *Campi* em Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, tornando realidade o sonho acalentado por uma grande região do Brasil por quase três décadas.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ilvo Ristoff para o cargo de reitor *pro tempore* da UFFS, com a incumbência de coordenar os trabalhos para a implantação da nova universidade, sob a tutoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda em 2009 foram realizados os primeiros concursos e posses de servidores, estruturados os projetos pedagógicos provisórios dos cursos a serem implantados, definido o processo seletivo para o ingresso dos primeiros acadêmicos, estabelecidos os locais provisórios de funcionamento e constituída parte da equipe dirigente que coordenaria os primeiros trabalhos na implantação da UFFS.



No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco *Campi* da UFFS, com o ingresso de 2.160 acadêmicos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com a aplicação da bonificação para os que cursaram o ensino médio em escola pública. Em cada *campus* foi realizada programação de recepção aos acadêmicos com o envolvimento da comunidade interna e externa, visando marcar o primeiro dia de aula na Universidade. Em um diagnóstico sobre os acadêmicos que ingressaram na UFFS neste primeiro processo seletivo constatou-se que mais de 90% deles eram oriundos da Escola Pública de Ensino Médio e que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior.

O início das aulas também ensejou o primeiro contato mais direto dos acadêmicos e dos docentes com os projetos pedagógicos dos cursos que haviam sido elaborados pela comissão de implantação da Universidade com base em três grandes eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Os primeiros contatos foram evidenciando a necessidade de repensar os PPCs, tarefa que se realizou ao longo dos anos de 2010 e 2011, sob a coordenação dos respectivos colegiados de curso a fim de serem submetidos à Câmara de Graduação do Conselho Universitário para aprovação definitiva.

Nesta revisão consolidou-se uma concepção de currículo assentada em um corpo de conhecimentos organizado em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento. O Domínio Comum visa proporcionar uma formação crítico-social e introduzir o acadêmico no ambiente universitário. O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*. O Domínio Específico preocupa-se com uma sólida formação profissional. Compreende-se que os respectivos domínios são princípios articuladores entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fundantes do projeto pedagógico institucional.

A organização dos *campi*, com a constituição de suas equipes dirigentes, a definição dos coordenadores de curso e a estruturação dos setores essenciais para garantir a funcionalidade do projeto da Universidade foi um desafio encarado ao longo do primeiro ano de funcionamento. Iniciava-se aí a trajetória em busca da constituição de uma identidade e de uma cultura institucional.

A preocupação em manter uma interação constante com a comunidade regional no sentido de projetar suas ações de ensino, pesquisa, extensão e administração fez com



que a UFFS realizasse, ao longo do ano de 2010, a 1ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Foram dezenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a comunidade acadêmica, as entidades, as organizações e os movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os *campi* e concluído com eventos regionais que resultaram numa sistematização das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.

As primeiras ações da Universidade e a 1ª COEPE foram fundamentais para projetar o primeiro estatuto da UFFS. Através de um processo participativo, com o envolvimento de professores, de técnicos administrativos, de acadêmicos e de representação da comunidade externa, foi elaborado o Estatuto, que definiu os marcos referenciais básicos para a estruturação da nova Universidade. Compreendido em sua provisoriedade, a aprovação do primeiro estatuto permitiu que se avançasse para a estruturação das instâncias essenciais de funcionamento da Universidade, tais como o Conselho Universitário, os Conselhos de *Campus*, os Colegiados de Curso e a própria estrutura de gestão da UFFS.

A grande inovação da nova universidade, garantida em seu primeiro Estatuto, foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos *campi*, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação.

Estabelecidos os marcos iniciais deu-se a sequência na organização das diretrizes e políticas específicas de cada Pró-Reitoria, Secretaria Especial, Setor e área de atuação da UFFS. Movimento este que iniciou a partir de 2012 e avança gradativamente na medida em que a Universidade vai crescendo e respondendo aos desafios da inserção nos espaços acadêmicos e sociais.

A consolidação dos cursos de graduação, a estruturação de diversos grupos de pesquisa e a criação de programas e projetos de extensão possibilitaram que a Universidade avançasse para a criação de Programas de Pós-Graduação, iniciando pelo *latu sensu*, já em 2011, até alcançar o *stricto sensu*, em 2013.

Desde a sua criação, a UFFS trabalhou com a ideia de que a consolidação do seu projeto pedagógico se faria, de forma articulada, com a consolidação de sua estrutura



física. A construção dos espaços de trabalho dar-se-ia, articuladamente, com a constituição de seu corpo docente e técnico-administrativo. A criação da cultura institucional dar-se-ia, também de forma integrada, com a constituição dos ambientes de trabalho e de relações estabelecidas nos mesmos. Pode-se falar, portanto, em um movimento permanente de “constituição da Universidade e da sua forma de ser”.

Ao mesmo tempo em que a UFFS caminha para a consolidação de seu projeto inicial, já se desenham os primeiros passos para a sua expansão. Os movimentos em torno da criação de novos *campi* emergem no cenário regional; a participação nos programas do Ministério da Educação enseja novos desafios (destaca-se a expansão da Medicina, que levou à criação do *Campus* Passo Fundo, em 2013); o ingresso da UFFS no SISU enseja sua projeção no cenário nacional, exigindo readequações na compreensão da regionalidade como espaço preponderante de referência; a consolidação dos 5 *campi* iniciais, com os seus cursos de graduação, faz com que se intensifiquem os debates pela criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação; a afirmação dos grupos de pesquisa, com seus programas e projetos, faz com que se projetem novos cursos de mestrado e se caminhe em direção aos primeiros doutorados. Entende-se que a consolidação e a expansão são processos complementares e articulados.

Criada a partir dos anseios da sociedade, a UFFS vem se afirmando como uma Universidade comprometida com a qualidade de seus cursos, de seus processos e das relações que estabelece. As avaliações realizadas pelas diferentes comissões constituídas pelo INEP/MEC para verificar, *in loco*, as condições de oferta dos cursos de graduação da UFFS atestam esta qualidade.

Os avanços conquistados ao longo desses primeiros anos de sua implantação tornam cada vez mais claros os desafios que se projetam para os próximos: a participação, cada vez mais efetiva, na comunidade acadêmica nacional e internacional, com cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos e programas de extensão e experiências de gestão universitária; a permanente sintonia com os anseios da região na qual está situada; o compromisso constante com os movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade; e o sonho de uma universidade pública, popular e de qualidade, focada no desenvolvimento regional incluyente e sustentável.

(Texto homologado pela Decisão nº 2/2014 – CONSUNI/CGRAD)



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

3.1 Coordenação de curso

Coordenadora: Prof^ª. Dr^ª. Cristiane de Quadros

Coordenador Adjunto: Prof^º. Dr^º. Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia

3.2 Equipe de elaboração

Andréia Eduardo Florêncio de Deus - Pedagoga

Bárbara Grace Tobaldini de Lima - Docente

Carmen Elisabete de Oliveira- Docente

Cristiane de Quadros - Docente

Gilson Luís Voloski- Docente

Izabel Rossoni Gilioli – Técnica em Assuntos Educacionais

Jackson Luís Martins Cacciamani- Docente

José Oto Konzen- Docente

Mariane Inês Ohlweiler- Docente

Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia- Docente

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Eleine Maestri (Diretora de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. F. Blanger, Sandra F. Bordignon (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Maiquel Tesser (Diretor de Registro Acadêmico/DRA)

Elaine Lorenzon, Pedro Castro (DRA)

Revisão das referências: Isac Soares Emidio (Bibliotecário-Documentalista)

Revisão Textual: Ana Beatriz Sengik Saez – docente UFFS – SIAPE 3061306

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O NDE do curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, conforme designado na Portaria nº 240/PROGRAD/UFFS/2022.



Quadro 1: Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Cristiane de Quadros	Doutora	Específico
Bárbara Grace Tobaldini de Lima	Doutora	Específico
Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia	Doutor	Específico
Mariane Ohlweiler	Doutora	Específico/Conexo
Gilson Luís Voloski	Doutor	Específico/Comum
Jackson Luis Cacciamani	Doutor	Específico
José Oto Konzen	Doutor	Específico



4 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO

A Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, desde a sua origem, que remonta aos processos históricos e sociais de sua criação e às políticas públicas voltadas para a interiorização da educação superior, está comprometida com a democratização social. Essa orientação encontra-se expressa nos seus princípios institucionais (PPI)¹, que lhe conferem uma vocação regional, focada na “formação de cidadãos conscientes e compromissados com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País” (Princípio 4) e na democratização do conhecimento e de sua produção, traduzida no propósito de ser uma “Universidade Pública e Popular” (Princípio 9). Neste âmbito, inscrevem-se também as definições prioritárias de sua atuação, voltadas para a produção agroecológica, para a saúde pública e para a “formação de docentes para a Educação Básica em número suficiente e com qualidade adequada” (Princípio 3). Contribuir com a promoção do acesso a uma educação qualificada para o conjunto da população (crianças, jovens e adultos) no contexto regional, que requer uma boa formação de professoras (es), integra os esforços institucionais e da comunidade acadêmica e regional do *Campus Realeza*.

A criação do curso de licenciatura em Pedagogia, ora proposto, dialoga com o contexto local e regional e se propõe a atender a demanda por formação docente requerida pelos sistemas de ensino dos municípios do entorno do *Campus Realeza*. Ela é fruto de audiências públicas realizadas no contexto regional, envolvendo a formação de grupos de trabalho e reuniões conjuntas do Conselho Comunitário e do Conselho de *Campus* que integram o planejamento da expansão do *Campus Realeza*, em conformidade com as orientações do CONSUNI, ao longo de 2013 e 2014, e da constituição de novos Grupos de Trabalho para a elaboração dos Projetos Pedagógicos, a partir de 2017, que culminaram em sua aprovação no Conselho de *Campus*, a sua recomendação pelo Conselho Estratégico Social da UFFS e a sua criação pelo Conselho Universitário (Decisão Nº 3/CONSUNI/2021, de 25/02/2021).

Ao longo das últimas décadas, as lutas e os esforços em prol da universalização do acesso a uma educação de qualidade tem mobilizado os grupos sociais e pautado as agendas políticas, envolvendo a definição de novas diretrizes para a formação dos Cursos de Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº 1/2006), que buscou superar a dicotomia entre as atividades de planejamento e ensino na formação da (o) pedagoga (o); a

¹ Projeto Pedagógico Institucional. Disponível em: www.uffs.edu.br



ampliação do Ensino Fundamental para nove anos (Lei 11.274/2006), que ampliou a atuação do ensino da (o) pedagoga (o) para o quinto ano; as políticas de inclusão (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, 2008), que trouxeram novos públicos para o espaço escolar e introduziram um novo paradigma formativo, de natureza inclusiva; a criação do piso nacional e o reconhecimento das horas-atividade como parte integrante da carga horária docente, correspondente a 1/3 da jornada de trabalho (2008); a implantação da oferta da Educação Infantil nos sistemas de ensino (alterações LDB, 2009), que ampliou as demandas de atuação pedagógica, abarcando a faixa etária dos 4 aos 6 anos; o avanço da oferta da educação integral em tempo integral (PNE, 2014), que projeta a sua oferta em 50% das escolas públicas, visando atender ao menos 25% das estudantes da Educação Básica. Complementarmente, avançaram as lutas em favor de uma participação mais efetiva da comunidade escolar através da criação dos Conselhos Escolares, da implementação de uma gestão mais democrática e participativa e da organização de processos de avaliação focados na melhoria da qualidade do ensino.

Este conjunto de pautas e de políticas públicas definidas e em processo de implantação ao longo de mais de uma década aponta para uma ampliação das demandas formativas de docentes, em termos quantitativos e qualitativos, requeridas para a viabilização de oportunidades educacionais mais equitativas, mais democráticas e mais justas. A política nacional de formação de professoras (es), definida pela Resolução 02/2015 do CNE, projeta este universo temático e procedimental para a formação das (os) professoras (es) das diferentes áreas, buscando consolidar as práticas de uma educação inclusiva, de uma qualificação dos processos de gestão e coordenação numa perspectiva democrática e participativa e de uma forte inserção da formação docente no contexto escolar, tendo por foco a educação pública. Em suas definições, a Resolução legisla em favor da elaboração de uma política institucional para formação de professoras (es) por parte das universidades que, no contexto da UFFS, foi desenvolvida a partir da I Conferência das Licenciaturas, ao longo dos anos de 2015 e 2016, cujo documento final está traduzido na Resolução Nº 02/CONSUNI CGRAD/UFFS/2017, configurando a “Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professoras (es) da Educação Básica”. Em seu artigo terceiro, essa Resolução expressa seus princípios orientadores, através dos quais busca traduzir os esforços dos movimentos organizados pela educação, os frutos das pesquisas acumuladas na área educacional e os avanços legais em favor da qualificação da educação pública. São



princípios da Política Institucional: I - A docência como atividade profissional intencional e metódica; II - O currículo como produto e como processo histórico; III - O conhecimento como práxis social; IV - A formação integral e a processualidade dialógica na organização pedagógica; V - A gestão democrática e o planejamento participativo; VI - A articulação com a educação básica pública e outros espaços educativos escolares e não escolares; VII - O egresso como docente da educação básica pública.

O Plano Nacional de Educação (PNE)², estabelecido para o decênio 2014-2024, retoma e aprofunda um conjunto de pautas presentes na década anterior e lança novas proposições em favor de sua objetivação histórica, que desafiam, sobremaneira, a área da Pedagogia. Merecem destaque, entre outros pontos do Plano, as referências explícitas às necessidades de atendimento educacional das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas (inciso II do Art. 8º), das necessidades educativas especiais, através da implementação de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades (Inciso III, do artigo 8º) e a implementação da gestão democrática, a ser regrada no prazo de dois anos, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios (Artigo 9º).

Entre as metas estabelecidas para o decênio, merecem destaque, a universalização da educação infantil de 4 a 5 anos na pré-escola (projetada até 2016) e o atendimento de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 anos, até o final da vigência do PNE (Meta 1); a universalização do ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos, de forma que ao menos 95% conclua a etapa na idade recomendada até o final da vigência do PNE (Meta 2); Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) das (os) alunas (os) da educação básica (Meta 6); com relação à Educação de Jovens e Adultos, o PNE propõe a erradicação do analfabetismo absoluto e a redução em 50% da taxa de analfabetismo funcional até o final da vigência do Plano (Meta 9).

O cumprimento dessas se articula com outras metas, particularmente, às voltadas para o atendimento das demandas de formação de professoras (es) da educação básica, em nível superior, obtida em cursos de licenciatura na área do conhecimento de sua atuação (Meta 15) e a valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de

² Plano Nacional de Educação (2014 a 2024). Disponível em: pne.mec.gov.br



Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao das (os) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE (Meta 17) e assegurar, no prazo de dois anos, o Plano de Carreira dos profissionais da Educação Básica pública, tomando por referência o Piso Salarial Nacional previsto na Constituição Federal (Meta 18). No que compete à sua esfera de atuação, as secretarias municipais de Educação organizaram seus Planos Municipais para a década de 2015-2025, nos quais explicitam as especificidades locais, definem suas prioridades e projetam suas ações.

Os aspectos aqui recortados apontam para uma ampliação e uma complexificação das demandas na área da Pedagogia, envolvendo o crescimento no número de matrículas, o atendimento de novos públicos e o desenvolvimento de novas estratégias formativas. A tabela 1 ilustra as variações nas matrículas nas redes municipais dos municípios situados no entorno de Realeza.

Tabela 1 – Matrículas na Educação Básica - rede pública municipal

Variável	Localidade	2010	2019
Matrículas na Educação Básica - Rede Municipal	Barracão	1.148	1.072
	Capanema	1.782	2.048
	Capitão Leônidas Marques	1.400	1.583
	Realeza	1.554	1.713
	Salto do Lontra	1.482	1.426
	Santa Izabel do Oeste	1.149	1.220
	Santo Antônio do Sudoeste	2.268	2.084
	Ampére	1.966	2.128
	Dois Vizinhos	3.650	4.281
TOTAL		16.399	17.555

Fonte: <http://www.ipardes.gov.br>

A partir dos dados da tabela, observa-se uma ampliação das matrículas nos municípios, ainda que em algumas situações de fronteira se evidencie uma redução, casos que requerem estudos que extrapolam o propósito da presente análise. Além do aumento das matrículas, a execução das outras metas previstas no PNE 2014-2024, entre as quais se destaca a implementação da Educação em Tempo Integral, a oferta de oportunidades de creches para as crianças de 0 a 3 anos, a educação especial e dos processos de inclusão, das horas-atividade e do reforço escolar, também apontam para a ampliação da atuação da (o) Pedagoga (o).

Para além dos dados relacionados às políticas educacionais e às demandas de matrículas, importa analisarmos também a realidade docente, envolvendo as condições



subjetivas e objetivas de seu processo de formação, que condicionam, junto com outros fatores, a viabilização de uma boa qualidade para a Educação Básica.

Com relação às (aos) estudantes das licenciaturas em geral, e da Pedagogia em particular, pesquisas apontam um perfil das(os) licenciandas(os) procedente de uma origem desprivilegiada, caracterizada por possuir um baixo “volume de capitais”³, que limitam e condicionam suas escolhas e projetos de vida, envolvendo a conciliação entre o trabalho e o estudo. Tais condicionantes fazem com que suas opções de formação permaneçam fortemente vinculadas à proximidade física. Em grande parte dos casos, trata-se também da primeira geração de sua procedência familiar a ingressar no ensino superior (CARVALHO et al, 2020)⁴. Dada a limitação da oferta de cursos e de vagas em instituições públicas de nível superior no contexto regional, as (os) candidatas (os) às licenciaturas acabam encontrando nas instituições privadas e nas formações à distância suas únicas possibilidades. Como sinalizado acima, a tendência à formação à distância faz com que a inserção acadêmica e o processo formativo acabam sendo mais restritos, não abarcando os âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, que se efetivam através de ações, programas e eventos desenvolvidos pela universidade, com destaque à participação no PIBID, Residência Pedagógica, Grupos de Pesquisa, Projetos de Extensão, entre outros, potencializados pelo ensino presencial.

Dados constantes no Mapa do Ensino Superior no Brasil – 2020⁵, apontam que o curso de Pedagogia ocupa a primeira posição na oferta de cursos no formato Educação à Distância - EAD, no âmbito das instituições privadas e públicas, conforme registrado na tabela 2.

Tabela 2 – Dados sobre curso de Pedagogia EAD em instituições públicas e privadas

Natureza da instituição	Posição entre os cursos ofertados	Matrículas	Ingressantes	Concluintes
Pública	Primeiro	37.475	17.036	4.431
Privada	Primeiro	440.628	235.641	65.501

Fonte: www.semesp.org.br

³ Bourdieu estabelece uma relação entre “posição” social e “disposição” do agente social, ao que associa o *habitus*. Seu propósito é romper com as teses economicistas e voluntaristas, mediante articulação dessas dimensões. A teoria dos capitais (econômico, social e cultural) envolvendo o volume e arranjos internos, está na base da análise sociológica das condições psicossociais dos agentes e dos projetos de futuro que configuram seu campo de possibilidades. BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrant, 2001.

⁴ CARVALHO et al. *Estudantes de Licenciatura: trajetórias escolares e escolha da profissão*. Linhas Críticas, Brasília – DF, v. 26 (2020). Disponível em: [Vista do Estudantes de Licenciatura \(unb.br\)](http://Vista.do/Estudantes.de/Licenciatura.unb.br).

⁵ Disponível em: www.semesp.org.br



Comparando estes dados com a oferta presencial, é possível registrar um forte descompasso entre os dois formatos e avaliar seus impactos futuros sobre a Educação Básica pública. A Tabela 3 registra os dados dos estudantes de Pedagogia no formato presencial e nos possibilita estabelecer um comparativo entre as duas modalidades de oferta e sua presença no âmbito público e privado.

Tabela 3 - Dados sobre curso de Pedagogia presencial em instituições públicas e privadas

Natureza da instituição	Posição entre os cursos ofertados	Matrículas	Ingressantes	Concluintes
Pública	Primeiro	93.643	24.369	15.601
Privada	Sétimo	176.144	68.088	36.945

Fonte: www.semesp.org.br

Pelos dados apresentados, observa-se a existência de um número de matrículas muito superior no formato EAD em comparação com o presencial, em termos aproximados, respectivamente: de 480.000 contra 270.000 matrículas; de 250.000 contra 90.000 ingressantes; e de 70.000 contra 50.000 concluintes. A partir desses números, ao compararmos as duas modalidades de oferta, observamos uma desproporção entre os quantitativos totais de matrículas e de concluintes e entre as (os) ingressantes e concluintes. Enquanto no formato presencial a proporção entre ingressantes e concluintes se aproxima de 50%, no formato EAD, ele se aproxima dos 25%. Possivelmente, diversos fatores contribuíram com este descompasso, entre eles o crescimento da oferta ao longo dos últimos anos (que faz com que ainda, em muitos casos, não haja concluintes), somado às possíveis evasões acumuladas ao longo do percurso. Todavia, uma projeção futura aponta para uma presença maciça de egressos-as (os) EAD, sobretudo, se compararmos os dados das instituições privadas nos dois formatos (aproximadamente 235.000 contra 68.000), em que o formato EAD atinge quase quatro vezes o número de ingressantes presenciais.

No âmbito regional, acompanhando a lógica nacional, observa-se igualmente um forte crescimento de polos de Educação a Distância, localizados nessas cidades, oferecendo diversas formações, em nível de graduação e pós-graduação, incluindo a oferta de cursos de Pedagogia. A Tabela 4 apresenta dados quantitativos de matrículas neste formato nos municípios do entorno de Realeza, que apontam para um crescimento muito expressivo ao longo do último decênio.

Tabela 4 – Matrículas no Ensino Superior à Distância – Realeza e entorno

Variável	Localidade	2010	2019
Matrículas na Educação Superior a	Barracão	134	423



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Distância - Total	Capanema	448	799
	Capitão Leônidas Marques	36	236
	Realeza	78	238
	Salto do Lontra	0	21
	Santa Izabel do Oeste	0	16
	Santo Antônio do Sudoeste	165	412
Total		861	2145

Fonte: <http://www.ipardes.gov.br>

Tanto aqui, como em nível nacional, observa-se que o aumento de matrículas registradas no decênio ainda não impactou significativamente no número de concluintes, conforme se pode observar na Tabela 5. Alguns polos são, inclusive, bem recentes e ainda não chegaram a formar nenhum estudante de forma que, possivelmente, a parcela mais expressiva das (os) matriculadas (os) não chegou a concluir o tempo previsto para a integralização curricular. Além desse fator temporal, há, sem dúvida, problemas relacionados à evasão, por tratar-se de estudantes oriundas (os) das camadas desprivilegiadas e com baixas expectativas quanto ao seu futuro profissional.

Tabela 5 – Concluintes do EAD em Realeza e entorno

Variável	Localidade	2010	2019
Concluintes na Educação Superior a Distância – Total	Barracão	41	69
	Capanema	194	134
	Capitão Leônidas Marques	15	57
	Realeza	33	40
	Salto do Lontra	0	0
	Santa Izabel do Oeste	0	0
	Santo Antônio do Sudoeste	31	56
Total de concluintes		314	356

Fonte: <http://www.ipardes.gov.br>

Pelos dados nacionais e regionais, é possível observar que o formato de educação à distância, inicialmente pensado como política de acesso para as regiões distantes das universidades, acabou se convertendo numa lógica de mercantilização do ensino e de fragilização da formação. O impacto dessa formação de professoras (es) no formato não presencial ainda não foi avaliado em nível local e regional, constituindo-se, portanto, em objeto de estudo e investigação do curso de Pedagogia. Dados informados pela Secretaria Municipal de Realeza apontam para um quadro efetivo de professoras



(es) com formação inicial presencial, realizada, em sua ampla maioria, em instituições privadas, com poucas (os) egressas (os) de universidades públicas. Revelam, todavia, um grande crescimento de estudantes de licenciaturas em formato EAD que recorrem às escolas do sistema municipal para realizarem seus estágios curriculares obrigatórios, enquanto que a presença de estagiárias (os) de licenciaturas presenciais é inexpressiva nesse sistema.

Considerando o número de matrículas de estudantes vinculados ao sistema municipal de ensino, conforme indicado pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) (Tabela 1 deste tópico), de 7.555 estudantes, e projetando a composição de turmas de 25 estudantes, seriam necessários cerca de 702 docentes para atuar diretamente no ensino, sem considerar os processos de gestão e coordenação pedagógica. A esta projeção inicial, vinculado ao ensino, será necessário acrescentar a demanda relacionada à hora-atividade correspondente a 1/3 da jornada de trabalho, a integralização do tempo escolar, a educação especial, o reforço escolar, os tempos destinados à capacitação, entre outros, de forma que este número passa a ultrapassar a demanda de 1.000 docentes.

Dados coletados junto às secretarias municipais e junto ao Setor de Estágios da UFFS - *Campus* Realeza reforçam a importância da criação do curso de Pedagogia em instituição pública e em formato presencial, como é o caso da UFFS. Embora não seja a área de sua formação, observa-se uma crescente participação de estudantes e de egressas (os) das licenciaturas do *Campus* no âmbito da educação infantil e das séries iniciais, na forma de contratação de estagiárias (os) e de contratações temporárias. Há também demandas constantes por formação continuada nesse nível de ensino requisitada pela Secretaria de Educação do Município de Realeza e dos outros municípios da região Sudoeste do Paraná, como podemos verificar na tabela abaixo:

Tabela 6 – Ações de formação continuada de professores na região de abrangência da UFFS – *Campus* Realeza PR

Período	Municípios de realização	Ação	Quantidade de professoras (es) da Educação Básica envolvidos
2014-2016	Barracão PR, Dionísio Cerqueira SC, Bernardo de Irigoyen (Argentina), Santo Antônio do Sudoeste (PR) e San	Programa Escolas Interculturais de Fronteira	50 professoras (es)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



	Antonio (Argentina)		
2016-2017	Área de abrangência do Núcleo Regional de Ensino de Francisco Beltrão PR (cerca de 12 municípios)	A formação de professores na integração entre a escola da Educação Básica e a Universidade: limites e potencialidades do processo formativo.	50 professoras (es) , gestoras (es) e coordenadoras (es) pedagógicas (os).
2016	Área de abrangência do Núcleo Regional de Ensino de Francisco Beltrão PR (cerca de 12 municípios)	A formação do pedagogo	80 gestoras (es), pedagogos (os) e coordenadoras (es) pedagógicas (os)
2017- 2019	Francisco Beltrão PR e Santo Antônio do Sudoeste	Nos Caminhos da Práxis: Programa de Formação Continuada de Professores da Educação Pública	170 professoras (es) municipais (escolas urbanas e do campo)
2019	Três Barras do Paraná PR	Curso de formação continuada dos professores da educação do campo no município de Três Barras do Paraná	20 professoras (es)
2019	Bela Vista da Caroba PR	Formação sobre a BNCC	30 professoras (es) municipais.

Fonte: Projetos de Extensão da UFFS – Realeza PR

Finalmente, merece destaque a disposição e o compromisso com a proposta apresentada por parte do corpo docente e das (os) servidoras (es) técnicas (os) em educação envolvidos com a formação de professoras (es) no âmbito das licenciaturas já existentes no *Campus*, bem como de docentes de outras instituições que integram os acordos técnicos realizados para viabilizar a proposta. Nesse sentido, destacamos a existência de dois grupos de pesquisa no âmbito do *Campus* Realeza, voltados para a investigação dos processos didático-pedagógicos e da realidade docente no contexto regional: 1) O *Grupo de Pesquisa (Trans) formação Inicial, Contínua e Continuada de Professores: processos teóricos metodológicos da ensinagem (TRIPEC)* e, 2) *Grupo de Pesquisa em Educação em Ciências Naturais (GPECieN)*.

O propósito dos envolvidas (os) nesse conjunto de atividades acadêmicas é contribuir com a qualificação da Educação Básica pública, que demanda a formação



docente qualificada para atuar nas etapas iniciais do ensino. Demanda, ao mesmo tempo, um processo de investigação dos processos históricos, sociais e culturais que condicionam os processos educativos no contexto regional e a avaliação de suas articulações com o contexto histórico mais amplo, enquanto condição de possibilidade de promoção de uma formação crítica e emancipatória.

Responder aos desafios que emergem da realidade histórica, em suas especificidades locais e regionais, requer esforços coletivos e ajustes nas práticas institucionais, inspirados nos princípios que a orientam. A criação do curso de Pedagogia inscreve-se neste horizonte de busca por uma educação de qualidade para as novas gerações, e, dessa forma, contribuir com a democratização do conhecimento e da sociedade. Ele se materializa nos esforços das atrizes e dos atores envolvidas (os) na elaboração da proposta e na busca de estratégias para sua viabilização objetiva.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-político, Epistemológicos, Didático-pedagógicos, Legais e Institucionais)

A formação da (o) pedagoga (o) proposta pelo Curso Graduação em Pedagogia - Licenciatura da UFFS - *Campus* Realeza está amparada em um conjunto de princípios orientadores, que dialogam com os propósitos institucionais e as orientações legais e institucionais, com a pesquisa educacional, com o pensamento pedagógico brasileiro e internacional e com os desafios da formação de professoras (es) da educação infantil e das séries iniciais, da gestão educacional e coordenação pedagógica da Educação Básica, articulada com o contexto regional.

5.1 Referenciais ético-políticos

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura está amparado nos princípios orientadores do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFFS, voltados para o acesso e a permanência das (os) sujeitas (os) sociais do campo e da cidade, historicamente excluídos da universidade; a formação de qualidade, que articula e integra formação acadêmica e profissional com as demandas sociais, regionais e nacionais, numa perspectiva emancipatória; a formação de professoras (es) para atuar e qualificar a Educação Básica como uma de suas prioridades; o compromisso com a superação das desigualdades regionais e com a transformação das relações excludentes; a democratização do acesso e da produção do conhecimento como perspectiva de democratização da sociedade, mediante integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão; contribuir para a superação de todas as formas de preconceito e discriminação, entre outros. Para além desses princípios abrangentes, que se aplicam ao conjunto das ações institucionais, o Curso de Pedagogia se ampara na Política de formação inicial e continuada dos professores da Educação Básica, definida pela Resolução 02/2017 da CGAE, para identificar as especificidades assumidas por tais princípios nos processos de formação de professoras (es), de modo particular, na definição das relações e dos compromissos que estabelece com o contexto escolar.

No seu conjunto, estas orientações podem ser expressas em três grandes categorias de natureza ético-política, que permeiam a organização, o desenvolvimento e a avaliação da proposta pedagógica e expressam o compromisso com: a) a inclusão social; b) a profissionalização docente e a qualidade da educação; c) a gestão democrática e participativa.



- a. *O compromisso com a inclusão social: o acesso e a permanência das (os) sujeitas (os) sociais do campo e da cidade historicamente excluídos da universidade*

Ao propor a melhoria das condições de acesso às populações historicamente excluídas, a Universidade procura promover a igualdade de oportunidades, entendendo-a como direito constitucional e como condição para o efetivo exercício da cidadania de mulheres e homens pertencentes a diferentes grupos sociais. Trata-se de um posicionamento ético-político amparado no reconhecimento dos processos históricos de colonização e de escravidão e das particularidades assumidas pela modernização brasileira (FERNANDES, 2008; 2006), que condicionam os processos políticos, culturais e educacionais de nossa formação social e que impulsionam as lutas pela democratização e as reações que lhe são contrapostas. Segundo Lopes e Fabris (2013), as noções de inclusão e exclusão abrangem tipos humanos diversos, que vivem em condições variadas e, embora estejam incluídos nas estatísticas, sofrem com as práticas de inclusão excludentes. Assim, o desafio da inclusão não se limita apenas a um tipo de situação ou a um determinado tipo de sujeito ou grupo, mas abarca as complexas práticas sociais que caracterizam o contexto histórico em que vivemos.

No contexto histórico mais recente, marcado pela reafirmação do liberalismo econômico e do (neo)conservadorismo cultural, encontramos-nos diante de um acirramento da ideologia meritocrática, através da qual os processos de exclusão social são naturalizados. Em tal contexto, para além do direito ao acesso, a inclusão se configura como um princípio ético, político e formativo. Seu ponto de partida é o reconhecimento da alteridade, amparada na dignidade humana, sobre os quais repousa o processo de produção do conhecimento, a definição de direitos sociais, a proposição de uma educação emancipatória e a construção de um projeto democrático de sociedade.

Com base na política de ingresso da instituição, o Curso de Pedagogia acolhe estudantes oriundas (os), em sua maioria, das escolas públicas da Educação Básica, além de estudantes vinculadas (os) a grupos específicos, como indígenas, haitianas (os) e pessoas com deficiência, cujas trajetórias escolares e oportunidades de acesso à cultura letrada e sistematizada (filosófica, científica, artística e tecnológica) são mais restritas, o que requer reflexões e ações adicionais na elaboração curricular e no desenvolvimento da proposta pedagógica, envolvendo aspectos éticos, estéticos, epistemológicos e pedagógicos.



Para além das condições de acesso, o Curso de Pedagogia assume a inclusão como princípio fundamental da ação educativa, que se estende aos diferentes níveis e etapas da Educação Básica e a todas as práticas pedagógicas, sendo necessário realizar aproximações entre os diferentes domínios das ciências, da tecnologia e das linguagens, de modo que a prática de ensinar e de aprender resulte convertida em acolhimento das distintas representações socioculturais das (os) estudantes e docentes. Juntamente com esse acolhimento, promover reflexões sobre o significado e os sentidos humanos presentes nessas representações, buscando avançar na direção da construção de práticas sociais inclusivas.

Esta condição se volta especialmente para o reconhecimento das particularidades associadas à condição econômica e sociocultural das crianças e adolescentes que ocorrem à escola da Educação Básica pública. Num contexto histórico que desmoraliza e incrimina os grupos sociais empobrecidos, com forte impacto direto sobre a infância e a adolescência, a (o) pedagoga (o) é desafiada (o) ética e politicamente a problematizar tais relações e concepções e a construir novas perspectivas de sociabilidade, a partir de sua atuação profissional, junto com o coletivo escolar. Os estudos sobre a infância, em suas múltiplas dimensões (bio-sócio-psico-histórica), envolvendo as políticas públicas voltadas para a infância (direitos fundamentais à proteção, cuidado, alimentação, saúde, habitação e educação, entre outros) e seus impasses contemporâneos, constituem aspectos centrais da organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso de Pedagogia, voltadas para a promoção de relações sociais inclusivas.

b) O compromisso com a profissionalização docente e a qualidade da educação: articulação da formação acadêmica e profissional com as demandas sociais, regionais e nacionais numa perspectiva emancipatória

O Curso de Pedagogia está comprometido com a formação de professoras (es) para atuar na Educação Básica pública, nos termos do PPI da UFFS e em consonância com Política Nacional de Formação de Professoras (es) do MEC, estabelecida pelo Decreto nº 6.755 de 29/01/2009, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior, definidas pela Resolução 02/2015 do CNE, e com a Política institucional da UFFS de formação inicial e continuada das (os) professoras (es) da Educação Básica, definida pela Resolução 02/2017 da CGAE, que enfatiza o compromisso com a Educação Básica pública.

Com base nas orientações lançadas nesses documentos, o Curso compreende a



docência como atividade intencional e metódica, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano em cada indivíduo singular, a partir dos conhecimentos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade e da organização de processos de ensino-aprendizagem, nos quais conteúdo e forma resultam integrados e problematizados mútua e continuamente. Além disso, amplia a compreensão da atuação profissional das (os) egressas (os), integrando a gestão dos processos educativos e de ensino-aprendizagem, a coordenação pedagógica e a produção e a difusão do conhecimento.

Para tanto, a estrutura curricular do curso de Pedagogia congrega saberes organizados em torno de eixos formativos – domínio comum, domínio conexo e domínio específico – conforme definido no Regimento Geral da UFFS (Resolução nº 03/2016/CONSUNI, Art. 40), buscando promover uma trajetória acadêmica voltada para a formação do ser humano integral, capaz de pensar e atuar criticamente na sociedade, consciente das razões de ser de suas práticas profissionais, pessoais, sociais e políticas (Res. nº 02/2017/CONSUNI/CGAE, Art. 7º). Almeja, portanto, um modelo de mulher e de homem e de sociedade alicerçados em princípios humanísticos, cooperativos e igualitários, que contrasta com a ideologia meritocrática contemporânea, fortemente mobilizada para justificar e legitimar a exclusão social.

Em contraponto às tendências neoliberais, de caráter privatista e individualista e que descaracterizam a profissionalização docente e a sua formação, como destacado por Nóvoa (2009), o Curso defende o aprofundamento e a qualificação da educação pública, da profissionalização docente e da complexificação de seu processo formativo. Num momento de universalização do acesso escolar, que aponta também para os limites de sua organicidade e funcionalidade, novos e importantes desafios emergem, envolvendo a criação de um novo ambiente educativo escolar e de uma formação docente que aprofunde as relações entre universidade, escola e professoras e amplie os diálogos entre estas esferas.

O Curso concebe a docência como profissão, cuja afirmação envolve um processo formativo próprio e se configura como um “tornar-se professor”. Como destaca Paulo Freire (2010, p. 58), “Ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde (...) Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática”. Não se trata, portanto, de uma simples escolha de pessoas com bom conhecimento, de remunerá-las adicionalmente pela produtividade e oferecer-lhes bom



material didático, que substitui a profissionalização docente, como proposto pelo reformismo neoliberal. Mas, de uma qualificação da formação docente capaz de superar a dicotomia e a distância existente entre a teoria e a prática na formação docente, mediante integração da escola e da prática profissional no processo formativo, de forma a conferir-lhe uma perspectiva crítica e reflexiva.

Para tanto, torna-se imprescindível o reconhecimento do espaço escolar e de seus sujeitos como co-formadores, no qual o currículo e a organização do ensino, pesquisa e extensão devem estar articulados com a organização e o funcionamento da escola e com os saberes vinculados à experiência docente, de forma que a instituição escolar e suas práticas se tornam um espaço necessário e essencial para a profissionalização docente (Res. nº 02/2017/ CONSUNI/CGAE, Art. 9º). O alcance deste perfil se faz, fundamentalmente, pela mediação do conhecimento sistemático e pelo reconhecimento de que este não é algo estático, dado, imutável ou adquirido unicamente pela apropriação teórica, mas uma construção histórica, um evento social feito por seres humanos, cuja apropriação torna possível o desenvolvimento humano e as transformações sociais.

A organização curricular e os processos pedagógicos propostos pelo Curso de Pedagogia encontram-se alicerçados numa concepção de qualidade amparada numa perspectiva histórica e crítica, que integra aspectos epistemológicos, éticos e estéticos para reconhecer os processos socioculturais e para propor alternativas de ação. Desta forma, a educação de qualidade é compreendida como aquela que

promove *para todos* o domínio de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas necessárias ao atendimento de necessidades individuais e sociais (..), à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania (inclusive, como poder de participação), tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (LIBÂNEO, 2001).

No âmbito pedagógico, a qualidade incide sobre a superação de processos formativos tradicionais, focados e limitados à formação técnica, e se compromete com a formação de uma (um) profissional que atue de forma crítica e intencional na direção da construção da justiça, da solidariedade social e do avanço do conhecimento científico e pedagógico emancipatório.

c) A gestão democrática e participativa: a formação voltada para a construção de novas relações sociais e ambientais



Uma das particularidades da moderna formação social diz respeito ao lugar que ela confere ao ser humano na construção do ordenamento social. As origens do pensamento moderno remontam aos embates estabelecidos entre a razão e a fé no contexto da transição da formação feudal para a moderna capitalista, que culminam, ao final, na afirmação de uma perspectiva antropológica sobre a teológica. As revoluções burguesas (séculos XVII - XVIII) elevam o agente individual à condição de princípio basilar de toda organização social, abarcando as esferas da economia, da política, da cultura e da moralidade. Amparada numa concepção individualista de mulher e de homem, a ideologia nascente confere uma orientação democrática à sociabilidade edificada sobre o indivíduo, tendo por base os princípios da igualdade, da liberdade e da fraternidade. Sobre tais princípios repousam as promessas emancipatórias de nossa modernidade cultural e política e a legitimação das desigualdades emergentes, mas também os movimentos sociais e as lutas políticas de quase dois séculos em favor do cumprimento dessas promessas, que incluem a luta pela educação pública, universal e de qualidade.

No contexto brasileiro, caracterizado pela modernização tardia, as lutas pela democratização do acesso escolar permeiam nossa história e ganham força nos movimentos pela redemocratização, que emergem no período da ditadura militar (1964-1985) e o sucedem. Os impactos desses movimentos, seus impasses e reações, encontram-se refletidos na Constituição Federal, de 1988, e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação, de 1996. O marco legal-constitucional abre espaço para o acolhimento dos direitos humanos e sociais, historicamente represados, ficando conhecida como “Constituição cidadã”, cujo teor vem sendo contestado e submetido a cortes e revisionismos de várias ordens ao longo do último quinquênio.

Ao longo das décadas que sucederam à promulgação da Constituição e da LDB em vigor, os movimentos em favor da educação avançaram em busca da consolidação do acesso universal e gratuito à Educação Básica dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, de forma a incluir a pré-escola e o ensino médio, até então não contemplados nessa obrigatoriedade (Alteração do Artigo 4º da LDB 9394/96, em 2013). Junto às lutas pela democratização do acesso, buscam assegurar a melhoria da qualidade da Educação Básica, envolvendo um conjunto amplo de pautas, voltadas para o financiamento, para a formação de professoras (es) e para a organização de seu plano de carreira e do regramento das atividades, para a organização curricular e para os processos de gestão democrática, entre outros. Abarcam a participação ampla da



sociedade brasileira e das (os) educadoras (es) na definição dos rumos da educação, através da elaboração dos Planos Nacionais de Educação, e em particular, a participação da comunidade escolar na definição dos rumos da organização e do funcionamento da vida escolar.

O Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura da UFFS – *Campus Realeza* concebe a gestão democrática e o planejamento participativo como dimensões importantes da formação acadêmica e profissional, pois entende que é sobre seu exercício que se pauta a construção de relações mais democráticas entre as sujeitas (os) envolvidas (os) não apenas do ponto de vista formal, mas também quanto ao significado objetivo dos conteúdos relacionadas às decisões e encaminhamentos realizados pelos coletivos organizados. Pois, é por meio da explicitação dos argumentos, da análise e da problematização das relações que se estabelecem entre as intenções subjetivas, dos conhecimentos científicos e de sua contextualização histórica e social que se exercita o diálogo e o exercício coletivo da crítica e o compromisso com a construção de perspectivas inclusivas.

Assim, o Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura da UFFS – *Campus Realeza* compreende a gestão democrática e participativa como o trabalho coletivo e como cultura do planejamento voltados para a organização das atividades colegiadas do curso, para a definição de prioridades e a organização do trabalho pedagógico, abarcando o âmbito do ensino, da pesquisa e extensão, as relações que se estabelecem com a escola e com os sistemas de ensino e os processos de ensino-aprendizagem e de produção do conhecimento. A partir desses princípios, busca superar o isolamento das áreas, fortalecer a cultura da participação, o diálogo interdisciplinar e potencializar a perspectiva dialógica e participativa nos processos de organização e funcionamento das escolas da Educação Básica, pública, em especial.

A gestão democrática e participativa, além de se voltar para a construção de novas relações sociais, também se volta para a construção de novas relações com o contexto ambiental, que abarca as relações com o ambiente físico, natural e social, isto é, do contexto interativo humano. Nesse sentido, requer a problematização do antagonismo que se estabelece entre o ser humano e a natureza, que leva, de um lado, à supremacia humana e à justificação de seu domínio sobre a natureza física e sobre as outras espécies vivas, e de outro, à naturalização das relações sociais que se estabelecem historicamente. Uma reeducação ambiental pressupõe, portanto, um amplo e rico debate acerca da concepção de ambiente, amparada nas mediações sociais e culturais que se



estabelecem entre o homem e seu entorno, de forma a possibilitar a definição de novas formas de relação, tendo por orientação a construção de um projeto de vida comum, social e ambientalmente sustentável.

5.2 Referenciais epistemológicos

O Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura da UFFS – *Campus Realeza* concebe a pedagogia como dotada de objeto próprio, a partir do qual define os princípios epistemológicos que orientam sua proposta pedagógica e o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura. Dessa forma, para explicitar os princípios epistemológicos e evidenciar suas relações com a proposta pedagógica do Curso, se faz necessário primeiramente definirmos o objeto da pedagogia. Organizamos a exposição em três momentos: a) a explicitação do objeto da pedagogia e o delineamento epistemológico; b) o trabalho pedagógico e o trabalho docente; c) a pesquisa na formação do pedagogo.

a) A educação como objeto da pedagogia: delineamento epistemológico

Embora tenha se tornado comum a identificação da pedagogia com a atividade de ensinar, de modo particular, ensinar para as crianças, ela não pode ser reduzida a essa compreensão. Assim concebida, a pedagogia acabaria reduzida duplamente: ao ensino, associado aos aspectos metodológicos, ao como fazer, cuja natureza é instrumental e carece de uma discussão das relações contextuais e aos fins a que se destina; à infância, de forma a excluir a amplitude das práticas educativas mais amplas do escopo da análise e proposição pedagógica.

O Curso de Pedagogia da UFFS – *Campus Realeza*, em consonância com o debate epistemológico que demarca o campo pedagógico (LIBÂNEO, 2001; FRANCO, 2003, 216; FRANCO, LIBÂNEO e PIMENTA, 2011; SAVIANI, 2007), concebe a pedagogia como ciência da educação, em que a educação se configura como objeto de investigação da pedagogia. Assim, numa perspectiva ontológica, a educação abarca o conjunto de práticas sociais que influenciam a vida dos sujeitos, de forma ampla e ao mesmo tempo difusa. Todavia, numa perspectiva epistemológica, essas práticas são convertidas em objeto de investigação, para conferir-lhe uma orientação consciente e intencional. Assim, será preciso diferenciar entre práticas educativas e práticas pedagógicas: “Uma prática pedagógica, em seu sentido de práxis, configura-se sempre como uma ação consciente e participativa, que emerge da multidimensionalidade que



cerca o ato educativo.” (FRANCO, 2016, p.536) A especificidade epistemológica da pedagogia é a intencionalidade, que converte a prática educativa em prática pedagógica.

Com base no exposto, é preciso reconhecer que, embora a educação escolar, como prática educativa, ocupe um lugar de destaque na moderna formação social, as práticas educativas se fazem presentes também no mundo do trabalho, da cultura, das organizações econômicas, sociais e políticas, dos meios de comunicação, dos movimentos sociais, entre outros. Assim, um segundo aspecto epistemológico da pedagogia está relacionado à busca da compreensão das relações que se estabelecem entre as diferentes esferas da vida social (econômica, política e cultural), isto é, da compreensão do todo social, que inclui a educação escolar, a ser apropriado criticamente. Esta criticidade é requerida, sobretudo, em sociedades caracterizadas por desigualdades estruturais, que se reproduzem histórica e socialmente, inclusive, em instituições formalmente democráticas.

Para investigar o seu objeto, a educação, e compreender seu sentido histórico, a pedagogia mobiliza conhecimentos oriundos das outras ciências que analisam o fenômeno educativo sob um recorte disciplinar (História, Sociologia, Psicologia, Antropologia, Filosofia, Linguística, entre outras) e reconhece suas contribuições. A especificidade da Pedagogia consiste em articular essas contribuições para conferir-lhe uma perspectiva integradora. Sob esse prisma, a ciência pedagógica é também eminentemente interdisciplinar.

Finalmente, a conversão da prática educativa em prática pedagógica implica em assumir o sentido ético-político da educação. Como seres histórico-sociais, “nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper; por tudo isso nos fazemos seres éticos. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de profundamente humano no exercício educativo: seu caráter formador.” (FREIRE, 2007, p. 33). Portanto, mais do que técnicas de subordinação do humano ao que se encontra previamente estabelecido, a prática pedagógica se configura pela construção do humano mediante a participação ativa e consciente das (os) sujeitas (os) em seu processo formativo, reconhecida também como condição para a sua participação ativa e consciente nos processos histórico-sociais mais amplos.

b) O trabalho pedagógico e o trabalho docente

Considerando a concepção de pedagogia explicitada no item anterior, que amplia



a atividade da (o) pedagoga (o) para além da escola e lhe confere uma orientação vinculada à intencionalidade da prática educativa, será preciso fazer a diferenciação que se estabelece entre o trabalho pedagógico e o trabalho docente. Enquanto o trabalho pedagógico abarca a atuação profissional em um amplo leque de práticas educativas, o trabalho docente, diferentemente, compreende a forma peculiar que o trabalho pedagógico assume na escola. Assim, será preciso compreender que o trabalho docente constitui uma das formas do trabalho pedagógico, sem que este possa ser reduzido ao trabalho docente. (LIBÂNEO, 2001)

Quanto ao trabalho docente, observa-se que um grande número de estudos, pesquisas e publicações vêm enfatizando a importância da reflexão do sujeito docente sobre sua prática, caracterizada como epistemologia da prática docente, cujas contribuições são bastante relevantes em sua particularidade. Importa destacar, contudo, que a prática pedagógica docente está profundamente relacionada aos aspectos multidimensionais da realidade local e específica, às subjetividades e à construção histórica das (os) sujeitas (os) individuais e coletivos. Ou seja, “na prática docente estão presentes não só as técnicas didáticas utilizadas, mas, também, as perspectivas e expectativas profissionais, além dos processos de formação e dos impactos sociais e culturais do espaço ensinante, entre outros aspectos que conferem uma enorme complexidade a este momento da docência.” (FRANCO, 2016, p.542)

A formação proposta pelo Curso de Pedagogia da UFFS – *Campus Realeza* está amparada no exercício do trabalho pedagógico para formar a (o) intelectual da educação e reconhece o trabalho docente como uma das particularidades do trabalho pedagógico, voltado para os contextos educativos escolares da Educação Básica, de modo especial, da educação pública.

c) A pesquisa na formação da pedagoga (o)

O Curso de Pedagogia da UFFS – *Campus Realeza* compartilha as concepções enunciadas nos tópicos anteriores e busca promover a formação da (o) pedagoga (o), capacitando-o para apropriar-se dos processos educativos escolares e não escolares e suas relações com o contexto histórico mais amplo para conceber suas práticas pedagógicas. Ao admitir a historicidade e ao enfatizar a importância das (os) sujeitas (os) na produção da vida social, o processo formativo requer o desenvolvimento da capacidade de investigação e de interpretação da realidade para conceber as práticas pedagógicas. Assim, a formação da (o) pedagoga (o), mais que uma transmissão de



conhecimentos, é concebida como processo de inserção na pesquisa educacional.

Em consonância com a justificativa de sua criação e com as diretrizes nacionais e institucionais para a formação de professoras (es), o Curso de Pedagogia se volta para a formação de uma (um) profissional para o desenvolvimento do trabalho pedagógico como docente da Educação Básica pública no âmbito do ensino da educação infantil e das séries iniciais, como coordenadora (or) pedagógica (o) e gestora (or) educacional no âmbito escolar e dos sistemas de ensino e como intelectual da educação na produção e difusão do conhecimento. Tais perspectivas formativas são traduzidas na estrutura curricular do Curso, organizada em domínios formativos (comum, conexo e específico) e nas articulações entre ensino, pesquisa, extensão e cultura. De modo particular, entre a formação inicial e continuada, para conferir-lhe uma aproximação com o contexto escolar e suas problemáticas e promover uma perspectiva investigativa, crítica e propositiva.

Quanto à relação com a pesquisa, o processo formativo promovido pelo Curso de Pedagogia se ampara no princípio da pesquisa, “de tal forma que o processo formativo se gere no próprio processo de construção do conhecimento” (DEMO, 2014, p. 11). E, dialogando com os movimentos históricos que estão na origem da valorização da pesquisa e da reflexão docente, adota o conceito de “professora (or) pesquisadora (or)” para reportar-se às (aos) professoras (es) e pesquisadoras (es) que, como produtoras (es) de conhecimento que são, a) buscam compreender a natureza dos fenômenos educativos em razão da necessidade de aprendizado -das (os) estudantes e de sua formação humana, b) consideram a interculturalidade e a pluralidade como partes inerentes à sociedade e às (aos) sujeitas (os) que se desenvolvem nela, c) concebem a reflexão como processo humano que se dá, individual e coletivamente, em busca de entendimento a respeito dos diferentes aspectos sociais, psicológicos, afetivos políticos e educacionais. (FAGUNDES, 2016)

Na perspectiva do pensamento de Paulo Freire, não basta cumprir o currículo planejado. É preciso fazer a reflexão crítica sobre o próprio fazer pedagógico e sobre o sentido das ações que a (o) professora (or) desenvolve em sala de aula. É preciso promover a capacidade de questionar, de problematizar o mundo e de indignar-se diante das injustiças e do discurso meritocrático e mercadológico. É essencial promover uma formação que dialogue com todos as (os) sujeitas (os) envolvidas (os) e voltada para os temas e problemas do tempo presente, a luz da historicidade e da criticidade, numa perspectiva emancipatória.



5.3 Referenciais didático-pedagógicos

O Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura da UFFS – *Campus Realeza*, visa promover práticas que diminuam a existência de relações sociais excludentes, assim como potencializar a dialética em substituição à reprodução, na qual a práxis seja o ponto de partida e de chegada do processo educativo. A Pedagogia é dotada de objeto próprio, a partir do qual define os princípios didático-pedagógicos que orientam sua proposta pedagógica e o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura. O texto está organizado em três partes: a) Processos didático-pedagógicos; definições teórico-práticas; b) A profissionalização docente; c) Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica.

I. Processos didático-pedagógicos: definições teórico-práticas

A educação existe desde que surgiu a humanidade e para sua conservação se constituiu formas espontâneas de ensinar e de aprender, vinculando as novas gerações ao mundo do trabalho e da cultura. Amélia Castro (1991) denomina de difuso o longo período em que a didática não foi tematizada, mas que estava subjacente nos ensinamentos das (os) grandes mestras (es) que precederam a Modernidade. Apenas no século XVII, Comênio inaugurou a Didática como campo teórico autônomo, por meio de sua obra *Didática Magna*, na tentativa de um método de ensino único e universal, pois visava a arte de ensinar tudo a todos. Ele reconhece a condição diferenciada do desenvolvimento humano, na medida em que propõe o ensino segundo a graduação do simples ao complexo, porém a ação pedagógica tem a (o) professora (or) e o conteúdo como centro. No contraponto de Comênio, no século XVIII, com sua obra *Emílio*, Rousseau enfatiza o outro pólo da relação didática: o processo de desenvolvimento da criança como condição de aprendizagem. Esta polarização se intercala historicamente no desenvolvimento da Didática, por um lado, provindo da tendência de Comênio, até o instrumentalismo proposto por Skinner; por outro lado, decorrente da tendência rousseana, desemboca no espontaneísmo de Rogers, em que desaparece a figura da (o) professora (or) e relevância do método. Nas palavras de Castro (1991, p. 22), “há um significado ambíguo que ora acentua o ensino como modelagem/armazenamento, ora o entende como desenvolvimento/desabrochamento”.

No século XX, várias (os) pensadoras (es) se empenharam em superar o dualismo entre sujeita (o) e objeto de conhecimento, matéria e espírito (cultura), e,



consequentemente, no campo didático-pedagógico o dualismo ensino - aprendizagem. Nesta perspectiva, a ênfase é colocada no processo pedagógico que constitui o humano, enfatizando a relação sujeita (o) da ação e meio ambiente (Piaget), a experiência de continuidade entre matéria e espírito (Dewey), a experiência formativa entre teoria e práxis (Adorno), a interação dialógica entre sujeitas (os) da prática social (Freire, Vygotsky, Saviani), a linguagem humana como interação social construtora de sentidos da ação contextualizada (Bakhtin, Habermas, Vygotsky). De acordo com Castro (1991), na perspectiva interacionista, o objeto da Didática continua sendo o ensino com a intenção de “produzir aprendizagem” e “desenvolvimento humano integral”.

Segundo Dalbosco (2004, p. 39) a interação é o objeto central do campo da educação, diferenciando ação educativa e ação pedagógica da seguinte forma: “a primeira diz respeito a uma interação espontânea, não metódica e assistemática entre duas e mais pessoas; já a ação pedagógica procura tratar essa interação que ocorre entre duas ou mais pessoas conforme uma perspectiva reflexiva, metódica e sistemática”. O autor também compreende a Pedagogia como um saber de fronteiras, pois se constitui como área de conhecimento por meio da interação dialógica com outros campos como a Filosofia, ciências e artes.

Ainda, segundo Castro (1991), em linhas gerais, a constituição do campo de conhecimento da Didática como um saber de fronteiras é resultado de um diálogo entre diversas áreas de conhecimento afins.

É como decorrência desse conceito nuclear que se situam as inquietações da Didática atual. É esse conceito que é objeto de controvérsias teóricas, que às vezes levam a disputa ao campo interdisciplinar do “currículo”, como que exigindo da Didática que proceda à sua invasão, já que o conteúdo do ensino – o “o quê” se ensina – tanto pode ser problema didático quanto curricular. Outras vezes leva a outro campo inter-relacionado, o da Psicologia do Desenvolvimento ou Aprendizagem, já que o êxito do processo de Ensino, aquilo mesmo que justifica tentá-lo, é a Aprendizagem. (CASTRO, 1991, p. 21).

Desse modo, a Didática precisa, por sua própria natureza de relação interdisciplinar, dialogar com outras áreas de conhecimento. Quando pergunta “o quê ensinar?”, ela precisa dialogar com as contribuições de campos de conhecimentos específicos como, por exemplo, a Matemática, a Geografia, a Arte etc. Quando pergunta “como ensinar?”, passa a dialogar com as metodologias e técnicas. Quando pergunta “Por que ensinar?”, “Para que ensinar?” e “Para quem ensinar”, está marcando os limites da relação dialógica com a Filosofia da Educação, a Sociologia da Educação,



História da Educação e as Políticas Educacionais, entre outras.

Saviani (2008) situa a pedagogia epistemologicamente como teoria e prática da educação. Sendo assim, a história da formação de professoras (es) recai em dois modelos: conteúdos culturais-cognitivos e pedagógico-didáticos. Busca-se, assim, superar o dilema da pedagogia e seu impacto nas escolas, analisando as duas grandes vertentes: tradicional e renovadora. Percebe-se que, a primeira centraliza seu método de aprendizagem com ênfase da teoria e reforça o papel da (o) professora (or), e a outra, evidencia a prática e reforça o papel da (o) estudante. Assim se fundamenta o dilema entre teoria e prática, no qual se “um curso é teórico, não é prático, e, se é prático, não é teórico” (SAVIANI, 2008, p.123)

A relação entre teoria e prática tem se apresentado historicamente como tensionamento entre dois polos, oscilando ora em favor da teoria, ora em favor da prática, em prejuízo de ambas. No caso das licenciaturas, ela se manifesta como tensionamento entre o domínio dos conteúdos específicos e a formação didática como credencial para o exercício da docência. A teoria e a prática, mesmo distintas, têm aspectos inseparáveis, afinal a prática é a razão de ser da teoria, e a teoria se constitui, se desenvolve em função da prática que opera. Sendo assim, quanto mais sólida for à base teórica da (o) acadêmica (o), mais consistente e eficaz será sua prática.

Partindo deste pressuposto, o curso de Licenciatura em Pedagogia, do *Campus - Realeza* propõe como solução para este dilema a articulação entre teoria e prática. Para Freire (1987) a relação teoria e prática são inseparáveis, pois constituem um mesmo processo que o autor chama de práxis. Trata-se de uma reflexão sobre a prática, pois o ser humano age sobre o mundo no sentido de modificá-lo, porém não o faz por impulso e improvisado. Toda ação humana é intencional e refletida na direção de provocar ações sobre o mundo. Essa é uma condição ontológica do ser humano. Daí não se admite uma ação baseada puramente no verbalismo sem qualquer tipo de relação com a prática:

É preciso que fique claro que, por isso mesmo que estamos defendendo a práxis, a teoria do fazer, não estamos propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante de ação (FREIRE, 1987, p. 125)

Ensino e aprendizagem seguem juntos interdependentes e em uma relação essencialmente dialógica. Para Freire (1987) não é possível superar a relação dominante-dominada (o) sem envolver a (o) outra (o) em um constante e contínuo diálogo. A dialogicidade é central, pois a educação só pode avançar na medida em que a (o) professora (or) identifica a (o) estudante como um ser com possibilidade de romper



com a lógica da dominação e da exclusão. Nesse contexto, refletir sobre a própria prática é condição importante para contribuir para a emancipação humana e a formação de pessoas capazes de fazer a conexão entre a reflexão e a ação social.

As Diretrizes Nacionais Curriculares (Resolução CNE/CP N°. 02/2015) e a Política de Formação de Professores da UFFS (Resolução N° 2 de 2017 CONSUNI/CGAE) concebem a docência como *práxis* social, onde a teoria e a prática se encontram articuladas dialeticamente entre si e com a prática social mais ampla. Assim, a docência é compreendida como “atividade profissional intencional e metódica” (Artigo 4º da Resolução 02/2017 CONSUNI/CGAE). Trata-se de uma atividade complexa, que projeta a formação do ser humano num contexto histórico determinado, envolvendo a definição de conhecimentos e sua contextualização, problematização e a organização de processos formativos por meio dos quais se busca atingir tal finalidade.

Segundo as diretrizes nacionais, cujo foco é a formação de professoras (es), tal orientação requer a “compreensão ampla e contextualizada de educação e de educação escolar”, “a articulação entre teoria e prática no processo de formação docente (...) contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, “o reconhecimento das instituições de Educação Básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério” e a definição de “um projeto formativo (...) sob uma sólida base teórica e interdisciplinar” (Artigo 3º da Resolução 02/2015 do CNE). É precisamente com este universo de saberes e as articulações que se estabelecem entre eles para a realização dos fins propostos que se ocupam as pesquisas e debates didático-pedagógicos relacionados à temática da formação de professores ao longo das últimas décadas.

De acordo com Freire (1996), ao refletir sobre a docência no contexto dos embates com a cultura e com a educação tradicional e em defesa de uma perspectiva de educação popular e emancipatória, afirma que não há docência sem discência, ou seja, que a razão de ser da profissão da (o) professora (or) é a (o) estudante. Ele estabelece uma diferenciação entre ensinar e transmitir conhecimentos, concebendo o ato de ensinar como uma atividade humana que pressupõe o exercício da escuta e do diálogo, a definição de temáticas socialmente relevantes e a sua problematização, a condução de um processo investigativo coletivo, que pressupõe a generosidade, o comprometimento com a mudança e o querer bem às (aos) educandos.

Perante o exposto, o Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura da UFFS



– *Campus Realeza* propõe uma formação em que teoria e prática sejam partes de um mesmo processo, sendo assim indispensáveis para fazer avançar a educação de qualidade, comprometida com a democratização da sociedade, com a justiça social e a inclusão.

II. A profissionalização docente

A partir dos estudos, reflexões e ações no Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura da UFFS – *Campus Realeza* acerca da formação de professoras (es) pretende-se a apropriação de um universo de saberes articulados entre si no âmbito da prática pedagógica, cujas reflexões se complementam entre si. Gatti (2009), no contexto das discussões sobre a profissionalização docente e ao refletir sobre os saberes necessários à sua formação, categoriza-os em três grupos: *a) os saberes específicos da área; b) os saberes pedagógicos; c) os saberes associados às demandas relativas à aprendizagem das (os) sujeitas (os) do processo educativo*. Pimenta (1999), com base em suas pesquisas, concebe a docência como constituída por três tipos de saberes, articulados entre si e com a prática social real; *a) os saberes da experiência, b) os saberes do conhecimento e c) os saberes pedagógicos*.

O debate em torno dos saberes vinculados ao exercício da docência e ao processo de formação de professoras (es) é amplo e os apontamentos feitos sinalizam para a riqueza e complexidade desse processo. Evidenciam a existência de um repertório de saberes para a necessidade de reorientação de sua abordagem em direção à prática social, que tem o exercício da docência na Educação Básica como seu ponto de partida e de chegada. Mediante essa reorientação, as polarizações em torno da teoria e da prática perdem sentido e são substituídas pela articulação de saberes requeridos pelas práxis pedagógicas. Estas envolvem um compromisso com a aprendizagem de todas (os), em favor da emancipação humana e social.

No âmbito didático-pedagógico, o Curso de Graduação - Licenciatura em Pedagogia procura articular ações em torno de um processo formativo que se propõe a reconhecer os processos sociais, culturais e os percursos escolares das (os) estudantes, enquanto perspectiva de construção de estratégias para promover a inserção na vida acadêmica, no contexto educativo escolar de forma investigativa e cooperativa. Mantendo assim diálogo com as (os) sujeitas (os) envolvidas (os) na escola, ao longo de todo o curso. Em sua organização curricular, busca atender para a interação dos saberes vinculados à organização e à compreensão da prática pedagógica, concebida como eixo



articulador do processo formativo. Tal compreensão requer o exercício interdisciplinar entre os componentes dos Domínios Comum, Conexo e Específico entre as Licenciaturas entre os outros cursos, voltados para formação integral abrangente.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia julga de fundamental importância a realização de estudos e pesquisas educacionais em espaços apropriados para iniciar sua formação teórica e prática educacional, como por exemplo, nos Estágios Curriculares Supervisionados, programas de formação docente (como PIBID e Residência Pedagógica), atividades de extensão, pesquisa em educação, dentre outros.

Para atender a essa formação, pretende-se um curso de Pedagogia em que os conhecimentos específicos sejam interdisciplinares com interface com os conhecimentos científicos e culturais, bem como com os valores éticos, políticos e estéticos inerentes aos processos de ensinar e aprender, mas também aos processos de socialização e construção do conhecimento (RIOS, 2001).

Além da atuação docente em sala de aula, objetiva-se um curso que oportunize formação inicial pautada na perspectiva da integração da pesquisa, ensino extensão e cultura como eixo dessa concepção e o entendimento da docência a partir da articulação de horizontes, técnico, ético, político e estético, nos espaços formais e não formais. Objetivamos assim, superar a ideia de currículo mínimo por um currículo aberto às demandas da vida social e às próprias dinâmicas da sociedade, promovendo uma formação qualificada à (ao) professora (or), à (ao) coordenadora (or) e à (ao) gestora (or) educacional.

O curso de Pedagogia assume o compromisso de uma formação que invista em práticas não meritocráticas, que evitem ênfase exagerada numa formação técnica instrumental de concepção restrita ao domínio das competências e habilidades. Valorizando assim uma sólida formação teórica interdisciplinar, uma unidade entre teoria e prática, trabalho coletivo, compromisso social e valorização do profissional da educação.

III Gestão e Coordenação Escolar

A formação da (o) profissional pedagoga (o) visa a sua atuação também na gestão escolar e na coordenação pedagógica. A perspectiva didático-pedagógica interacionista e dialógica corresponde a uma abordagem de gestão democrática e participativa, que tem como horizonte promover a melhoria da qualidade da instituição de ensino público, da relação escola e comunidade, a aprendizagem da democracia



como um modo de ser e de se relacionar no mundo e a realização de uma prática pedagógica comprometida com a formação para a cidadania (Coutinho, 2000; Ferreira, 2004).

De acordo com Lück (2009) e Ferreira (2003) cabe à equipe gestora o papel de organizar o trabalho coletivo e liderar as ações necessárias, no sentido de consolidar um ambiente escolar democrático e de aprendizagem. Trata-se de um ato político, pois é feito de escolhas que revelam o compromisso social dos envolvidos. Para Werle (2001), mais do que uma (um) administradora (or) que cuida das questões burocráticas ou uma (um) gerente que diz às (aos) outras (os) o que fazer, a escola precisa de gestoras (es) que compreendam o alcance de suas decisões e o seu papel na edificação de uma sociedade menos desigual e excludente. Assim, cabe à equipe gestora, constituída pela (o) diretora (or), assistentes de direção, coordenadoras (es) pedagógicas (os) e em alguns casos professoras (es) coordenadoras (os) e supervisoras (es) e orientadoras (os) educacionais, superar a visão autoritária, hierarquizada e burocrática e atuar de forma efetiva nas atividades de planejamento, avaliação e no projeto político-pedagógico sempre alinhadas (os) aos princípios da democracia participativa. Como afirma Paro (2003), não pode haver democracia se não existir pessoas democráticas para fazê-la existir.

Nesta perspectiva, o principal papel da escola, em qualquer contexto social, é estar em sintonia com as pessoas e as necessidades históricas do tempo em que estão inseridas. Quanto mais afinada estiver a gestão com o seu entorno, mais sucesso as instituições escolares poderão alcançar. Paulo Freire (2004) sempre insistiu que o currículo deve refletir criticamente sobre a realidade vivenciada pelas (os) acadêmicas (os), sem isso não existe uma aprendizagem significativa e que faça a diferença na vida de todas (os). Cabe então aos gestores buscarem mecanismos efetivos de garantir uma educação que promova a aprendizagem e a formação de cidadãos. Isso só pode ser atingido por meio de uma gestão democrática e por consequência participativa e dialógica:

Diálogo como a verdadeira forma de comunicação humana, na tentativa de superar as estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e as práticas educativas a fim de se construir, coletivamente na escola, na sociedade e em todos os espaços do mundo, uma nova ética humana e solidária. Uma nova ética que seja o princípio e o fim da gestão democrática da educação comprometida com a verdadeira formação da cidadania (FERREIRA, 2004, p. 1243).

Geralmente, a gestão democrática e participativa é compreendida como uma



forma de envolver todas as pessoas de uma organização nos processos de decisões. No caso da gestão escolar se refere ao esforço de coordenar o planejamento, as decorrentes ações e avaliação dessas práticas de tal modo que valorize os espaços de participação ativa de todas (os) os segmentos escolares, (estudantes, pais, professoras (es) e servidoras (es) administrativas (os) e pedagógicas (os)), por meio do diálogo e da construção do consentimento coletivo, visando sempre a melhoria do ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia da UFFS *Campus* Realeza concebe o modo de ser e de proceder da (o) gestora (or) escolar e do coordenadora (or) pedagógica (o) como um dos fundamentos didático-pedagógico da experiência formativa democrática na instituição de ensino, quando descentraliza o poder por meio da valorização da participação e da constituição de coletivos, do reconhecimento do papel político-pedagógico do conselho escolar, do grêmio estudantil, da associação de pais e mestre, entre outras organizações; quando promove trabalhos em equipes, envolve toda a comunidade em projetos culturais, fortalece grupos e projetos diversos articulados à proposta pedagógica escolar. “Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado mediante reciprocidade que cria um ‘todo’ orientado por uma vontade coletiva” (LÜCK, 1998, p.15).

Considerando que a (o) gestora (or) escolar é o responsável legal, judicial e pedagógico pela instituição de ensino, a (o) profissional pedagoga (o) precisa de boa formação acadêmica e a oportunidade de significativa experiência formativa por meio de estágio na administração escolar. Condições necessárias para tomar decisões fundamentadas na legislação educacional, gerir a estrutura escolar, realizar o planejamento administrativo (de recursos humanos, físicos, financeiros e condições organizacionais) e o planejamento pedagógico (processos de ensino- aprendizagem das (os) estudantes). Além disso, a administração escolar não é um processo desligado da atividade pedagógica, pois por meio do seu modo democrático de ser também ensina, e pela promoção e participação também oportuniza aprendizagens do modo de conviver democrático das pessoas envolvidas, como o respeito à diversidade, a tolerância à pluralidade de ideais, o espaço e tempo para o diálogo, a ação justificada por argumentos.

A organização e a gestão da escola adquirem um significado bem mais amplo, para além de referir-se apenas a questões administrativas e



burocráticas. Elas são entendidas como práticas educativas, pois passam valores, atitudes, modos de agir, influenciando as aprendizagens de professores e alunos. (LIBÂNEO, 2004, p. 30)

O pressuposto da gestão participativa está fundamentado no gerenciamento dos princípios da cogestão com o Conselho Escolar e com as representações das organizações associativas da escola, legitimando a tomada de decisões em uma ação colegiada com diferentes níveis de responsabilidade da equipe gestora da escola. A gestão democrática e participativa inclui alguns princípios que segundo Libâneo (2001) são imprescindíveis para identificar práticas coletivas e colaborativas de administração escolar. Entre esses princípios podemos destacar: a autonomia da instituição escolar frente aos órgãos controladores; relação direta e colaborativa entre gestoras (es) e comunidade escolar; planejamento conjunto de ações com envolvimento da comunidade escolar; formação continuada de profissionais da educação e de membros da comunidade escolar; compartilhamento de informações; processos regulares de avaliação de todas as ações desenvolvidas e relações humanas criativas e transformadoras.

Nesse contexto o papel da (o) coordenadora (or) pedagógica (o) envolve diretamente o trabalho com as (os) professoras (es) no contexto escolar: oferecendo apoio para as principais dificuldades enfrentadas em sala de aula; apresentando novas possibilidades de metodologias e intervenções pedagógicas sustentadas em pesquisas, discussões teóricas e fundamentadas na legislação educacional; oportunizando encontros e momentos de discussões entre as produções da área e os desafios vivenciados pelos docentes da escola e constituir diálogos entre as (os) trabalhadoras (es) da educação e a comunidade escolar.

O projeto formativo do Curso de Pedagogia prevê a organização de um Programa de Pesquisa, Extensão e Cultura articulado com o Ensino, mediante um vínculo forte com algumas instituições escolares da Educação Básica, desenvolvido ao longo do Curso. Tal Programa está voltado para a investigação dos temas e problemas escolares, envolvendo as questões do ensino, da coordenação pedagógica e da gestão educacional.



5.4 Referenciais orientadores legais e institucionais

O PPC do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia orienta-se pela legislação educacional, geral e específica da área, bem como pelas normativas e orientações institucionais da UFFS, abaixo elencados:

5.4.1 Âmbito nacional:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Lei nº 11.465, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.



Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 – possibilita às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências.



Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

5.4.2 Âmbito institucional:

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 01/2011 – CONSUNI/CGRAD – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.

Resolução nº 11/2012 – CONSUNI – reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 13/2013/CGRAD – institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS, sendo que o Núcleo de Apoio Pedagógico está vinculado à Coordenação Acadêmica através da Diretoria de Organização Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos professores da UFFS e de articulação para a formação docente.

Resolução nº 32/2013/CONSUNI – institui em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil, o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos – PROHAITI, com o objetivo contribuir para integrar os imigrantes haitianos à sociedade local e nacional, por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS, e qualificar profissionais que ao retornar possam contribuir com o desenvolvimento do Haiti.



Resolução nº 33/2013/CONSUNI – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 004/2014 –CONSUNI/CGRAD – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

Resolução nº 005/2014 – CONSUNI/CGRAD – versa sobre a possibilidade de oferta de componentes curriculares no formato semipresencial nos cursos de graduação presenciais da UFFS, desde que previamente descrito e fundamentado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Resolução nº 008/2014 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta os procedimentos para a validação de componente curricular nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.

Resolução nº 004/2015 – CONSUNI – estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 6/2015/CGRAD – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme exposto em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 10/2017 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.

Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/CGAE - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 16/2019 - CONSUNI - Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.



Resolução nº 93/2021 - CONSUNI - Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

5.4.3 Específicas das licenciaturas:

Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 – Dispõe sobre a Política Nacional de Formação das (os) Profissionais da Educação Básica.

Parecer CNE/CP 2/2015 – subsidia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada das (os) profissionais do magistério da Educação Básica

Resolução CNE/CP 2/2015 – define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduadas (os) e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Resolução 2/2017 /UFFS – aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professoras (es) da Educação Básica, indicando princípios e diretrizes que orientem o currículo das licenciaturas da UFFS.

5.4.4 Legislações específicas da área do Curso de Pedagogia:

Parecer CNE 05/2005 – subsidia as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

Resolução CNE/CP 01, de 15 de maio de 2006 – institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Geral:

Formar professoras (es) para atuar no magistério da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na gestão educacional, na coordenação pedagógica e na produção e difusão do conhecimento, por meio de uma articulação entre os saberes acadêmicos e escolares, comprometida com a melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica pública e com a democratização do conhecimento e da sociedade, em conformidade com os princípios institucionais da UFFS e com as orientações legais.

6.2 Específicos:

1. Contribuir para diminuir o déficit de professoras (es) qualificadas (os) para atuar nas escolas da Educação Básica pública no contexto regional, no âmbito da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos processos de gestão educacional, na coordenação pedagógica e nos sistemas de ensino;

2. Promover um percurso formativo voltado para a construção de uma (um) sujeita (o) crítica (o), propositiva (o), sensível e solidária (o) com as causas sociais e comprometida (o) com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

3. Exercitar a criticidade nos processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades de ensino na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da gestão educacional, da coordenação pedagógica e da produção e difusão do conhecimento;

4. Analisar as mudanças no mundo do trabalho e da produção material e avaliar seus impactos políticos, sociais, culturais, educacionais e subjetivos;

5. Promover o exercício da interdisciplinaridade na análise das práticas sociais, culturais, educacionais, curriculares e pedagógicas, mediante articulação e integração de conhecimentos históricos, sociológicos, filosóficos, psicológicos e estéticos;

6. Compreender a escola como instituição social complexa, historicamente situada, e posicionar-se diante dos tensionamentos que se estabelecem em torno de sua



organização e funcionamento;

7. Conceber a escola como co-formadora de professoras (es) mediante inserção das (os) estudantes no contexto escolar desde o início do curso, de forma a articular o desenvolvimento do currículo acadêmico com o currículo escolar e integrar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura;

8. Discutir e problematizar as concepções de infância e de educação infantil no contexto histórico atual, atentando para as desigualdades sociais e seus impactos sobre a cultura, a educação e a subjetividade;

9. Promover a apropriação e o exercício teórico-prático de distintas concepções de currículo, de docência, de ensino e aprendizagem com suas interfaces pedagógicas, didáticas e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem;

10. Potencializar experiências de gestão educacional e coordenação pedagógica no âmbito escolar e dos sistemas de ensino, amparado nos princípios da gestão democrática e do planejamento participativo, envolvendo os integrantes da escola (gestoras (es), professoras (es), servidoras (os), estudantes) e a comunidade escolar;

11. Promover a apreensão de conhecimentos teórico-práticos relacionados à educação especial e ao desenvolvimento de habilidades para atuar em contextos escolares inclusivos;

12. Conhecer e utilizar com sentido pedagógico e formativo as tecnologias da informação e comunicação nos processos de ensino-aprendizagem, na interação entre estudante-docente-conteúdo e na produção do conhecimento.

13. Promover a iniciação e o desenvolvimento da pesquisa educacional, na produção e difusão de conhecimentos da área de educação no âmbito da atuação profissional da (o) pedagoga (o);

14. Fomentar a produção e difusão de conhecimentos, por meio da participação em atividades nos grupos de estudo, de pesquisa, extensão e cultura, PIBID, Programa de Residência Pedagógica, projetos de monitoria acadêmica e de iniciação à pesquisa em educação e sua socialização em eventos científicos, culturais e educacionais.

15. Integrar a formação inicial e continuada a partir dos diferentes domínios formativos



do currículo institucional no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura;

16. Promover o reconhecimento e a valorização dos direitos humanos e sociais, do respeito à diversidade e da promoção da igualdade de oportunidades para apropriar-se dos conhecimentos curriculares requeridos para a inclusão social e para o exercício da cidadania;

17. Oportunizar estudos e reflexões sobre os processos históricos da formação social e cultural brasileira, envolvendo os povos indígenas, quilombolas, afrodescendentes, as(os) imigrantes e as particularidades do contexto de fronteira em que se situa a UFFS - *Campus Realeza*.

18. Compreender as (os) sujeitas (os) que acessam a EJA a partir das suas histórias de vida, dos condicionantes históricos, sociais e culturais, de sua inserção social e política e da sua relação com a escola;

19. Promover a análise, reflexão e teorização de espaços e tempos (formais e não-formais) de alfabetização e letramento, visando a compreensão de seus conceitos, métodos e concepções que envolvem habilidades da leitura e escrita, para uma aprendizagem que favoreça as práticas escolares na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos;

20. Propiciar o acesso e a interação com a cultura e os bens culturais produzidos pela humanidade ao longo da história que envolve os modelos clássicos consagrados, bem como a cultura local e popular como parte integrante da formação humana e profissional.



7 PERFIL DO EGRESSO

A (o) egressa (o) do Curso de Pedagogia - Licenciatura é dotada (o) de um repertório de saberes que a (o) qualificam para atuar como docente na Educação Básica pública, no âmbito do ensino na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na gestão educacional e na coordenação pedagógica e em processos de produção e difusão do conhecimento. Tais saberes são constituídos por conhecimentos teórico-conceituais (gerais, específicos e pedagógicos) e por habilidades práticas, articuladas entre si, que lhe possibilitam diagnosticar, propor, desenvolver e avaliar suas ações, de forma intencional e metódica e em cooperação com o coletivo escolar, comprometidas com a melhoria da Educação Básica pública e com a gestão democrática e participativa e orientadas pelos princípios da emancipação humana, da democratização social, do reconhecimento da diversidade e da inclusão, de forma que o egresso estará apto a:

I - Dimensões amplas da atuação profissional:

- Atuar ética e politicamente em diferentes contextos educativos e pedagógicos, tendo por base o reconhecimento da dignidade humana, da alteridade, da diversidade das experiências culturais, da sensibilidade ambiental e da formação humana integral;
- Estabelecer uma relação dialética entre a teoria e a prática, tendo como ponto de partida a interpretação crítica da prática social, para conceber uma ação intencional e qualificada, voltada para a transformação social, que no exercício da docência se efetiva pelo trabalho pedagógico, voltado para a mediação e apropriação ativa dos conhecimentos em favor do desenvolvimento histórico da humanidade em cada indivíduo singular;
- Comprometer-se com a inclusão nos processos de planejamento, organização e desenvolvimento das práticas profissionais, abarcando as dimensões ética, estética e epistemológica em que se reconhece o ser humano em suas diversidades sociais, culturais, étnico-raciais, de gênero e sexuais;
- Posicionar-se criticamente frente aos tensionamentos que se estabelecem entre os processos produtivos, a atuação do Estado, as políticas públicas em educação



e as propostas curriculares;

- Atuar nos processos de ensino, gestão educacional e coordenação pedagógica no âmbito escolar e nos sistemas de ensino, amparado nos princípios da gestão democrática e participativa, envolvendo os integrantes da comunidade escolar;
- Assumir-se como intelectual capaz de estabelecer o diálogo entre os saberes populares e acadêmicos para investigar e interpretar as práticas socioculturais, educacionais e pedagógicas e para propor alternativas orientadas para a construção de relações sociais mais justas e igualitárias;
- Atuar de forma comprometida e intencional na consolidação de uma Educação Básica pública e de qualidade para todos;
- Atuar em espaços escolares e não escolares que requerem conhecimentos pedagógicos.

II – Dimensões específicas da atuação profissional vinculadas ao ensino:

- Apreender e mobilizar os conhecimentos dos campos disciplinares, didático-pedagógicos e das infâncias e sua contextualização histórica e social e articulá-los com o currículo/saber escolar no desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental, atentando para as suas especificidades;
- Atuar em processos de alfabetização e letramento considerando as diferentes realidades socioculturais que condicionam as variações linguísticas regionais marcadas pela presença dos grupos nativos, pela imigração e pelo contexto de fronteira;
- Atuar na Educação Infantil considerando o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade, assim como a necessidade de apreensão de conceitos técnico-científicos sobre a infância que oportunize a compreensão dos diferentes níveis de desenvolvimento infantil, a diversidade sócio-cultural-afetivas, a indissociabilidade entre cuidar-educar, as interações com as (os) sujeitas (os) e ambientes, a estimulação precoce, o desenvolvimento psicomotor, a ludicidade, a sustentabilidade e a democracia.
- Atuar na educação escolar especial e em salas inclusivas destinadas ao desenvolvimento de habilidades específicas, dotado de conhecimentos teórico-



práticos;

- Atuar na Educação de Jovens e Adultos reconhecendo as suas histórias de vida e as trajetórias escolares problematizando as mudanças no mundo do trabalho, das tecnologias, e seus impactos sobre a cultura;
- Atuar na educação ambiental tendo por base a compreensão crítica das relações que se estabelecem entre ser homem e o ambiente, atentando para os aspectos econômicos, sociais, e culturais envolvidos historicamente;
- Desenvolver o trabalho pedagógico de forma coletiva, dialógica, contextualizada, crítica e criativa para compreender e propor alternativas frente às transformações vivenciadas nos processos de ensino-aprendizagem;
- Apropriar-se e utilizar as tecnologias de informação e comunicação nos processos de produção de conhecimento e de ensino-aprendizagem e compreender os impactos dessas tecnologias na cultura, nas relações sociais e na constituição da subjetividade e das identidades infanto-juvenis;

III – Dimensões da atuação na gestão educacional e coordenação pedagógica

- 1. Atuar na (re)elaboração, implementação, avaliação e aperfeiçoamento do projeto pedagógico escolar, em diálogo com a legislação, as práticas institucionais e com a comunidade escolar;
- 2. Acolher, analisar e interpretar as problemáticas vinculadas ao exercício profissional, no âmbito da organização e do funcionamento da instituição escolar, da efetivação das políticas públicas em educação, do currículo escolar, dos processos de ensino-aprendizagem e das (os) sujeitas (os) da aprendizagem e de seu desenvolvimento, para conceber, orientar e avaliar o trabalho pedagógico e estimar seus impactos sociais e ambientais;
- 3. Atuar na formulação, execução e avaliação de políticas públicas em educação, a fim de contribuir na melhoria da qualidade da educação e com a correção das distorções e problemas observados na vida social que tenham implicações no acesso e permanência de crianças, adolescentes, jovens e adultos na escola;
- 4. Atuar na avaliação e proposição de currículos, programas e projetos junto aos sistemas de ensino e à instituição escolar, amparado numa



compreensão de currículo como repertório de saberes e de práticas sociais recortadas de um universo mais amplo da experiência humana, envolvendo dimensões éticas, estéticas, cognitivas, de trabalho e produção;

- 5. Coordenar os processos de planejamento, organização e avaliação do trabalho pedagógico no âmbito escolar, incluindo o atendimento educacional especializado, o reforço escolar, a formação continuada e os conselhos de classe, em diálogo com a comunidade escolar;
- 6. Propor e/ou coordenar a elaboração e a execução de projetos educacionais no âmbito escolar vinculados às especificidades locais e para a formação integral, envolvendo a cultura, a diversidade étnico-racial, a inclusão social, a educação ambiental, entre outros;
- 7. Coordenar os processos formativos no âmbito escolar, vinculados às parcerias celebradas entre escola e universidade, envolvendo PIBID, Residência Pedagógica, estágios supervisionados, grupos de estudo e de pesquisa, entre outros.
- 8. Atuar na orientação pedagógica junto às (aos) docentes, estudantes, pais e/ou responsáveis, em conformidade com o projeto pedagógico escolar e as particularidades locais;
- 9. Atuar nos processos de gestão escolar, em diálogo com a comunidade escolar e em articulação com os sistemas de ensino, atentando para as especificidades locais, para a identidade escolar e os desafios emergentes, tendo em vista a melhoria da qualidade da Educação Básica;

IV – Dimensões da atuação no âmbito da produção e difusão do conhecimento

- Articular as atividades relacionadas ao exercício da docência com a pesquisa, de forma a constituir-se como professora (or) - pesquisadora (or);
- Assumir a formação continuada como espaço privilegiado de aprofundamento de estudos, em que os temas e problemas emergentes nos processos de ensino-aprendizagem são convertidos em objetos de investigação, cujos resultados retroagem sobre as práticas pedagógicas;
- Atuar em processos coletivos de produção do conhecimento, que privilegiam abordagens multi e interdisciplinares para análise de problemáticas e proposição



de alternativas;

- Atuar na elaboração/produção de materiais didático-pedagógicos no âmbito escolar e do sistema de ensino e na avaliação do livro didático a partir dos programas nacionais, estaduais e municipais;
- Organizar e/ou participar de grupos de estudo/pesquisa, no âmbito escolar, dos sistemas de ensino e das instituições de ensino superior;
- Refletir sobre a prática docente e comunicar suas experiências em eventos acadêmicos, culturais e educacionais.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura do *campus* Realeza - PR atende aos dispositivos legais vigentes e as normativas institucionais (conforme item 5.4) que orientam a formação da (o) licenciada (o) em Pedagogia e determinam as cargas horárias das várias dimensões da formação que integram a organização curricular.

8.1 Concepção de currículo

Ao longo da história o currículo se converteu em uma grade de conteúdos e áreas do conhecimento que deveriam necessariamente ser ministrados às (aos) estudantes em diferentes níveis e modalidades da educação, como uma espécie de guia, caminho, percurso que a (o) professora (or) deveria seguir. Pouco se questionava sobre os seus propósitos, objetivos e direção. Era uma espécie de artefato atemporal, ou seja, como se não tivesse uma história.

Com o surgimento dos estudos críticos sobre o currículo, ficou evidenciado que mais do que um rol de componentes dispostos em uma dada organização, havia também uma concepção de mundo, de ser humano, de sociedade e de educação que embasam os documentos orientadores. Além disso, foi evidenciado que os currículos serviam a interesses de classe que se utilizavam da escola e de outras instituições sociais, para perpetuar as relações de poder sob controle das classes proprietárias. Desse modo, mais do que organizar a forma como os conhecimentos deveriam ser ministrados, havia também a preocupação de moldar e doutrinar os sujeitos aos valores e princípios da lógica de mercado.

Mais recentemente novos estudos sobre o currículo influenciados pelos estudos antropológicos e culturais avançaram para a discussão de temas que tinham pouco ou nenhum espaço no interior das propostas curriculares, como é o caso das relações de gênero, questões que envolvem as relações étnico-raciais, sexualidade, heteronormatividade, multiculturalismo e outros. Nesses estudos, embora abarque diferentes matizes teóricos e metodológicos, possuem em comum a compreensão de que a desigualdade social não é o único entrave para a constituição de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Hoje as diferentes concepções de currículo, desde as mais tradicionais até as mais recentes, estão presentes nos currículos escolares, como maior ou menor



predomínio de uma tendência ou outra. Embora isso possa parecer vantajoso, não colabora no sentido de estimular um debate mais intenso, entre as (os) profissionais da educação, pelo contrário, atualmente esse tema ocupa pouco espaço no interior das instituições. Essa situação colabora para a imposição de algumas propostas de currículo que aparentemente contemplam algumas discussões em torno de temas mais próximos dos estudos culturais. Contudo, estão relacionados diretamente com os objetivos de grupos privados muito interessados na formação de indivíduos focados na lógica de mercado e de sua reprodução.

Arroyo (2007) considera que o currículo, para além dos interesses imediatos do mercado, deve levar em conta as necessidades das classes populares que ao longo da história vivenciaram condições de exploração, injustiça e discriminação. O currículo escolar deveria levar em conta tanto a realidade local e regional como outras de diferentes lugares e tempos, pois como afirma Saviani (1998) é fundamental que todos tenham acesso a herança cultural produzida pela cultura e pela ciência ao longo da história.

Para tanto, compreende-se o currículo do Curso de Pedagogia – Licenciatura do *campus* Realeza como práxis (FREIRE, 1987), ou seja, um instrumento essencial da prática pedagógica, relacionado com a profissionalidade docente, com uma multiplicidade de conhecimentos e concepções pedagógicas, políticas, culturais e administrativas que constroem a atividade escolar/formativa. O currículo pode ser entendido como uma proposta de construção contínua, dialógica e interativa, que possibilite uma formação tanto no que concerne à compreensão, produção e difusão do conhecimento científico, quanto à visão da (o) licencianda (o) como uma (um) sujeita (o) inserida (o) no contexto escolar, nele atuando como parte da coletividade (SACRISTÁN; GÓMEZ, 1998).

Assim sendo, o Curso define o currículo neste projeto pedagógico como um conjunto de decisões conceituais tomadas com o intuito de alcançar tanto uma formação profissional específica de qualidade, que vise à formação de professoras (es) qualificadas (os) em termos de conhecimentos específicos construídos em torno de sua área de titulação, quanto uma formação humana adequada para construção profissional de sujeitas (os) comprometidas (os) com preceitos da justiça social, igualdade e respeito à diversidade.

Para tanto, na aplicação destas Diretrizes Curriculares, o Curso assume o compromisso de respeitar as diferentes concepções teóricas e metodológicas próprias da



Pedagogia e àquelas oriundas de áreas de conhecimento indispensáveis à formação da (o) Pedagoga (o). Também a Resolução n. 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduadas (os) e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, define o currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural da (o) educanda (o), dos direitos e deveres das (os) cidadãs (ãos), do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho. Ainda, segundo essa resolução, os projetos de formação devem ser contextualizados no espaço e no tempo e atentos às características das crianças, adolescentes, jovens e adultos que justificam e instituem a vida da/e na escola, bem como possibilitar a reflexão sobre as relações entre a vida, o conhecimento, a cultura, a (o) profissional do magistério, a (o) estudante e a instituição.

Na mesma perspectiva, em consonância com a Resolução n. 2/2017 – CONSUNI/CGAE, que define a Política Institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, em seu artigo 5º, o currículo é entendido como produto e processo histórico, compreendendo:

- I - O reconhecimento da historicidade e da complexidade da organização curricular, envolvendo seus conflitos e contradições;
- II - A constituição de um percurso de formação docente a partir da definição de conhecimentos, sua contextualização conceitual e pedagógica, tendo por base um repertório amplo de possibilidades que integram o universo da experiência humana, em que se consideram a cultura e as relações sociais como espaço de produção de significados, subjetividades e/ou identidades sociais;
- III - A organização de um percurso formativo voltado para a construção de um sujeito criativo, propositivo, solidário e sensível às causas sociais identificadas com a construção de uma sociedade socialmente justa, democrática e inclusiva;
- IV - Um movimento e diálogo permanente com os processos sociais, seus padrões éticos, estéticos, cognitivos, de trabalho e produção, efetivando-se através da interação entre as áreas que integram a estrutura do currículo, do respeito à diversidade cultural linguística e cognitiva, das relações de ensino e aprendizagem, entre teoria e prática e com a comunidade regional, e entre ensino, pesquisa e extensão, que se desenvolvem no tempo-espaço de um currículo orientado criticamente;
- V - A integração dos domínios formativos (Comum, Conexo e Específico) na organização dos projetos formativos, em consonância com as orientações institucionais e com as diretrizes curriculares nacionais;
- VI - A oportunidade de os estudantes definirem parte de seu percurso formativo através da flexibilidade curricular, em consonância com suas trajetórias pessoais e os processos de inserção social, cultural e



profissional, a ser incorporado na estrutura curricular dos projetos pedagógicos dos cursos;

VII - O compromisso com a inclusão na definição, organização e desenvolvimento do currículo, abarcando as dimensões ética, estética e epistemológica, em que se concebe o ser humano como capaz de aprender, de ser e de conviver em diferentes situações de ensino e aprendizagem.

Dentro dessa concepção, o Curso apresenta na sequência os movimentos de constituição de currículo adotados neste PPC, que nos possibilitam contemplar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, a abordagem da formação para os Direitos Humanos e para o reconhecimento da diversidade humana constitutiva das sociedades contemporâneas.

8.2 A docência na educação básica pública como foco da organização curricular

A docência é a atividade central que perpassa toda a organização dos processos formativos propostos para o Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, *Campus Realeza* - PR. De acordo com a Resolução Nº 02/CNE/MEC/2015,

Compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores, éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

O Curso assume essa mesma visão em torno da docência, propõe uma organização curricular que nos permite abarcar a formação da (o) professora (or) pedagoga (o) voltada para o respeito à diversidade e ciente da pluralidade de contextos em que as atividades de ensinar e de aprender podem estar inseridas. Assim como, a formação para a atuação na gestão escolar e na coordenação pedagógica e na produção e difusão de conhecimentos.

O Curso assume com esse compromisso, expresso em seu PPC, a necessidade de estar, desde a implantação deste PPC, atento para o fato de que temos a Educação Básica Pública como prioridade:

[...] como objeto de referência para a construção de programas, projetos e processos de ensino, pesquisa e extensão, e a prática educativa como atividade interdisciplinar e articuladora do processo formativo, cuja composição integra uma amplitude de saberes conceituais (das áreas e do currículo escolar), contextuais, pedagógicos, da experiência docente e dos sujeitos da aprendizagem (Resolução Nº 2/2017 –CONSUNI/CGAE).



Além das questões até aqui destacadas, merecem destaque também, a proposta de integração de ensino, pesquisa, extensão e cultura que de forma articulada e interdisciplinar voltam-se para ações junto à Educação Básica Pública, tanto no espaço curricular dedicado a essas atividades quanto no espaço de projetos e programas específicos, como o Programa Residência Pedagógica, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Monitoria e o Programa de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, entre outras possibilidades que, certamente, promoverão a melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica pública.

8.3 As articulações do currículo com a Educação Básica

O Curso de Pedagogia – Licenciatura do *campus* Realeza - PR, a partir de 2022, implementará projetos e programas que auxiliarão na consolidação da articulação entre seu currículo e a Educação Básica, em especial, a Pública. Essas ações são atividades constitutivas da formação das (os) licenciandas (os), pois se articulam às possibilidades de formação abrangente para a docência, gestão escolar e coordenação pedagógica.

Por meio desta formação, a (o) estudante de Pedagogia encontra-se diretamente inserido no espaço escolar para a realização de Projetos de Docência que tanto efetivam a prática e fortalece a experiência profissional, pois apresentam à comunidade escolar propostas que se voltam à formação humana e científica assumida pela Educação Básica.

O curso de Pedagogia-Licenciatura do *Campus* Realeza-PR, contará com um programa específico, pensado e organizado para atender um número específico de escolas de Educação Básica. Preferencialmente serão estabelecidos vínculos com escolas que apresentem IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação) mais baixo, localizadas em regiões periféricas, do campo, de escolas de educação especial, de EJA (Educação de Jovens e Adultos) e outros espaços.

Essas experiências de formação docente oportunizarão às (aos) estudantes envolvimento em projetos de iniciação científica, extensão, cultura e ensino, gerando assim, a possibilidade de produção científica e acadêmica diversa. Promovendo uma formação orgânica, intencional e qualificada.



8.4 A articulação com outras licenciaturas

O Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da UFFS – *Campus Realeza* efetiva sua articulação com os demais cursos, por meio de ações conjuntas realizadas nos domínios curriculares Comum, Conexo e por meio do Programa de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura. Esta relação está explícita na Política Institucional da UFFS para os cursos de Licenciatura (Resolução 2/2017- UFFS) que pretende possibilitar a integração das (os) estudantes de diferentes áreas de formação. Desta forma, o currículo do curso está em conformidade com a regulamentação institucional (Resolução Nº 2/2017-UFFS, Resolução Nº 09/2017/CONSUNI/CGAE e Relatório do Seminário de Discussão do Domínio Comum/2012/UFFS). A título de especificação, destaca-se que o Domínio Comum se constitui de componentes curriculares que deverão ser cursados por todas (os) as (os) estudantes, considerando um total de 420 a 660 horas. A Resolução nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE também destaca a relação entre os cursos de Licenciatura a partir da flexibilidade curricular como um dos princípios estruturantes do currículo da UFFS, que se traduz pela oportunidade das (os) estudantes definirem parte de seu percurso formativo, em consonância com a organização curricular definida nos projetos pedagógicos dos cursos. Estabelece um percentual de 5% para componentes optativos, e abre a possibilidade de haver proposições de oferta de componentes optativos em qualquer um dos domínios formativos.

No curso de Pedagogia essa possibilidade se efetiva por meio da articulação entre os Domínios formativos e o Programa de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, pois os componentes optativos são projetados a partir dos eixos temáticos do Programa (conforme item 8.6.1). Ampliando assim, a participação das (os) acadêmicas (os) e professoras (es) vinculadas (os) ao curso de Pedagogia e aos demais cursos nas ações a serem efetivadas, de forma, que os mesmos, possam interagir a partir de suas áreas formativas.

Várias atividades articuladas com os cursos do *Campus Realeza* já acontecem em função da realidade escolar local, e das necessidades expressas nas escolas. Para tanto, as (os) professoras (es) vinculados aos Domínios formativos, em especial, Domínio Conexo assumem, em parceria com as escolas e os cursos já existentes, atividades formativas que certamente serão ampliadas e fortalecidas. Dentre as ações que já acontecem, prevendo a articulação entre os cursos existentes no *campus Realeza-PR*, pode-se destacar:



a) a realização de atividades de Formação Continuada para Pedagogas (os) vinculadas (os) ao Núcleo de Educação Regional de Francisco Beltrão. Atividade formativa organizada para um total de 200 pedagogos que atuam nas escolas Estaduais de toda região de abrangência;

b) Rodas de Conversa com a participação de professores dos Domínios Formativos do *Campus*, professores da Educação Básica e professoras (es) de outros *Campi* da UFFS e, também, outras universidades de nosso país sobre temáticas contemporâneas vinculadas ao debate educacional;

c) a realização de oficinas de aprendizagem organizadas pelas (os) acadêmicas (os) das licenciaturas do *Campus* juntamente com as escolas de Educação Básica, com o propósito de oportunizar às (aos) estudantes do Ensino Fundamental o contato com os espaços formativos da universidade, assim como, oportunizar às (aos) acadêmicas (os) o contato inicial com as escolas locais e o efetivo exercício da transposição didático-pedagógica;

d) a realização de oficinas de contação de história, que as (os) acadêmicas (os) dos cursos de Licenciatura do *Campus*, em especial o Curso de Letras, organizam. Para tanto, o curso de Pedagogia estima poder colaborar, levando em consideração as mais variadas temáticas e possibilitando o olhar ampliado para a formação docente. Podendo, inclusive, potencializar o uso de espaços já existentes, como é o caso: do laboratório de leitores, a Brinquedoteca, o LIFE;

e) a realização de oficinas efetuadas pelo curso de Medicina Veterinária (sobre “Cuidado aos pequenos animais”) e pelo curso de Nutrição (sobre alimentação saudável) ofertadas às (aos) estudantes dos anos iniciais da Educação Básica e que certamente, o curso de Pedagogia poderá contribuir;

f) O Grupo de pesquisa – (Trans) formação Inicial, Permanente e Contínua de Professores: Processos teóricos metodológicos da Ensinagem – TRIPEC, que também é um potente articulador de atividades entre os cursos, uma vez que desenvolve pesquisas sobre a formação de professoras (es) da região sudoeste do Paraná, na busca constante de melhor compreender como nossa história se constitui;

g) o Grupo de Pesquisa de Educação em Ciências (GPCien) que conta com a participação de professoras (es) e acadêmicas (os) de diferentes cursos da Instituição promovendo estudos, debates e pesquisas sobre a formação de professoras (es), a linguagem na educação em ciências, o educar pela pesquisa e ações junto às escolas da Educação Básica da região;



h) os eventos realizados para o debate acerca da formação docente, o qual destaca-se, o Congresso Internacional de Memória e Formação Docente - CIMFOR, que encontra-se, em sua IV edição, com temáticas relevantes ao contexto atual da educação, realizado a cada dois anos no *Campus-Realeza* e com a participação ampla de acadêmicas (os) e professoras (es) dos cursos de Licenciatura.

Nesta lógica, o grupo de pesquisa e o Congresso, têm auxiliado muito para a interação entre os cursos de Licenciatura hoje existentes no *Campus*, inclusive, com a participação de acadêmicas (os) pesquisadoras (es) (dos cursos) vinculados aos projetos de pesquisa, extensão e monitoria coordenados por professoras (es) que compõe o grupo. Sendo assim, o curso de Pedagogia amplia ainda mais esses espaços e olhares.

Desta maneira, o curso realiza as atividades já existentes e as demais que serão construídas em parceria com os demais cursos e com as escolas da Educação Básica, por meio dos domínios formativos e o Programa de Pesquisa, Ensino, Extensão e Cultura.

8.5 A “prática” no curso de Pedagogia

O Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da UFFS – *Campus Realeza*, em consonância com as orientações legais e com as diretrizes institucionais, adota o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática como princípio estruturante da organização e do desenvolvimento curricular, de forma que o ato educativo integra as dimensões conceituais, contextuais e pedagógicas. Dessa forma, concebe a prática como tempo-espaço de ação orientada teoricamente, dotada de intencionalidade ético-política e implicada esteticamente.

Em cumprimento às legislações e às normativas institucionais, a organização curricular do Curso prevê o desenvolvimento de um conjunto de práticas, expressas em três categorias: as aulas práticas; a Prática como Componente Curricular (PCCr); o Estágio Curricular Supervisionado (ECS).

8.5.1 As aulas práticas

Em conformidade com o Regulamento de Graduação da UFFS (Resolução 04/2014/CONSUNI/CGRAD/2014), o Curso concebe as aulas práticas como sendo “aquelas em que os estudantes, sob orientação e supervisão de docente, realizam ou



observam a realização de ensaios, experimentos e procedimentos descritos no protocolo de aula prática, em laboratório, em campo, em ambiente de exercício profissional ou outro ambiente preparado para tal.” No contexto específico do Curso de Pedagogia, tais atividades assumem uma variedade de possibilidades, tendo em vista a amplitude da atuação profissional vinculada ao seu perfil de formação. Tais atividades envolvem:

- a) Práticas em laboratórios: Brinquedoteca, Laboratório Interdisciplinar de Formação de Professores – LIFE; Laboratório de Formação de Leitores; Laboratórios de Ciências, entre outros.
- b) Atividades desenvolvidas em tempos-espços diversos: jogos didáticos; rodas de contação de histórias; teatro de fantoches; atividades de danças e cantigas; visitas a bosques, praças e jardins; visitas a espaços escolares e não escolares; viagens de estudos, entre outros.
- c) Formação cultural e produção de material didático: atividades com fotografia, filmes, documentários e literatura infanto-juvenil; produção de poesias, histórias infantis, jogos didáticos, entre outros.
- d) Atividades voltadas para o exercício da autonomia intelectual, da criticidade e do trabalho coletivo: atividades de leitura, de investigação e de escrita; apresentação de seminários; produção de relatórios, entre outros.
- e) Projetos de ensino em espaços escolares e não-escolares.

No Curso de Pedagogia, essas “aulas práticas” estão articuladas com as temáticas ementárias e com o objetivo do CCR. Em termos formais, esse dimensionamento prático não se encontra destacado das atividades teóricas, de forma que, na descrição das atividades constantes na grade curricular, elas permanecem integradas com as aulas teóricas presenciais e com as aulas não presenciais.

8.5.2 A Prática como Componente Curricular (PCCr):

Em consonância com a legislação e com as diretrizes institucionais (Resolução Nº 02/CONSUNI CGAE/UFFS/2017), o Curso de Pedagogia concebe a Prática como Componente Curricular (PCCr) como uma atividade focada na formação para a docência, em que se articulam, de forma explícita, dimensões conceituais, contextuais e pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades docentes. De acordo com a normativa institucional, a PCCr deverá atender aos seguintes requisitos:

- I - Estabelecer a articulação com a Educação Básica pública, desde o início do curso, e integrar conhecimentos conceituais, contextuais e



pedagógicos para o desenvolvimento de habilidades profissionais. II - Abranger as diferentes dimensões da atuação docente na Educação Básica (o ensino, a gestão da educação, a coordenação pedagógica e a produção e difusão do conhecimento). III - Estruturar-se em eixos temáticos, atendendo ao caráter teórico-metodológico e prático-reflexivo, podendo ser realizadas por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Curso de Pedagogia desenvolve uma forte relação com algumas escolas da Educação Básica (Educação Infantil e Anos Iniciais), possibilitando a inserção dos estudantes no contexto escolar desde o início do seu percurso formativo. Tais atividades possibilitam a apropriação de conhecimentos e de saberes próprios do exercício da docência, no âmbito do ensino, da coordenação pedagógica, da gestão educacional e da produção e difusão de conhecimentos na área da educação e da Pedagogia.

Quanto a sua organização, as atividades de PCCr dialogam com o perfil de formação do Curso e com a estrutura curricular. Merece destaque, nesse sentido, a sua articulação com o Programa de ensino, pesquisa, extensão e cultura, organizado em eixos formativos (conforme item 8.6.1 deste PPC), cujo desenvolvimento permeia todo o percurso formativo.

Em cumprimento à legislação, as atividades de PCCr totalizam um montante de 400 horas. Essa carga horária encontra-se registrada formalmente na matriz curricular (item 8.11). O dimensionamento de seus propósitos encontra-se expresso nos ementários dos respectivos CCRs.

Quadro 2: Carga horária da PCCRs

Eixo formativo	CCRs	Fase	C.H	Atividades
Formação pedagógica geral	Introdução à Docência	1ª	15h	Articulação das atividades dos CCRs com as escolas e instituições de ensino priorizadas pelo Curso através de acordo de cooperação e com o Programa de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Curso.
	Ludicidade na Educação Infantil e nos Anos Iniciais	1ª	15h	
	Psicologia da Educação	2ª	15h	
	História e Sociologia da Infância	2ª	15h	
	Didática	4ª	5	
	Avaliação para aprendizagem na Educação	6ª	15h	Diálogos, entrevistas e documentação da realidade escolar regional e nacional.
	Currículo: fundamentos teóricos e práticas curriculares	8ª	15h	
	História da Educação	6ª	15h	Análise de propostas e práticas didático-pedagógicas, curriculares, de coordenação pedagógica e de gestão dos sistemas de ensino e das escolas regionais, envolvendo as diferentes áreas do conhecimento.
	Fundamentos da Educação: contribuições da sociologia, da antropologia e da filosofia da Educação	7ª	15h	
	Educação e Trabalho	9ª	15h	
	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e	9ª	15h	



	Relações Étnico-Raciais na Escola			
Fundamentos teórico-metodológicos dos campos disciplinares do currículo escolar	Educação em História e Geografia	3 ^a	15h	
	Alfabetização e Letramento	3 ^a	15h	
	Educação em Ciências	4 ^a	15h	
	Educação em Linguagem I	4 ^a	15h	
	Educação Matemática I	5 ^a	15h	
	Arte e Educação	5 ^a	15h	
	Educação em Matemática II	6 ^a	15h	
	Corporeidade e Movimento	7 ^a	15h	
	Literatura infantil e juvenil	7 ^a	15h	
	Educação em Linguagem II	8 ^a	15h	
	Filosofar com Crianças	9 ^a	15h	
Coordenação pedagógica e Gestão educacional	Organização do Trabalho Pedagógico: Educação Infantil	4 ^a	15h	Mapeamento do estado da arte nas pesquisas educacionais vinculados aos campos teórico-práticos das respectivas áreas dos CCRs. Visitas a registros de memória histórica regional e nacional.
	Organização do Trabalho Pedagógico: anos iniciais do Ensino Fundamental	5 ^a	15h	
	Gestão escolar e coordenação pedagógica	8 ^a	15h	
Articulação Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura	SEPEC II	3 ^a	5h	Organização de seminários, rodas de conversa, mesas-redondas e exercício da práxis didático-pedagógica. Desenvolvimento de atividades
	SEPEC III	4 ^a	5h	
	SEPEC IV	5 ^a	5h	
	SEPEC V	6 ^a	5h	
	SEPEC VI	7 ^a	5h	
	Pesquisa em Educação: elaboração de projeto	8 ^a	10h	
Carga Horária total: 400h				

8.6 A organização da pesquisa, extensão e cultura e sua integração com o ensino

O Curso de Pedagogia da UFFS – *Campus Realeza* concebe o desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem como um processo investigativo, interdisciplinar e dialógico, voltado para a produção de conhecimento e comprometido com os princípios ético-políticos democráticos e emancipatórios. Compreende o ensino como uma iniciação e uma experiência na pesquisa educacional, ao mesmo tempo em que confere uma perspectiva pedagógica e ético-política à investigação. Articula as atividades de ensino e pesquisa com a extensão e cultura, mediante uma forte e contínua inserção no contexto educacional, de forma a integrar a formação inicial e continuada, que possibilita uma (re)construção do percurso curricular ao longo do seu desenvolvimento.

Com relação à pesquisa, no sentido mais estrito, o Curso desenvolve componentes teórico-práticos voltados para a iniciação na pesquisa, que culminam na



realização de um trabalho de conclusão de curso. Com relação à extensão, prevê o desenvolvimento de um conjunto de atividades vinculadas a componentes curriculares específicos, mediante os quais intensifica o diálogo com o contexto escolar, com suas práticas pedagógicas e de gestão educacional e coordenação pedagógica e de formação continuada. Estas atividades encontram-se identificadas e quantificadas no item 8.11 Quadro 4.

Para além dessas atividades, o Curso desenvolve um Programa de pesquisa, extensão e cultura focado na diversidade e inclusão, que atenta para o contexto histórico e social de desigualdade e de exclusão, em suas especificidades locais e regionais, que caracterizam e condicionam o contexto escolar. Por meio desse Programa, o Curso busca promover a aproximação da formação inicial das (os) licenciandas (os) com a realidade escolar, de forma a retroalimentar o desenvolvimento da proposta curricular. Também busca integrar a formação inicial e continuada desenvolvida no contexto da Educação Básica. A organização das atividades do Programa envolve a formação de grupos de estudos voltados para a investigação de temáticas relacionadas ao contexto educacional e pedagógico contemporâneo, com a participação de professoras (es) e estudantes do Curso e de profissionais da Educação Básica. As temáticas de estudo se alinham com os grandes eixos formativos do Curso e dialogam com as problemáticas emergentes do contexto escolar.

O desenvolvimento das atividades desse Programa se dará a partir da intensificação de diálogos com algumas escolas da Educação Básica voltadas para os anos iniciais e para a educação infantil, além de escolas de Educação do Campo e da Educação Especial (APAE), com as quais serão estabelecidas parcerias formativas, devidamente conveniadas, envolvendo ações com a comunidade escolar (gestoras (es) e coordenadoras (es), professoras (es), estudantes, servidoras (os) escolares, pais, entidades associativas), de forma a integrar a pesquisa com a extensão e a cultura. Em seu planejamento anual, o Colegiado de Curso organizará a oferta dessas atividades, envolvendo estudos, investigações e proposições, em diálogo com as (os) professoras (os) responsáveis, incluindo momentos de socialização de resultados junto à



comunidade acadêmica e escolar e a organização de ações de formação continuada. A partir do desenvolvimento dessas atividades e das reflexões que elas suscitam, serão definidos problemas de pesquisa mais específicos, convertidos em objeto de pesquisa das (os) estudantes na forma de Trabalho de Conclusão de Curso.

8.6.1 Eixos temáticos do programa de pesquisa, extensão e cultura

O Programa de pesquisa, extensão e cultura do Curso de Pedagogia está estruturado em torno de seis eixos formativos, que promovem estudos e reflexões sobre a formação de professoras (es) a partir de temáticas específicas, tendo por base as (os) pensadoras (es) das Ciências da Educação, abarcando a construção coletiva da infância, conforme descrição que segue:

1) Eixo formativo 1: Infância, brinquedo e brincadeira

Propõe-se a pensar a infância em seu contexto histórico, social, escolar e em seu processo de individualização, com o objetivo de promover uma educação infantil e nos anos iniciais com perspectivas inclusivas e emancipatórias. Integram as discussões do eixo: Infância, brinquedo e brincadeira; Infância e consumo; Políticas públicas voltadas para infância; Infância, desenvolvimento infantil e escolarização; Literatura, ludicidade, música, teatralidade. Infância pobre e sua incriminação; Exclusão social e culpabilização/responsabilização dos grupos vulneráveis; Práticas pedagógicas emancipatórias.

2) Eixo formativo 2: Alfabetização e letramento

Propõe-se a pensar os processos de alfabetização e letramento, envolvendo diferentes grupos sociais e níveis de escolaridade e de registro cultural. Integram as discussões do eixo: Letramento científico e cultural; Letramento digital (virtual/cibernético); Educação do Campo; EJA – Educação de Jovens e Adultos; Cultura de Fronteira; Práticas pedagógicas emancipatórias.

3) Eixo formativo 3: Igualdade, diversidade e inclusão

Propõe-se a pensar a igualdade e a diversidade humana e cultural em contraponto às desigualdades econômicas, sociais e políticas e avaliar seus impactos sobre os processos de individuação, envolvendo contextos e públicos específicos.



Integram as discussões do eixo: Igualdade, igualdade de oportunidades e equidade; (in)Justiça social e escolar; Inclusão e individuação; Fracasso, exclusão escolar e responsabilização familiar; Distorção idade/série; Inclusão e individuação; Pessoas com deficiência: processos de ensino-aprendizagem; Distúrbios de aprendizagem x dificuldade de aprendizagem; Gênero/ Sexualidade e Educação Sexual; Afrodescendentes; Quilombolas; migrantes; Indígenas; Concepções e práticas pedagógicas emancipatórias.

4) Eixo Formativo 4: Escola, comunidade e gestão escolar/coordenação pedagógica

Propõe-se a discutir os processos de organização e funcionamento da instituição escolar e suas relações com o contexto social em que se inscreve, atentando para os anseios de uma escola pública de qualidade e para a promoção da participação social na construção da vida escolar. Integram as discussões do eixo: A instituição escolar no contexto atual; A gestão escolar e a coordenação pedagógica no contexto das políticas públicas atuais; O trabalho com os conselhos escolares e a gestão democrática; O trabalho engajado com as práticas democrático-participativas no cotidiano escolar; Práticas de gestão democrática com as crianças.

5) Eixo formativo 5: Pensadoras (es) da Educação

Propõe-se a pensar a Pedagogia como ciência e suas relações com as ciências da educação, conferindo-lhe uma perspectiva histórica e crítica. Integram as discussões do eixo: Bases epistemológicas da Pedagogia; Saberes da docência; Profissionalização da (o) Pedagoga (os); Epistemologia da prática docente; Clássicos do pensamento educacional e pedagógico. Contribuições dos campos disciplinares: antropologia, sociologia, história e filosofia da educação.

8.6.2 A organização e funcionamento dos “Seminários de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura” (SEPEC)

O desenvolvimento das atividades vinculadas aos eixos temáticos se dá em forma dos “Seminários de Ensino, Pesquisa e Extensão e Cultura” (SEPEC). Os seminários envolvem estudos, pesquisas, atividades de interação com a escola e com outros espaços educativos e culturais, a participação em eventos, a produção de artefatos científicos, artístico-culturais e didático-pedagógicos e a oferta de atividades de



formação continuada. Tais atividades são integradas com as atividades de ensino, de forma a retroalimentar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da proposta pedagógica. O Quadro 3 explicita os eixos, fases do curso e carga horária dos componentes.

Quadro 3: Carga horária dos CCR Seminários de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura

Componente	Eixos temáticos	Fase do Curso	Carga horária
Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura I (SEPEC I) Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura VII	I - Infância, brinquedo e brincadeira II - Alfabetização e letramento III - Igualdade, diversidade e inclusão IV - Escola, comunidade e gestão escolar/coordenação pedagógica V - Pensadoras (os) da Educação	2ª	30h
Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura II (SEPEC II)		3ª	60h
Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura III (SEPEC III)		4ª	60h
Optativa I - Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura IV (SEPEC IV)		5ª	60h
Optativa II - Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura V (SEPEC V)		6ª	60h
Optativa III - Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura VI (SEPEC VI)		7ª	60h
Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura VII (SEPEC VII)		10ª	30h
Carga horária Total			360h

Quanto à sua organização, os Seminários envolvem um planejamento prévio dos eixos formativos que abarca o conjunto dos seminários, definido em forma de Projeto de ensino, pesquisa, extensão e cultura por cada um dos respectivos eixos. Tais projetos serão apreciados pelo Colegiado de Curso e cadastrados institucionalmente. O detalhamento de sua especificidade e de sua funcionalidade será objeto do planejamento pedagógico realizado semestralmente.

Quanto à sua disposição semestral, os Seminários obedecerão às seguintes orientações;



I - Os seminários I, II e III são concebidos como atividades compartilhadas pelo conjunto das (os) estudantes, envolvendo matrícula de todas (os) as (os) estudantes no mesmo componente. Assim, tais seminários preveem a presença de uma (um) professora (or) responsável pelo respectivo componente curricular. Todavia, preveem também um conjunto de atividades que serão desenvolvidas em torno dos eixos formativos, cujos resultados serão socializados ao final do processo. Seus enfoques e objetivos encontram-se expressos nas ementas dos respectivos CCRs.

II - Os seminários IV, V e VI são concebidos em formato de aprofundamento de estudos, investigações e ações, de forma que as (os) estudantes farão a opção pela matrícula em um dos eixos formativos. Nesse sentido, são concebidas como dimensão da flexibilidade curricular, constituindo-se em componentes optativos, facultados entre o conjunto dos eixos que integram o respectivo Programa. Tais alternativas envolvem atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura. Estes seminários preveem também um momento de socialização dos resultados entre o conjunto das (os) estudantes. Seus enfoques e objetivos encontram-se expressos nas ementas dos respectivos CCRs.

III - O seminário VII é concebido como momento culminante do processo formativo, desenvolvido após a conclusão do TCC, voltado para a preparação e oferta de uma atividade de extensão voltada para a formação continuada de professoras (os) da Educação Básica pública e a produção de uma comunicação científica. Sua programação e objetivo encontram-se expressos na ementa do respectivo CCR.

IV - Os seminários envolvem a participação das (os) professoras (es) responsáveis pelos componentes e das (os) professoras (es) vinculadas (os) aos eixos formativos, além das (os) estudantes da fase, que se integrarão a um dos eixos formativos, a partir de sua identificação. Também poderão integrar as atividades dos eixos formativos profissionais da Educação Básica vinculados aos acordos de cooperação estabelecidos com escolas priorizadas pelo Curso para o desenvolvimento do PPC.

V - Quanto à inserção das (os) estudantes nos eixos formativos, os seminários iniciais (de 1 a 3) são concebidos como processo de aproximação e de identificação das (os) estudantes com uma das opções, de forma que possam realizar o aprofundamento em um dos eixos formativos (4 a 6), por meio de sua matrícula específica em uma das alternativas de oferta.

VI - As atividades específicas de pesquisa relacionadas ao TCC são concebidas como momento privilegiado de aprofundamento de uma problemática emergente das



atividades vinculadas aos eixos formativos.

A partir do seu desenvolvimento e da avaliação contínua das atividades do Programa, o Colegiado de Curso poderá propor ajustes nos eixos formativos e/ou, eventualmente, propor novos eixos formativos, em consonância com as demandas oriundas da interação com o contexto escolar.

8.6.3. Atividades de extensão e cultura

O Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura da UFFS – *Campus Realeza* atende ao disposto nas diretrizes curriculares da extensão, estabelecidas pela Resolução Nº93/CONSUNI/UFFS/2021. O Curso concebe a extensão como um dos eixos estruturantes do Currículo, profundamente articulada com o ensino, a pesquisa e a cultura. No desenvolvimento da proposta curricular, a extensão se configura como espaço privilegiado de fortalecimento da relação entre a universidade e a comunidade e, de modo particular, entre a universidade e a escola da Educação Básica pública.

Na organização curricular, a extensão integra uma parte da carga horária de um conjunto de 24 componentes do domínio específico (232 horas) que possibilitam estabelecer um diálogo mais pontual com as atividades relacionadas aos campos disciplinares. E, de forma mais ampla, na relação com o contexto escolar, através dos Seminários de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (85 horas), organizados em torno de eixos temáticos. Complementarmente, em atividades complementares e Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEs), em que as (os) estudantes irão desenvolver algumas atividades de sua escolha, a título de Atividades Curriculares Complementares e/ou Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (45 horas). A descrição dessas atividades e suas cargas horárias encontram-se expressas no Quadro 4.

Quadro 4: Carga horária da inserção da extensão no currículo

Natureza da atividade	Subtotal da carga horária
Atividades de extensão vinculadas aos CCRs do específico (exceto os Seminários de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura)	232h
Atividades ao Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão (Seminários de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura)	85h
Atividades de extensão vinculadas às ACCs atendimento aos requisitos das diretrizes – protagonismo, inserção comunidade,	45h



etc.)	
Total geral	362h

8.7 Os domínios formativos e sua integração

O currículo do Curso de Pedagogia da UFFS – *Campus Realeza*, em conformidade com os princípios e as normativas institucionais, está organizado em três grandes eixos formativos, que estruturam o currículo de todos os cursos da UFFS: domínio comum, domínio conexo e domínio específico. Aplicada à área da educação e à formação de professoras (es), tal estrutura abarca a formação geral e humanística, a formação pedagógica e a formação na área específica do conhecimento. A articulação entre esses domínios formativos é pensada no âmbito da organização do currículo por fases e dimensionada pedagogicamente através do planejamento e da avaliação das atividades anuais e semestrais, envolvendo atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura.

8.7.1 Domínio comum

Em conformidade com a concepção institucional (Resolução Nº 04 CONSUNI – CGRAD/UFFS/2014) e com a política institucional de formação de professores (Resolução Nº 02/CONSUNI CGAE/UFFS/2017), compreende-se por Domínio Comum o processo de formação voltado para a inserção acadêmica das (os) estudantes no contexto da universidade e da produção do conhecimento, constituída por dois eixos formativos, complementares entre si.

I - A contextualização acadêmica, que objetiva desenvolver habilidades/ competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem na inserção crítica na esfera acadêmica e no contexto social e profissional. Estes componentes curriculares devem ser distribuídos na matriz curricular na primeira metade do curso.

II - A formação crítico-social, que objetiva desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sociopolítico-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos. Estes componentes curriculares devem ser distribuídos na matriz curricular ao longo de todo o processo formativo.

Na definição da composição desse domínio formativo, o Curso de Pedagogia da



UFFS – *Campus* Realeza atende ao disposto no Regulamento de Graduação (Resolução Nº 04 CONSUNI – CGRAD/UFFS/2014), que requer a oferta de, no mínimo 420 horas, entre o rol de componentes que integram a composição do domínio comum institucional, distribuídos entre os dois eixos formativos, no mínimo, 40% da carga horária total para cada eixo formativo. O Quadro 5 apresenta os componentes que integram o Domínio Comum do Curso de Pedagogia, distribuídos em seus respectivos eixos formativos:

Quadro 5: Carga horária dos CCR do Domínio Comum

DOMÍNIO COMUM			
Código	Nome do componente	Fase do Curso	Carga horária
Eixo I - Contextualização acadêmica			
GEX208	Informática Básica	1ª	60h
GLA104	Produção Textual Acadêmica	1ª	60h
GCH290	Iniciação à Prática Científica	2ª	60h
Eixo II – Formação Crítico-Social			
GCH291	Introdução ao Pensamento Social	1ª	60h
GCH293	Introdução à Filosofia	2ª	60h
GCH292	História da Fronteira Sul	10ª	60h
GCS238	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	10ª	60h
Carga horária Total			420h

8.7.2 Domínio Conexo

Em conformidade com a concepção institucional (Resolução Nº 04 CONSUNI – CGRAD/UFFS/2014), o Domínio Conexo está voltado para o diálogo interdisciplinar, envolvendo objetos de estudo relacionados à formação científica e/ou profissional, organizada em componentes curriculares, ofertados em vários cursos no âmbito do *Campus*. No âmbito dos cursos de licenciatura, conforme estabelecido pela política institucional de formação de professores (Resolução Nº 02/CONSUNI/CGAE/UFFS/2017), o Domínio Conexo entre as licenciaturas compreende o conjunto de saberes que conectam os cursos de licenciaturas e que envolvem a compreensão e a interação com a instituição escolar, os processos de gestão e coordenação da educação, coordenação pedagógica e de ensino e aprendizagem, as políticas públicas de educação e de inclusão, o conhecimento das (os) sujeitas (os) da



aprendizagem, as didáticas e metodologias de ensino, as atividades de estágio e a pesquisa educacional. A organização desses componentes é definida no âmbito do *Campus*, sendo compartilhada por todos os cursos de Licenciatura da respectiva unidade. A sua composição, para o *Campus Realeza*, é definida pela Resolução N° 08/CONSUNI CGAE/UFFS/2019, explicitada no Quadro 6:

Quadro 6: Carga horária dos CCR do Domínio Conexo

DOMÍNIO CONEXO			
Código	Componente Curricular	Fase do curso	Carga horária
GCH996	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	3ª	60h
GCH998	Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	3ª	60h
GCH1313	Tópicos Contemporâneos em Educação	10ª	30h
GCH1312	Educação Especial na Perspectiva da Inclusão	2ª	30h
GCH999	Políticas Educacionais	5ª	60h
GCH997	Didática	4ª	60h
GLA217	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	9ª	60h
CGH1001	Estágio Curricular Supervisionado I: Organização do Trabalho na Escola	6ª	90h
Carga horária Total			450h

8.7.3 Domínio Específico

Conforme definição institucional (Resolução N° 04/CONSUNI CGAE/UFFS/2014), o Domínio Específico compreende o conjunto de componentes curriculares identificados com a área de conhecimento de um determinado curso, objetivando prioritariamente a formação profissional. Atende ao disposto pelas diretrizes curriculares nacionais, articulada com as especificidades contextuais e o perfil de formação de cada curso. A política de formação de professores da UFFS (Resolução N° 02/CONSUNI CGAE/UFFS/2017), estabelece que o domínio específico na formação de professoras (es) compreende os conhecimentos teóricos, conceituais e pedagógicos vinculados a uma determinada área do conhecimento, necessários para a atuação profissional na respectiva área, nas distintas etapas e modalidades do ensino da Educação Básica, assim como as Práticas como Componente Curricular, didáticas e metodologias de ensino específicas, estágios específicos. Reforça a necessidade de atender ao estabelecido nas diretrizes curriculares nacionais e requer uma integração



entre as categorias conceituais da área do conhecimento e o currículo escolar da Educação Básica pública nos ementários dos componentes curriculares deste domínio formativo.

Na organização dos componentes curriculares que integram o eixo do Domínio Específico, o Curso de Pedagogia atende ao disposto nas diretrizes nacionais e nas normativas institucionais acima referidas. Em sua composição, integram o Domínio Específico um conjunto de componentes vinculados à atuação profissional na Educação Infantil e nas séries Iniciais da Educação Básica, na Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica, na iniciação e desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão e cultura (incluindo a inserção da extensão no currículo), bem como as atividades de inserção profissional, vinculadas à Prática como Componente Curricular e aos Estágios Curriculares Supervisionados. Tais componentes, com sua respectiva carga horária e sua distribuição longitudinal (por fase) encontram-se listados no item 8.11 e na representação gráfica da matriz curricular, no item 8.14.

8.8 A flexibilidade curricular

Com relação à flexibilidade, o Curso de Pedagogia atende ao disposto nas legislações (a Resolução CNE/CP 1/2006 e Resolução 2/2015) e sua regulamentação institucional (Resolução Nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE). Concebe a flexibilidade curricular como um dos princípios estruturantes do currículo, que oportuniza os estudantes a definirem uma parte de seu percurso formativo, em consonância com o perfil formativo do projeto do Curso. A flexibilidade se aplica à oferta de componentes curriculares optativos e eletivos, às atividades complementares, às atividades curriculares de extensão e cultura, e ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

8.8.1 Componentes optativos

Com relação aos componentes optativos, o Curso de Pedagogia desenvolve um Programa de pesquisa, extensão e cultura articulado com o ensino (conforme item 8.6.2), envolvendo a aproximação das (os) estudantes da realidade escolar, o aprofundamento de estudos, a iniciação na pesquisa e o desenvolvimento de atividades de extensão e cultura. Esses componentes estão organizados em forma de Seminários de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura - SEPEC, distribuídos ao longo do Curso.



Nos seminários de I a III os estudantes irão se inserindo nos eixos temáticos, de forma processual e progressiva, sendo as atividades de ensino articuladas pela (o) professora (or) do componente, paralelamente ao desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão e cultura, coordenadas pelas (os) professoras (es) responsáveis pelos eixos formativos. O Seminário VII está voltado para a proposição de atividades de extensão vinculadas à formação continuada, em articulação com as escolas da Educação Básica.

Os seminários IV, V e VI são concebidos como espaços de aprofundamentos de estudos e o desenvolvimento de atividades vinculadas aos eixos formativos específicos, sendo organizados de forma temática. Neste caso, as (os) estudantes deverão optar por matricular-se em um dos eixos temáticos ofertados, conforme explicitado na Quadro 7:

Quadro 7 : Carga horária dos CCR Opativos

Componente	Eixos formativos de escolha do estudante	Fase do curso	Carga horária
Optativa I - SEPEC IV	SEPEC IV - Infância, brinquedo e brincadeira I SEPEC IV - Alfabetização e letramento I SEPEC IV - Igualdade, diversidade e inclusão I SEPEC IV - Escola, comunidade e gestão escolar/coordenação pedagógica I SEPEC IV - Pensadoras (es) da Educação I	5ª	60h
Optativa II - SEPEC V	SEPEC V - Infância, brinquedo e brincadeira II SEPEC V - Alfabetização e letramento II SEPEC V - Igualdade, diversidade e inclusão II SEPEC V - Escola, comunidade e gestão escolar/coordenação pedagógica II SEPEC V - Pensadoras (es) da Educação II	6ª	60h
Optativa III - SEPEC VI	SEPEC VI- Infância, brinquedo e brincadeira III SEPEC VI - Alfabetização e letramento III SEPEC V - Igualdade, diversidade e inclusão III SEPEC VI - Escola, comunidade e gestão escolar/coordenação pedagógica III SEPEC VI - Pensadoras (es) da Educação III	7ª	60h
Carga horária total			180h

Além desses componentes listados no quadro acima, o Curso concebe a flexibilidade como estendida ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em que a (o) estudante irá realizar o aprofundamento de estudos de temas-problemas de seu interesse emergentes no percurso formativo.

8.8.2 Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE)



Em conformidade com o estabelecido pela RESOLUÇÃO N° 93/CONSUNI/UFFS/2021, Inciso XII do Art. 3º, define-se como Atividade Curricular de Extensão e Cultura (ACE), “atividade passível de ser incorporada ao currículo dos cursos. Pode ou não estar alocado em uma ou mais fases do curso. Difere-se do caráter disciplinar (com ementário definido), exige cumprimento de carga horária, podendo ser feita por meio da atuação em programas, projetos ou outras modalidades extensionistas e culturais regulamentadas em cada PPC, no qual devem constar os requisitos e previsão de validação”.

No Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura da UFFS – *Campus* Realeza, as (os) estudantes deverão realizar ao menos 45 (quarenta e cinco) horas de ACE, nas modalidades descritas no grupo de extensão e cultura do regulamento das Atividades Curriculares Complementares (ACCs), tendo como requisito o protagonismo estudantil e o enquadramento nas atividades listadas no respectivo regulamento.

8.9 Oferta de componentes curriculares no formato semipresencial

Ao longo de sua história, a modalidade Educação a Distância (EaD) desenvolveu diferentes e interessantes ferramentas que podem, certamente, ser adotadas pela educação presencial. Em vista disso, o MEC editou a Portaria N° 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que prevê a oferta de carga horária na modalidade de EaD dos cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.⁶ De forma complementar, no âmbito institucional, a Resolução N° 5/CONSUNI-CGRAD/UFFS/2014 define a possibilidade de ofertar até 20% da carga horária do curso em atividades semipresenciais.

Considerando as condições de oferta do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, de modo especial, a composição do corpo docente responsável pela execução da proposta pedagógica, que integra a participação de docentes de outros *campi* da instituição e de outras instituições de ensino superior (como por exemplo, o atual Acordo de Cooperação Técnica com o IFPR – *campi* Capanema e Barracão), a organização das atividades de ensino envolve a oferta de um conjunto de componentes

⁶ A Portaria N° 2.177/2019 estabeleceu mudanças no regramento das atividades a distância, estendendo a possibilidade de oferta de atividades nessa modalidade, até o limite de 40% da carga horária total, para todos os cursos de graduação, ficando assim dispensada a obrigatoriedade do credenciamento prévio da IES para oferta EAD e demais requisitos definidos pela normativa precedente.



com parte da carga horária em formato semipresencial.

Para os CCRs ministrados por professoras (es) que integram o acordo de cooperação técnica, o quantitativo das atividades semipresenciais será definido nos planos de ensino, considerando as condições de deslocamento das (os) professoras (es), em conformidade com os termos do acordo de cooperação institucional e o planejamento anual do *Campus* e do Curso. Em tais casos, será possível oferecer até 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total prevista para o CCR em formato não presencial. Fica assegurada, portanto, a destinação de uma carga horária mínima de 25% em formato presencial dedicada à apresentação do Plano de Ensino e à organização dos trabalhos do CCR, às atividades de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, à oferta de atividades de recuperação de estudos e a sistematização e avaliação final dos trabalhos vinculados ao CCR, entre outros. No caso desses componentes, a (o) professora (or) do CCR ficará responsável pela tutoria das atividades não presenciais, podendo, todavia, a tutoria ser compartilhada por professora (or) do *Campus Realeza*, definido pelo Colegiado de Curso.

No caso de CCRs ministrados por docentes de outros *campi*, aplica-se o mesmo percentual de até 75% de carga horária não presencial, sendo que, neste caso, as atividades presenciais ficarão sob a responsabilidade de professora (or) do domínio específico do Curso de Pedagogia, que compartilhará as atividades de tutoria do CCR.

Para os demais componentes, ministrados por docentes vinculados à UFFS - *Campus Realeza*, a oferta de atividades em formato não presencial poderá atingir até 25% da carga horária do CCR. A especificação dessas cargas horárias não-presenciais para cada CCR encontra-se explicitada na matriz curricular e poderão ser utilizadas para otimização dos processos pedagógicos, de modo especial, para viabilizar participação de professoras (es), coordenadoras (es) e gestoras (es) das escolas, além de pesquisadoras (es) de outras instituições. Ou ainda, para realização de atividades de estudos e pesquisas, organização de seminários, visitas e/ou inserções nos espaços escolares. Tais atividades serão articuladas pela (o) professora (or) do componente, que ficará responsável pela tutoria das atividades não presenciais.

Vale ressaltar, que o Curso de Pedagogia se preocupa com a formação docente para atuação nesta modalidade. Para tanto, se compromete junto à Instituição em fomentar a participação docente nas atividades formativas em curso de capacitação específico para este fim, ofertados no Programa de Capacitação Docente da UFFS ou equivalente.



Em seu Plano de Ensino, a ser apreciado pelo Colegiado de Curso, a (o) docente deverá explicitar a forma de organização, as estratégias de ensino e o acompanhamento das atividades não presenciais, priorizando as atividades remotas no formato “síncrono”, conforme segue:

- a) **Atividades síncronas:** aquelas em que as atividades relacionadas à ministração e ao desenvolvimento da carga horária do CCR são realizadas por meio de ferramentas de comunicação virtual, em tempo real, que conferem interação entre professoras (es) e estudantes.
- b) **Atividades assíncronas** - aquelas em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento da carga horária do CCR caracterizam-se pela não concomitância entre as tarefas realizadas pelas (os) professoras (es) e as realizadas pelas (os) estudantes.

Para os CCR ministrados pelas (os) docentes de outros *campi* da UFFS ou de outras instituições, as atividades síncronas deverão ser de, no mínimo, 75% da carga horária destinada ao formato não presencial do CCR. E para as atividades assíncronas, quando utilizadas, deverá ser de, no máximo 25% da carga horária destinada ao formato não presencial do CCR, em conformidade com a carga horária especificada na grade curricular.

Para o desenvolvimento das atividades não presenciais, serão utilizados os recursos institucionais disponíveis. Dentre os já disponíveis, menciona-se a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle-UFFS, que comporta diversas ferramentas como fórum de debates, chat, wiki, tarefas, entrega de trabalhos, avaliações etc.); o sistema institucional de videoconferência e aulas (atualmente o Cisco® Webex); a biblioteca digital recentemente adquirida pela UFFS; o LIFE/UFFS (Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores); o Centro de Memória e Formação de Professores (conforme item 13.3.1 do PPC), entre outros. O curso dialoga continuamente com as práticas e programas de inovação no contexto educacional disponibilizadas pela instituição, tais como a estruturação de ambientes que possibilitem a gravação, transmissão, edição e produção de conteúdos educacionais, a adaptação de algumas salas de aulas atuais para o oferecimento de aula em tempo real por telepresença, por exemplo).

A vantagem destas ferramentas está em potencializar o tempo e o espaço do processo formativo, possibilitando maior interatividade e autonomia da (o) estudante, que deverá gerir seus estudos a fim de dar conta das atividades propostas por suas e seus



docentes. Além de administrar seu processo formativo, a (o) estudante adquire novos conhecimentos e habilidades com os novos recursos tecnológicos disponíveis. Portanto, os recursos desta modalidade podem contribuir para que a (o) estudante tenha oportunidades mais diversificadas de aprendizagem.

O desenvolvimento das atividades não presenciais integrará o planejamento e a avaliação do Curso de Pedagogia. Casos específicos serão discutidos e deliberados pelo Colegiado do Curso.

8.10 Atendimento às legislações específicas

O Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da UFFS – *Campus Realeza* atende ao disposto nas legislações específicas voltadas para a educação ambiental, para os direitos humanos e para a diversidade étnico-racial, além de outras legislações.

8.10.1 Educação ambiental

O Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadoras (es). Com relação ao disposto no Inciso I, o currículo proposto está voltado para a construção de um ambiente socialmente inclusivo e ecologicamente sustentável, objetivando a formação de uma (um) egressa (o) capaz de articular as demandas sociais e ambientais nos processos de produção, execução e avaliação de políticas públicas e em processos de gestão social. Quanto ao Inciso II, a proposta curricular se efetiva por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma que as (os) docentes responsáveis pelo seu desenvolvimento terão oportunidade de aprofundamento contínuo das temáticas ambientais.

O Quadro 8 apresenta uma relação de componentes que dialogam mais diretamente com a temática ambiental, com a indicação de tópicos ementários e referenciais bibliográficos que oportunizam o desenvolvimento de análises, discussões e proposições voltadas para a questão ambiental.



Quadro 8: CCRs que abordam a questão ambiental, com indicação de tópicos ementários e referenciais bibliográficos

Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas que dialogam com a temática
Meio ambiente, economia e sociedade (Obrigatório – 4 cred.)	Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.	ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998. BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003. MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. Revista Estudos Avançados , USP, v. 21, n. 59, 2007. SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza. São Paulo: FFLCH/USP, s/d. VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
Educação em ciências (Obrigatório – 4 cred.)	Práticas interdisciplinares, metodologias e as vertentes da Educação Ambiental.	DIAS, Genebaldo Freire. Atividades interdisciplinares de educação ambiental: práticas inovadoras de educação ambiental. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Gaia, 2006. REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. 2. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Brasiliense, 2009.
Educação em História e Geografia (Obrigatório - 4 cred.)	A história do ensino de história e a construção das identidades nacionais, locais, mundiais, sociais, étnicas, culturais e políticas. Estudo de conceitos e importância da geografia e da história. Noções de tempo e espaço na infância. Geografia política e a importância do olhar sobre o tempo e espaço contemporâneo no ensino fundamental. Geografia, história e o meio ambiente. Os conhecimentos de história e geografia vinculados ao cotidiano da (os)estudante e aos acontecimentos da sociedade.	ALMEIDA, Rosângela Doin de; JULIASZ, Paula Cristina Strina. Espaço e Tempo na Educação Infantil. Editora Contexto, 2014. CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Educação geográfica: teorias e práticas. São Paulo: Contexto, 2006. ALMEIDA, Rosângela Doin; Novos Rumos da Cartografia Escolar: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011.

8.10.2 A Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação em Direitos Humanos

A Resolução N° 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos



conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito às (aos) afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP N° 3/2004. E a Resolução N° 01, de 30 de maio de 2012, que define as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, nos termos do Parecer CNE/CP N° 8/2012.

A proposta curricular do Curso de Pedagogia atende às exigências voltadas para a educação das relações étnico-raciais e para os direitos humanos. O Curso visa formar uma (um) egressa (o) capaz de reconhecer a complexidade dos processos educacionais e das práticas pedagógicas, em articulação com a formação econômica, social, política e cultural brasileira, atentando para sua historicidade e para os níveis de desigualdade emergentes, de forma que, no seu conjunto, as atividades de ensino, pesquisa e extensão estão voltadas para a promoção de uma sociedade democrática e inclusiva.

Para além dessa orientação geral, o Curso oferece um conjunto de CCRs que dialogam diretamente com as temáticas em foco. Considerando as interfaces que se estabelecem entre as duas legislações, em termos teóricos e históricos, e atentando para a importância de sua articulação em termos propositivos, no campo político, cultural e educacional, optamos por apresentá-los de forma integrada, no quadro 9.

Quadro 9: CCRs que contemplam a temática étnico-racial, dos direitos humanos e sobre espectro autista, com indicação de tópicos ementários e referenciais bibliográficos que dialogam com as temáticas.

Componente	Tópicos ementários relacionados com as temáticas da legislação	Referências bibliográficas que dialogam com as temáticas
Tópicos contemporâneos em educação (Obrigatória – 2 cred.)	Educação, currículo e diversidade. Temas emergentes em Educação: gênero e sexualidade, direitos humanos, diversidade étnico-racial, cultura e história afro-brasileira e indígena. Diretrizes Curriculares Nacionais e políticas públicas relacionadas aos respectivos temas. Análise de pesquisas, de propostas e/ou práticas pedagógicas articuladas em currículos que abordam a diversidade e a inclusão social, étnica e de gênero	GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. MUNANGA, K. Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: MEC, 2005. SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. 2. ed. São Paulo: FAPESP/Global, 2001. FERNANDES, F. A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. Petrópolis: Vozes, 1975. MATTOS, R. A. de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007. MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Multiculturalismo: diferenças culturais e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



		práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008
Educação especial na perspectiva da inclusão (obrigatória - 2cred.)	Aspectos históricos, éticos e epistemológicos da Educação Especial. Escola e educação inclusiva. As (os) sujeitas (os) da educação inclusiva: surdas (os), cegas (os), deficientes (auditivas (os), visuais, mentais, físicos, múltiplos) e transtornos (de aprendizagem, globais, do espectro autista), síndrome de Down e altas habilidades. O atendimento especializado (em classes, escolas ou serviços especializados).	<p>ALENCAR, E. M. L. S. Tendências e desafios da educação especial. Brasília: MEC, 1994.</p> <p>BRASIL. Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007, Brasília, 2008.</p> <p>GONZALEZ, E. Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>GOÉS, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (org.). Políticas e práticas da educação inclusiva. São Paulo: Autores Associados, 2004.</p> <p>JANNUZZI, G. M. A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI. São Paulo: Autores Associados, 2002.</p> <p>MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>AMARAL, A. Pensar a diferença/deficiência. Brasília: CORDE, 1994.</p> <p>ANDRÉ, Marli (org.). Pedagogia das diferenças na sala de aula. Campinas-SP: Papirus, 1999.</p> <p>BRASIL. O enfoque da educação inclusiva. <i>In</i>: DUK, Cyntia (org.). Educar na diversidade: material de formação docente. Brasília: MEC, SEESP, 2005. p. 58-73.</p> <p>BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física. Brasília: MEC, SEESP, 2004.</p> <p>BRASIL. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência visual-volume 1. Brasília: MEC, SEESP, 2001. (Série Atualidades pedagógicas).</p> <p>BRASIL. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência múltipla-volume 1. Brasília: MEC, SEESP, 2001.</p> <p>PUESCHEL, S. (org.). Síndrome de Down: guia para pais e educadores. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.</p> <p>RIVIÈRE, A. O desenvolvimento e a</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



		educação da criança autista. <i>In</i> : COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (org.). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e a aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 1995. v. 3.
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Relações Étnico-Raciais na Escola (Obrigatória - 4 cred.)	A sociedade constituída de identidades plurais com base na diversidade de raças, gênero, classe social, padrões culturais e linguísticos, habilidades e outros traços indenítários. A Educação das relações Étnico-Raciais. História e Cultura Africana e Afro-brasileira. História das (os) indígenas no Brasil. Racismo Estrutural no Brasil. Ideologia da Democracia Racial. Negritude e Escola. Cultura Negra e Educação Brasileira: o caso das (os) professoras (es) negras (os). Educação Indígena, políticas públicas e o Estado brasileiro. Educação Superior Indígena. Educação escolar indígena e movimentos sociais, organizações e instituições. A (o) indígena e a cidadania.	BRASIL. Índio brasileiro: O que Você Precisa Saber Sobre os Povos Indígenas no Brasil de Hoje. MEC: Brasília, 2006. CANCLINI, N. G. Culturas híbridas. São Paulo: EDUSP, 1998. CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. (orgs.). Ênfases e omissões no currículo. São Paulo: Papirus, 2001. HERNANDEZ, L. L. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008. MACEDO, J. R. História da África. São Paulo: Contexto, 2013. SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (orgs.). Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001. AZEVEDO, C. M. M. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo: Anablume, 2004. CUNHA, M. C. Histórias dos índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2012. GILROY, P. O Atlântico negro. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001. GRUPIONI, L. D. As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em ação de Educação escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF, 2001. GUARINELLO, L. A. Os primeiros habitantes do Brasil. São Paulo: Atual, 2001. LOPES, N. Enciclopédia brasileira de diáspora africana. São Paulo: Selo Negro, 2005 SILVA, W. A. Lendas e mitos dos índios brasileiros. 16. ed. São Paulo: FTD, 2015. SILVA, A. C. A África e os africanos na história e nos mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. NASCIMENTO, E. L. (org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro edições, 2009. RIBEIRO, D. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Cia das Letras, 2019.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



História e Sociologia da Infância (Obrigatório – 4 cred.)	A criança e seus direitos.	BAZÍLIO, L. C.; KRAMER, S. Infância, educação e direitos humanos . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
Introdução ao pensamento social (Obrigatório – 4 cred.)	Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.	LAPLANTINE, F. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. GEERTZ, C. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008. LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais . Buenos Aires: CLACSO, 2005.
Introdução à filosofia (Obrigatório - 4 cred.)	Tópicos de Ética e de Epistemologia	SILVA, M. B. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana . São Paulo: Paulus, 1995. CANCLINI, N. G. Culturas híbridas . São Paulo: Editora da USP, 2000. VAZQUEZ, A. S. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.
História da Fronteira Sul (Obrigatório 4 - cred.)	Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente	LEITE, I. B. (org.). Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth . São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. LE GOFF, J. Memória e história . Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
Políticas Educacionais (Obrigatório - 4 cred.)	As políticas públicas em educação: financiamento, gestão, inclusão, currículos, programas e avaliação.	AZEVEDO, J. M. L. A educação como política pública . 2. ed. amp. Campinas: Autores Associados, 2001.

8.10.3 Demais legislações específicas

Segundo a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), visando garantir a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante, é obrigação da IES assegurar a acessibilidade, independente de instituição ser de origem pública ou privada. No âmbito da UFFS, está regulamentado através da RESOLUÇÃO Nº 6/2015 –CONSUNI/CGRAD.

No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, a UFFS conta com o Núcleo de Acessibilidade, que



desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para as (os) estudantes nessa condição. É importante informar que, em complemento a esse Núcleo local voltado à acessibilidade, no tocante às (aos) servidoras (es) da Instituição, existe o Departamento de Qualidade de Vida no Trabalho, vinculado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, que pode auxiliar no apoio a futuros servidoras (es) que sejam diagnosticadas (os) com transtorno do espectro autista.



8.11 Matriz curricular

Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Realeza						Atividades*						Total de Horas	Pré- req	
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão			Pesquisa
						Teórica	Prática							
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos									
1ª fase	01	CM	GCH291	Introdução ao Pensamento Social	4	45			10			5	60	
	02	CM	GLA104	Produção textual acadêmica	4	45			10			5	60	
	03	CM	GEX208	Informática Básica	4	45			10			5	60	
	04	ES	GCH1676	Introdução à Docência	4	22		15	10		8	5	60	
	05	ES	GCH1677	Ludicidade na Educação Infantil e nos Anos Iniciais	4	22		15	10		8	5	60	
Subtotal					20	179	0	30	50	0	16	25	300	
2ª fase	06	CM	GCH290	Iniciação à prática científica	4	45			10			5	60	
	07	CM	GCH293	Introdução à Filosofia	4	45			10			5	60	
	08	ES	GCH1679	História e Sociologia da Infância	4	22		15	10		8	5	60	
	09	ES	GCH1680	Psicologia da Educação	4	22		15	10		13		60	
	10	CX	GCH1312	Educação Especial na perspectiva da inclusão	2	20			10				30	
	11	ES	GCH1681	Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura I (SEPEC I)	2	10			5		5	10	30	
Subtotal					20	164	0	30	55	0	26	25	300	
3ª fase	12	CX	GCH996	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	4	45			10			5	60	
	13	CX	GCH998	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	4	45			10			5	60	
	14	ES	GCH1682	Educação em História e Geografia	4	22		15	10		8	5	60	



Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura <i>Campus Realeza</i>						Atividades*						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão			Pesquisa
						Teórica	Prática							
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos									
	15	ES	GCH1683	Alfabetização e Letramento	4	22		15	10		13		60	
	16	ES	GCH1684	Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura II (SEPEC II)	4	15		5	15		15	10	60	
Subtotal					20	149	0	35	55	0	36	25	300	
4ª fase	17	CX	GCH997	Didática	4	40		5	10			5	60	
	18	ES	GCH1685	Educação em Ciências	4	22		15	10		13		60	
	19	ES	GCH1686	Organização do trabalho Pedagógico: Educação Infantil	4	22		15	10		8	5	60	
	20	ES	GLA675	Educação em Linguagem I	4	22		15	10		13		60	
	21	ES	GCH1687	Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura III (SEPEC III)	4	15		5	15		15	10	60	
Subtotal					20	121	0	55	55	0	49	20	300	
5ª fase	22	CX	GCH999	Políticas Educacionais	4	45			10			5	60	
	23	ES	GCH1688	Arte e Educação	4	12		15	20		8	5	60	
	24	ES	GCH1689	Educação Matemática I	4	12		15	20		8	5	60	
	25	ES	GCH1690	Organização do Trabalho Pedagógico: anos iniciais do Ensino Fundamental	4	22		15	10		8	5	60	
	26	ES		Optativa I - Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura IV (SEPEC IV)	4	15		5	15		15	10	60	
Subtotal					20	106	0	50	75	0	39	30	300	
6ª fase	27	ES	GCH1691	Educação Matemática II	4	12		15	20		8	5	60	
	28	ES	GCH1700	Avaliação da Aprendizagem	4	22		15	10		13		60	
	29	ES	GCH1701	História da Educação	4	22		15	10		8	5	60	



Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Realeza						Atividades*						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão			Pesquisa
						Teórica	Prática							
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos									
	30	CX	GCH1001	Estágio curricular supervisionado I: organização do trabalho escolar	6	60			30			90		
	31	ES		Optativa II - Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura V (SEPEC V)	4	15	5	15		15	10	60		
Subtotal					22	131	0	50	55	30	44	20	330	
7ª fase	32	ES	GCH1692	Fundamentos da Educação: contribuições da sociologia, da antropologia e da filosofia da educação	4	22	15	10		8	5	60		
	33	ES	GLA676	Literatura Infantil e Juvenil	4	22	15	10		13		60		
	34	ES	GCH1693	Corporeidade e Movimento	4	12	15	20		8	5	60		
	35	ES	GCH1694	Estágio Curricular Supervisionado II: Educação infantil	8	45			75			120		
	36	ES		Optativa III - Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura VI (SEPEC VI)	4	15	5	15		15	10	60		
Subtotal					24	116	0	50	55	75	44	20	360	
8ª fase	37	ES	GLA677	Educação em Linguagem II	4	22	15	10		13		60		
	38	ES	GCH1695	Currículo: fundamentos teóricos e práticas curriculares	4	22	15	10		8	5	60		
	39	ES	GCH1696	Pesquisa em Educação: Elaboração de projeto	4	30	10	10			10	60		
	40	ES	GCH1697	Gestão escolar e coordenação pedagógica	4	22	15	10		8	5	60		
	41	ES	GCH1698	Estágio Curricular Supervisionado III: Anos iniciais do Ensino Fundamental	8	45			75			120		
Subtotal					24	141	0	55	40	75	29	20	360	
9ª fase	42	CX	GLA217	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4	45		10			5	60		
	43	ES	GCH1699	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Relações Étnico- Raciais na Escola	4	22	15	10		8	5	60		



Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura <i>Campus Realeza</i>						Atividades*						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão			Pesquisa
						Teórica	Prática							
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos									
	44	ES	GCH1702	Trabalho de Conclusão de Curso	8	40						80	120	
	45	ES	GCH1703	Estágio Curricular Supervisionado IV: Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica	6	40			50				90	
Subtotal					22	147	0	15	20	50	8	90	330	
10ª fase	46	CM	GCH292	História da Fronteira Sul	4	45			10			5	60	
	47	CX	GCH1313	Tópicos Contemporâneos em Educação	2	20			10				30	
	48	CM	GCS238	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	4	45			10			5	60	
	49	ES	GCH1704	Educação e Trabalho	4	22		15	10		8	5	60	
	50	ES	GCH1705	Filosofar com crianças	4	22		15	10		13		60	
	51	ES	GCH1721	Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura VII (SEPEC VII)	2	10			5		5	10	30	
Subtotal					20	164	0	30	55	0	26	25	300	
Subtotal Geral					212	1418	0	400	515	230	317	300	3180	
Atividades curriculares complementares					14								210	
Total					226	1420	0	400	515	230	317	300	3390	

CM – Domínio Comum

CX – Domínio Conexo

ES – Domínio Específico



8.12 Rol de componentes optativos:

Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Realeza						Atividades*							Total de Ho- ras/aula
						Aulas presenciais			Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa	
						Teórica	Prática	PCC					
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos								
5ª fase	52	ES	GCH1706	SEPEC IV - Infância, brin- quedo e brincadeira I	4	15		5	15		15	10	60
	53	ES	GCH1707	SEPEC IV - Alfabetização e letramento I	4	15		5	15		15	10	60
	54	ES	GCH1708	SEPEC IV - Igualdade, di- versidade e inclusão I	4	15		5	15		15	10	60
	55	ES	GCH1709	SEPEC IV - Escola, comu- nidade e gestão escolar/co- ordenação pedagógica I	4	15		5	15		15	10	60
	56	ES	GCH1710	SEPEC IV – Pensadoras (es) da Educação I	4	15		5	15		15	10	60
Subtotal					20	75	0	25	75	0	75	50	300
6ª fase	57	ES	GCH1711	SEPEC V - Infância, brin- quedo e brincadeira II	4	15		5	15		15	10	60
	58	ES	GCH1712	SEPEC V - Alfabetização e letramento II	4	15		5	15		15	10	60
	59	ES	GCH1713	SEPEC V - Igualdade, di- versidade e inclusão II	4	15		5	15		15	10	60
	60	ES	GCH1714	SEPEC V - Escola, comu- nidade e gestão escolar/co- ordenação pedagógica II	4	15		5	15		15	10	60
	61	ES	GCH1720	SEPEC V – Pensadoras (es) da Educação II	4	15		5	15		15	10	60
Subtotal					20	75	0	25	75	0	75	50	300



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Realeza						Atividades*						Total de Ho- ras/aula	
						Aulas presenciais			Aulas não presenciais	Estágio	Extensão		Pesquisa
						Teórica	Prática	PCC					
7ª fase	62	ES	GCH1715	SEPEC VI - Infância, brin- quedo e brincadeira III	4	15		5	15		15	10	60
	63	ES	GCH1716	SEPEC VI - Alfabetização e letramento III	4	15		5	15		15	10	60
	64	ES	GCH1717	SEPEC VI - Igualdade, di- versidade e inclusão III	4	15		5	15		15	10	60
	65	ES	GCH1718	SEPEC VI - Escola, comu- nidade e gestão escolar/co- ordenação pedagógica III	4	15		5	15		15	10	60
	66	ES	GCH1719	SEPEC VI – Pensadoras (es) da Educação III	4	15		5	15		15	10	60
Subtotal					20	75	0	25	75	0	75	50	300
Total Geral					60	225	0	75	225	0	225	150	900



8. 13 Resumo de créditos e carga horária dos estágios, ACCs e TCC

Quadro 10 : Resumo da carga horária de estágios, ACCs e TCC

Resumo de créditos e Carga horária de Estágio, ACC e TCC	Créditos	Carga horária (horas)
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	12	180
Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	28	420
Atividades Curriculares Complementares (ACC)	---	210



8. 14 Análise vertical e horizontal da matriz curricular (representação gráfica)

	Domínio Específico		Domínio Comum	Domínio Conexo		
1ª. FASE	Introdução ao Pensamento Social (4)	Produção Textual Acadêmica (4)	Informática básica (4)	Introdução à Docência (4)	Ludicidade na Educação Infantil e nos anos iniciais (4)	
2ª. FASE	Iniciação à prática científica (4)	Introdução à Filosofia (4)	História e Sociologia da Infância (4)	Psicologia da Educação (4)	Educação Especial na perspectiva da inclusão (2)	Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão e Cultura I - (SEPEC I) (2)
3ª. FASE	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação (4)	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano (4)	Educação em História e Geografia (4)	Alfabetização e Letramento (4)	Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão e Cultura II - (SEPEC II) (4)	
4ª. FASE	Didática (4)	Educação em Ciências (4)	Organização do trabalho Pedagógico: Educação Infantil (4)	Educação em Linguagem I (4)	Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão e Cultura III - (SEPEC III) (4)	
5ª. FASE	Políticas educacionais (4)	Arte e Educação (4)	Educação Matemática I (4)	Organização do Trabalho Pedagógico: anos iniciais do Ensino Fundamental (4)	Optativa I - Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão e Cultura IV - (SEPEC IV) (4)	
6ª. FASE	Educação Matemática II (4)	Avaliação da Aprendizagem (4)	História da Educação (4)	Estágio curricular supervisionado I: organização do trabalho escolar (6)	Optativa II - Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão e Cultura V - (SEPEC V) (4)	
7ª. FASE	Fundamentos da educação: contribuições da sociologia, da antropologia e da filosofia da educação (4)	Literatura Infantil e Juvenil (4)	Corporeidade e Movimento (4)	Estágio Curricular Supervisionado II: Educação infantil (8)	Optativa III - Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão e Cultura VI - (SEPEC VI) (4)	
8ª. FASE	Educação em Linguagem II (4)	Curriculo: fundamentos teóricos e práticas curriculares (4)	Pesquisa em educação: elaboração de projeto (4)	Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica (4)	Estágio Curricular Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (8)	
9ª. FASE	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (4)	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Relações Étnico-Raciais na Escola (4)	Trabalho de Conclusão de Curso (8)	Estágio Curricular Supervisionado IV: Gestão escolar e Coordenação pedagógica (6)		
10ª FASE	História da Fronteira Sul (4)	Tópicos contemporâneos em Educação (2)	Meio Ambiente, Economia e Sociedade (4)	Educação e Trabalho (4)	Filosofar com Crianças (4)	Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão e Cultura VII - (SEPEC VII) (2)

Figura 1: Representação gráfica da matriz



8.15 Modalidades de componentes curriculares presentes na matriz do curso

O Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da UFFS – *Campus Realeza* atendendo aos dispositivos da legislação educacional e institucional apresenta a seguir a proposta de Estágio Curricular Supervisionado, as Atividades Curriculares Complementares e o Trabalho de Conclusão de Curso.

8.15.1 O Estágio Curricular Supervisionado (ECS)

O Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura do *Campus Realeza*, em consonância com a legislação e com o Regulamento de Estágio da UFFS (Resolução N° 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015), concebe o Estágio Curricular Supervisionado (ECS), como um tempo-espaço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa e de redimensionamento dos projetos de formação.

O ECS se caracteriza como uma atividade prática, desenvolvida em articulação com o ambiente de trabalho escolar. Tem por objetivo proporcionar aprendizagens práticas e reflexivas vinculadas ao perfil de formação do Curso, mediadas pedagogicamente, sob a orientação e supervisão de uma (um) professora (or) do Curso e em articulação com a (o) supervisora (or) da Unidade Concedente de Estágio (UCE). No âmbito do Curso de Pedagogia, a prática de estágio é assumida como práxis, caracterizada pelo caráter metódico, intencional, sistemático e crítico, em que a teoria e a prática se articulam de forma indissociável. Segundo Nóvoa (2009), a prática dos estágios é um tempo-espaço privilegiado de imersão das (os) estudantes no seu *locus* profissional de integração entre a universidade e as escolas da Educação Básica. Segundo Pimenta (2006), a essência dessa atividade (prática) na docência é o processo de aprender e de ensinar.

No Curso de Pedagogia da UFFS – *Campus Realeza*, o ECS será realizado em espaços educacionais, preferencialmente em escolas da rede pública municipal e estadual do Paraná, situadas no município de Realeza e de suas proximidades. As atividades do ECS compreendem: a) a aproximação com o contexto escolar e realização de diagnósticos, objetivando o conhecimento da realidade escolar e de seu entorno; b) o planejamento de atividades, envolvendo uma postura proativa, colaborativa e investigativa; c) o desenvolvimento de atividades pedagógicas, envolvendo o ensino na educação infantil e nos anos iniciais, a gestão educacional e coordenação pedagógica; d) a interação com a comunidade escolar; e) a produção de relatórios crítico-reflexivos.

O quadro 11 expressa os componentes, com sua respectiva carga horária e fase do



percurso curricular, bem como a totalização da carga horária, de 420 horas.

Quadro 11: Carga horária dos CCR de Estágio Curricular Supervisionado

Caracterização dos CCRs		Carga horária (em horas)				Periodização
Código	Denominação	Total	I – aulas teórico/práticas presenciais	II – elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação	III – atividades de estágio desenvolvidas pelo estudante	Fase do Curso
	ECS I – Organização do Trabalho escolar	90h	60h	15	15	6 ^a
	ECS II – Educação Infantil	120h	45	45	30	7 ^a
	ECS III – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	120h	45	45	30	8 ^a
	ECS IV – Gestão escolar e Coordenação Pedagógica	90h	40	30	20	9 ^a
Carga horária total		420 horas				

No Curso, as atividades de ECS guardam uma forte relação com a formação teórica do conjunto dos CCRs que integram a proposta curricular e com os processos de pesquisa e de extensão vinculados ao Programa de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, estruturantes do projeto formativo. Mediante imersão em situações reais de trabalho profissional, as atividades de ECS também são concebidas como oportunidades privilegiadas de levantamento de novos temas e problemas de investigação, que poderão subsidiar os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

O detalhamento da organização e do funcionamento das atividades de estágio, bem como a definição dos fluxos e das atribuições das atrizes e dos atores envolvidos em seu desenvolvimento encontram-se explicitadas no Regulamento de Estágio, conforme Anexo I deste PPC.

8.15.2 Atividades Curriculares Complementares (ACCs)

Em conformidade com a legislação (Resolução 02/2015 CNE/CP) e com a regulamentação institucional (Resolução 02/2017/CONSUNI/CGAE), o Curso de Pedagogia compreende as Atividades Curriculares Complementares (ACCs) como atividades de cunho pedagógico, científico, cultural, político, humanístico e social, as quais são realizadas



paralelamente à integralização dos componentes curriculares e constituem parte integrante da carga horária obrigatória total do curso. Entre o conjunto de opções facultadas à (ao) estudante, constam também os CCRs eletivos, cursados ao longo do curso.

Para o seu desenvolvimento, as (os) estudantes deverão desenvolver uma carga horária mínima para integralização das ACCs equivalente a 210 horas, correspondente a 14 créditos, entre os quatro grupos que compõem o universo organizativo dessas atividades: ensino; extensão e cultura; gestão e coordenação; pesquisa.

O detalhamento das atividades que integram cada um desses grupos, as cargas horárias e os processos de comprovação encontram-se expressos no Anexo II deste PPC.

8.15.3 O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Graduação em Pedagogia – Licenciatura da UFFS – *Campus* Realeza é o resultado de um processo de investigação individual que a (o) acadêmica (o) desenvolve a partir da identificação de um problema de pesquisa, sob a orientação de uma (um) professora (or) orientadora (or) designada (o) pelo Colegiado de Curso, expresso na forma de trabalho monográfico ou de artigo científico, compreendido como atividade culminante do percurso formativo, vinculado ao perfil da (o) egressa (o) do Curso. O TCC é parte integrante do percurso curricular obrigatório, desenvolvido nos componentes de Pesquisa em Educação: Elaboração de Projeto e TCC, dedicados à elaboração de projeto de pesquisa, execução da pesquisa, elaboração de relatório e apresentação pública. São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso:

I – Aprofundar estudos, observações e discussões desenvolvidas ao longo do percurso formativo a partir da problematização de uma temática específica;

II – Potencializar a capacidade investigativa, a autonomia intelectual e a responsabilidade ético-política;

III – Promover o mapeamento do estado da arte nas pesquisas em educação;

IV – Avaliar os conhecimentos teóricos e práticos essenciais às condições de qualificação do estudante, para o seu acesso ao exercício profissional;

V - Oportunizar o exercício da escrita de um texto sistemático, crítico e reflexivo articulado com o percurso formativo desenvolvido ao longo do curso;

VI - Estimular a produção de material didático-pedagógico;

VII – Estimular a formação continuada das (os) estudantes.

O projeto de pesquisa é desenvolvido no CCR Pesquisa em Educação: Elaboração de Projeto, na oitava fase, em conformidade com as normas éticas da pesquisa, as regras de formatação do Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS e as orientações definidas pelo Colegiado. Priorizará o aprofundamento de temas-problemas emergentes nos Seminários de



Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, vinculados aos respectivos eixos formativos. O projeto de pesquisa deverá ser submetido à banca de qualificação.

O TCC é componente curricular obrigatório oferecido na nona fase do Curso, dedicado à execução do projeto de pesquisa aprovado previamente e à sua defesa pública. O resultado da pesquisa deverá ser apresentado em formato de monografia ou de artigo científico e defendido em seminário público, com banca de avaliação, planejado semestralmente pelo Colegiado de Curso, com banca de avaliação.

Quadro 12: Carga horária dos CCR de Trabalho de Conclusão de Curso

Código	Componente	Fase do curso	Carga horária
	Pesquisa em Educação: Elaboração de Projeto	8ª	60h
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	9ª	120h
Carga horária total			180h

A organização e funcionamento das atividades de pesquisa relacionadas à elaboração do projeto de pesquisa, seu desenvolvimento, as atribuições dos envolvidos, a defesa pública e os encaminhamentos de finalização do texto encontram-se explicitados no Regulamento de TCC (Anexo III).

8. 16 Componentes curriculares



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH291	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	04	60
EMENTA			
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008. CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social . Bauru: EDUSC, 2010. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999. LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber . Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos aires: CLACSO, 2005. LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA104	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	04	60
EMENTA			
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo. São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica. São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação - Resumos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. _____. NRB 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. _____. NRB 10520: Informação e documentação - Citações - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita. Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto. Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 1997. _____. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2009. _____, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos. Petrópolis:			
Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia-Licenciatura, <i>campus</i> Realeza. - 106			



Vozes, 2002.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GEX208	INFORMÁTICA BÁSICA	4	60
EMENTA			
Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.			
OBJETIVO			
Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTONIO, João. Informática para Concursos: teoria e questões . Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.			
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.			
NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Pearson, 2010.			
SEBEN, A.; MARQUES, A. C. H. (Org.). Introdução à informática: uma abordagem com libreoffice . Chapecó: UFFS, 2012. 201 p. ISBN: 978-85-64905-02-3. Disponível em: <cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. Introdução à ciência da computação . 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.			
HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. O livro oficial do Ubuntu . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.			
LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. Informática básica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.			
MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. Estudo dirigido de microsoft windows 7 ultimate . São Paulo: Érica, 2010.			
MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. Nosso futuro e o computador . Porto Alegre: Bookman, 1999.			
MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.			
MORGADO, Flavio. Formatando teses e monografias com BrOffice . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.			
SCHECHTER, Renato. BROffice Calc e Writer: trabalhe com planilhas e textos em software livre . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1676	INTRODUÇÃO À DOCÊNCIA	04	60
EMENTA			
As relações entre Educação, Cultura e Sociedade. Educação, educação escolar e pedagogia. A natureza e o campo de atuação profissional docente: contexto histórico e o papel social, ético e político das (os) professoras (or). A concepção ampliada de docência: ensino, gestão educacional, coordenação pedagógica e produção e difusão de conhecimento em educação. O processo histórico de delimitação dos saberes docentes. Narrativas professoras (es) inesquecíveis. A profissionalização enquanto competência e reconhecimento social. Organizações e movimentos políticos das (os) profissionais da educação. Formação inicial e continuada. Autonomia e identidade profissional. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino			
OBJETIVO			
Compreender o sentido de profissionalização e formação de professoras (es) na perspectiva da diversidade de saberes que compõem a trajetória histórica e sociocultural docente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARROYO, M. Ofício de mestre . São Paulo: Vozes, 2005			
CORINTA, G. Cartografias do trabalho docente . São Paulo: Editora Mercado de Letras, 1998			
LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 1998.			
PIMENTA, S. G. (coord.) Saberes pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez, 2007.			
TARDIF, M.; LEWSSARD, C. O trabalho docente . São Paulo: Vozes, 2011.			
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional . São Paulo: vozes, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BRANDÃO, C. R. O que é educação . 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.			
BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores . 3. ed. Campinas/SP: Papirus, 2000.			
BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 2/2015 . Institui diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos professores. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: rcp002_15 (mec.gov.br). Acesso em: 09 nov. 2021.			
FRANCO, M. A. S. Pedagogia como ciência da educação . Campinas/SP: Papirus, 2003.			
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática Educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educação & Sociedade , Campinas, v. 31, n. 113, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016 . Acesso em: 09 nov. 2021.			
GATTI, B. A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. Educar em Revista , Curitiba-PR, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000400005 . Acesso em: 09 nov. 2021.			



OLIVEIRA, A. C. B. **Qual a sua formação, professor?** Campinas/SP: Papyrus, 1994.
SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1677	LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS	04	60
EMENTA			
<p>Aspectos históricos e teórico-metodológicos do brincar na educação infantil e anos iniciais. O brincar como linguagem infantil e suas implicações na educação. O currículo e a organização dos espaços lúdicos. Elementos do brincar em diferentes contextos e culturas a partir do campo da sociologia, antropologia e psicologia. A produção de materiais e o desenvolvimento de práticas lúdicas para a educação infantil e anos iniciais da educação Básica. A pesquisa aplicada a teoria do brincar. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino</p>			
OBJETIVO			
<p>Compreender o brincar como elemento fundante da linguagem infantil e refletir sobre as possibilidades de vivências lúdicas no contexto escolar da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BENJAMIN, W. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. 2002. BROUGÈRE, G. Brinquedo e cultura. Porto Alegre: Cortez, 1995. EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. (orgs.). As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artes Médicas, 2015. KISHIMOTO, T. M. (org.). O Brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2011. KISHIMOTO, T. M. (org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Editora Cortez, 2017. SANTOS, S. M. P. Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>ADAMS, M. J. <i>et al.</i> Consciência fonológica em crianças pequenas. Porto Alegre: ArtMED, 2006. Azevedo, C. P. Brinquedoteca: no diagnóstico e intervenção em dificuldades escolares. Campinas, S.P.: Editora Alínea, 2014. HORN, C. I. <i>et al.</i> Pedagogia do brincar. Porto Alegre: Mediação, 2012. HORN, C. I. <i>et al.</i> Brincar e jogar: atividades com materiais de baixo custo. Porto Alegre: Mediação, 2007. KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. São Paulo: pioneira, 2002. MOYLES, J. R. A excelência do brincar: a importância da brincadeira na transição entre educação infantil e nos anos iniciais. Porto Alegre: Penso, 2005. SANTOS, S. M. P. O lúdico na formação do educador. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.</p>			



SANTOS, S. M. P. **Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico.** Petrópolis: Vozes, 2011.

VENTURI, F. H. M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio.** São Paulo: Penso, 2017.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1995.
SANTOS, S. M. P. **Educação, arte e jogo.** Porto Alegre: Vozes, 2019.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH290	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	4	60
EMENTA			
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.			
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.			
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.			
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.			
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.			
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.			
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.			
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH293	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	4	60
EMENTA			
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes do pensamento filosófico; Fundamentos filosóficos da Modernidade. Tópicos de Ética e de Epistemologia.			
OBJETIVO			
Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da modernidade			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lúlio, 2011.			
DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003.			
FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia: O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011.			
GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção).			
HESSEN, J. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar editores, 2009.			
VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . São Paulo: Editora da USP, 2000.			
GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Ed. Unesp, 1994.			
HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
HORKHEIMER, MAX. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002.			
JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.			
NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . 1. ed. Campinas: Papirus, 2008.			
REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v.			
SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo. In: _____. Questão de método . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.			
SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética . São Paulo: Herder, 1963.			
SILVA, Márcio Bolda. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana . São Paulo: Paulus, 1995.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1679	HISTÓRIA E SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA	4	60
EMENTA			
História da criança e da família. O conceito de infância e seu histórico. As diferentes concepções de infância(s), criança e cultura(s) infantil. A criança e seus direitos. A história da criança no Brasil. A sociologia da infância e sua metodologia. A infância e a sociedade de consumo. Ser criança hoje. Pesquisas e estudos em história e sociologia da infância.			
OBJETIVO			
Compreender a conceituação de criança e infância(s) e os direitos da infância a partir da contribuição dos estudos sobre a história e a sociologia da infância. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAZÍLIO, L. C.; KRAMER, S. Infância, educação e direitos humanos . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. CAMBI, F. História da pedagogia . São Paulo: UNESP, 2010. CORSARO, W. A. Sociologia da infância . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. DEL PRIORE, M. (org.). História das crianças no Brasil . 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007. KUHLMANN JUNIOR, M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica . 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. MONARCHA, C. Educação da infância brasileira: 1875-1983 . Campinas: FAPESP, Autores Associados, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. Revista Educação , Santa Maria, 2010, v. 35, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.5902/198464441602 . Acesso em: 09 nov. 2021. ARIES, P. História social da criança e da família . 2. ed. São Paulo: LCT, 1981. BEZERRA LINS, S. L. B. <i>et al.</i> A compreensão da infância como construção sócio-histórica. CES Psicol , Medellín, v. 7, n. 2, p. 126-137, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-30802014000200010&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 09 nov. 2021. COHN, C. Antropologia da criança . 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. LOPES, E. M. S. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G.. 500 anos de educação no Brasil . 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. MACHADO, M. L. A. (org.). Encontros e desencontros em educação infantil . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			



OLIVEIRA, Z. M. R. (org.). **A criança e seu desenvolvimento**: perspectiva para se discutir a educação infantil. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Z. M. R. (org.). **Educação infantil**: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2016.

SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (org.). **Crianças e miúdos**: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, 2004.

WARDE, M. J. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 25, n. 1, 21-39, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/0%25x>. Acesso em: 09 nov. 2021.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1680	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	04	60
EMENTA			
A Psicologia enquanto ciência: origem, evolução e delimitação dos objetos de estudo. Os ramos da Psicologia e seus objetos específicos. Os métodos de pesquisa em Psicologia da Educação. As instituições educativas enquanto contextos de desenvolvimento: o desenvolvimento biopsicossocial da criança de zero a dez anos. As contribuições da Psicologia da Educação para a solução de problemas do cotidiano escolar. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino			
OBJETIVO			
Identificar, analisar, compreender e avaliar os fenômenos e processos psicológicos envolvidos nas interações humanas em contextos educacionais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BIAGGIO, A. Psicologia do desenvolvimento . 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. COLL, C. <i>et al</i> (org.). Psicologia da Educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. DUNKER, C. Paixão da ignorância: a escuta entre Psicanálise e Educação . São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. NUNES, A. I.; SILVEIRA, R. N. Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos . Brasília: Liber livros, 2009. PIAGET, J. A representação do mundo na criança . São Paulo: Ideias e Letras, 2008. VYGOTSKY, L; LEONTIEV, A; LURIA, A. Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento . 10. ed. São Paulo: Forense, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRONFENBRENNER, U. Ecologia do desenvolvimento humano . Porto Alegre: Artmed, 2000. COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (org.). Desenvolvimento psicológico e educação . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. CUNHA, M. V. A psicologia na educação: dos paradigmas científicos às finalidades educacionais. Rev. Fac. Educ. , São Paulo, v. 24, n. 2, Jul. 1998. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-25551998000200004 . Acesso em: 09 nov. 2021. FREUD, S. Obras psicológicas completas . Rio de Janeiro: Imago, 2011. v. 13. JOLIBERT, B. Sigmund Freud . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010. <i>E-book</i> . Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4683.pdf . Acesso em: 09 nov. 2021. KRAMER, S.; Souza, S. J. O debate Piaget/Vygotsky e as Políticas Educacionais. Cadernos de Pesquisa , São Paulo, n. 77, 1991. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1044 . Acesso em: 09 nov. 2021. LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão . São Paulo: Summus, 2019.			



PIAJET, J. **O Juízo moral na criança**. 4. ed. Summus editorial, 1994.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 2011.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1312	EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	02	30
EMENTA			
Aspectos históricos, éticos e epistemológicos da Educação Especial. Escola e educação inclusiva. Os sujeitos da educação inclusiva: surdos, cegos, deficientes (auditivos, visuais, mentais, físicos, múltiplos) e transtornos (de aprendizagem, globais, do espectro autista), síndrome de Down e altas habilidades. O atendimento especializado (em classes, escolas ou serviços especializados).			
OBJETIVO			
Abordar a diversidade e os processos de construção da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em seus aspectos históricos, culturais, filosóficos, políticos e pedagógicos, para promover a inclusão nas práticas escolares e didático-pedagógicas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALENCAR, E. M. L. S. Tendências e desafios da educação especial . Brasília: MEC, 1994.			
BRASIL. Decreto Nº6.571, de 17 de setembro de 2008 . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. (Dispõe sobre o atendimento educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007).			
GONZALEZ, Eugênio. Necessidades educacionais específicas – intervenção psicoeducacional . Porto Alegre: Artmed, 2007.			
GOÉS, Maria Cecília R. De; LAPLANE, Adriane L. F. de (Org.). Políticas e práticas da educação inclusiva . São Paulo: Autores Associados, 2004.			
JANNUZZI, Gilberta de M. A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI . São Paulo: Autores Associados, 2002.			
MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas . Petrópolis: Vozes, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
AMARAL, A. Pensar a diferença/deficiência . Brasília: CORDE, 1994.			
ANDRÉ, Marli (Org.). Pedagogia das diferenças na sala de aula . Campinas-SP: Papyrus, 1999.			
BRASIL. O enfoque da educação inclusiva. In: DUK, Cyntia (Org.). Educar na diversidade: material de formação docente . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 58-73.			
BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física . Brasília: MEC, SEESP, 2004.			
BRASIL. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência visual-volume 1 . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001. (Série Atualidades pedagógicas).			
BRASIL. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência múltipla-volume 1 . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001. (Série Atualidades pedagógicas).			
PUESCHEL, Siegfried (Org.). Síndrome de Down: guia para pais e educadores . 11. ed. Tradução de Lúcia Helena Reily. Campinas, SP: Papyrus, 1993. p. 53-98. (Série Educação Especial).			
RIVIÈRE, Angel. O desenvolvimento e a educação da criança autista. In: COLL, Cezar;			



PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e a aprendizagem escolar.** Tradução de Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artmed, 1995. v. 3.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

WINNER, Ellen. **Crianças superdotadas: mitos e realidades.** Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 11-20; 113-144; 187-220.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1681	SEMINÁRIO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA I (SEPEC I)	02	30
EMENTA			
A indissociabilidade entre a pesquisa, a extensão, a cultura e o ensino. O Programa de ensino, pesquisa, extensão e cultura: apresentação e discussão dos Eixos Formativos e seus projetos específicos. Rodas de conversa: mapeamento de temas emergentes no contexto escolar; atividades de integração curricular semestral.			
OBJETIVO			
Conhecer o Programa de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Curso e sua organização em forma de Eixos Formativos e articular as atividades curriculares semestrais entre si e com o contexto escolar.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DALCIN, L.; AUTUSTI, R. B. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como paradigma de uma universidade socialmente referenciada. Revista ELO - Diálogos em Extensão , Viçosa, v. 5, n. 3, dez 2016. Acesso em: https://doi.org/10.21284/elo.v5i3.226 . Acesso em: 09 nov. 2021.			
ANDRÉ, M. (org.) O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . 8. ed. São Paulo: Papirus, 2021.			
FREIRE, P. Extensão ou comunicação . São Paulo: Paz e Terra, 2014.			
OLIVEIRA, M. O. (org.) Arte, Educação e Cultura . 2. ed. Santa Maria: UFSM, 2015.			
GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. Perspectiva , Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-795X.2015v33n3p1229 . Acesso em 09 nov. 2021.			
NOVOA, Antônio. Professores: imagens de um futuro presente . Lisboa (Portugal): Educa, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
SANTOS, A. B. Educar pela pesquisa na formação inicial de professores. Revista Internacional de Educação Superior , Campinas, SP, v. 6, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.20396/riesup.v6i0.8654220 . Acesso em: 09 nov. 2021.			
Serão definidas pelo Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura dos Eixos formativos, apreciado pelo Colegiado de Curso e cadastrado institucionalmente.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH996	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, SOCIOLÓGICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	4	60
EMENTA			
A educação numa perspectiva histórica e crítica e como campo social de disputa hegemônica. O conhecimento como práxis social. O projeto educacional da modernidade. Crítica da razão moderna e dos fundamentos educacionais. Função social da Escola: principais abordagens. Educação Escolar no Brasil contemporâneo: concepções de escola, docência e de conhecimento escolar. Tópicos de pesquisa educacional contemporânea.			
OBJETIVO			
Desenvolver uma reflexão sistemática e interdisciplinar acerca das diferentes perspectivas que constituem as práticas educativas, atribuindo ênfase aos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos que possibilitam o pensamento pedagógico crítico contemporâneo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação . São Paulo: Paz e Terra, 1995. CAMBI, Franco. Historia da Pedagogia . São Paulo: UNESP, 2000. DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: CARNEIRO LEÃO, E. (Org.). Textos seletos . Trad. Floriano de Souza Fernandes. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. PAGNI, P. A.; SILVA, D. J. (Org.). Introdução à Filosofia da Educação: temas contemporâneos e história . São Paulo: Avercamp, 2007. SAVIANI, Demerval. Pedagogia historico-critica: primeiras aproximações . 8. ed. São Paulo: Autores associados, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. LIBÂNEO, José C. Democratização da escola pública . 26 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 34.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. HARVEY, David. A condição pos-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . São Paulo: Loyola, 1992. JAEGER, Werner. Paideia: a formação do homem grego . São Paulo: Martins Fontes, 1989. LIMA, Júlio César F.; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). Fundamentos da Educação escolar no Brasil contemporâneo . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. MANACORDA, Mario A. Historia da educação: da antiguidade aos nossos dias . 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã . São Paulo: Martin Claret, 2010. MORAES, Maria C. M. de (Org.). Iluminismo as avessas: produção de conhecimento e políticas de formação . Rio de Janeiro: DP&A, 2003 OZMON, Howard A.; CRAVER, Samuel M. Fundamentos filosóficos da educação . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH998	TEORIAS DA APRENDIZAGEM E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	04	60
EMENTA			
O desenvolvimento humano e suas relações com o ensino e aprendizagem. Os sujeitos da aprendizagem e o desenvolvimento ético e cognitivo. Principais abordagens teóricas da psicologia da educação e suas implicações para a organização dos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem escolar. Tópicos educacionais contemporâneos: educação em tempo integral, inclusão, fracasso escolar. Os diálogos entre psicologia e educação na pesquisa educacional contemporânea			
OBJETIVO			
Abordar as diferentes perspectivas a respeito dos processos psicológicos constituintes da aprendizagem escolar e suas implicações na organização de práticas pedagógicas orientadas para o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.			
COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento Psicológico e Educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 2 v.			
NUNES, A. I. B. L.; SILVEIRA, R. N. Psicologia da Aprendizagem: processos, teorias e contextos . Brasília: Liber Livros, 2009.			
PIAGET, J. A Psicologia da inteligência . 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.			
VYGOTSKI, L. S. A Formação Social da Mente . São Paulo: Martins Fontes, 1984.			
WALLON, H. Psicologia e Educação da Infância . Lisboa: Estampa, 1986			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CURONICI, C.; MCCULLOCH, P. Psicólogos e professores: um ponto de vista sistêmico sobre as dificuldades escolares . Bauru: EDUSC, 1999.			
DESSEN, M. A.; COSTA, A. L. J. A ciência do desenvolvimento humano . Porto Alegre: Artmed, 2005. 278 p.			
FARIA FILHO, L. M. de. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação . São Paulo: Perspectiva, 2000. 14 v. n. 2.			
GALVÃO, I. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil . Petrópolis: Vozes, 1995. 132 p.			
KOLLER, S. H. Ecologia do Desenvolvimento Humano: Pesquisa e Intervenção no Brasil . São Paulo: Casa do psicólogo, 2004. 437 p.			
PATTO, Maria Helena. Introdução à Psicologia escolar . São Paulo: Tao, 1991.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1682	EDUCAÇÃO EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA	04	60
EMENTA			
<p>A história do ensino de geografia. A história do ensino de história e a construção das identidades nacionais, locais, mundiais, sociais, étnicas, culturais e políticas. Tendências teórico metodológicas no ensino de história e geografia. Estudo de conceitos e importância da geografia e da história. Noções de tempo e espaço na infância. Geografia política e a importância do olhar sobre o tempo e espaço contemporâneo no ensino fundamental. Geografia, história e o meio ambiente. Metodologias de ensino de história e geografia presentes na história da educação brasileira. Materiais didáticos empregados no ensino de história e geografia em diferentes contextos e épocas. Os conhecimentos de história e geografia vinculados ao cotidiano da estudante e aos acontecimentos da sociedade. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino</p>			
OBJETIVO			
<p>Refletir sobre os conceitos básicos da história e da geografia essenciais para o entendimento do tempo e do espaço na formação humana e sobre as diversas possibilidades de metodologia de ensino para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ALMEIDA, R. D.; JULIASZ, P. C. S. Espaço e tempo na educação infantil. São Paulo Contexto, 2014.</p> <p>BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>CASTELLAR, S. M. V. Educação geográfica: teorias e práticas. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>FONSECA, S. G. Didática e prática de ensino de história. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2006.</p> <p>HORN, G. B.; GERMINARI, G. D. O ensino de história e seu currículo: teoria e método. Petrópolis: Vozes, 2006.</p> <p>PENTEADO, H. D. Metodologia do ensino de história e geografia. São Paulo: Cortez, 2009.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>ABUD, K. M. Tempo histórico: conceito fundamental para a aprendizagem de História. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 18, n. 36, p.15-38, 1998.</p> <p>AGUIAR, J. S. Educação inclusiva: jogos para o ensino de conceitos. Campinas: Papirus, 2013.</p> <p>ALMEIDA, R. D. Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>DAVIES, N. (org.). Para além dos conteúdos de história. Niterói: EdUFF, 2000.</p> <p>FONSECA, S. G. Didática e prática de ensino de história. São Paulo: Papirus, 2003.</p>			
Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia-Licenciatura, <i>campus</i> Realeza. - 123			



FRANCO, M. L. P. B. **O livro didático de história: a versão fabricada.** São Paulo: Global, 1996.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

OLIVEIRA, A. U. **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 1994.

PINSKY, J. (org). **O Ensino de história e a criação do fato.** São Paulo: Contexto, 2004.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1683	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	4	60
EMENTA			
<p>Aspectos históricos e teórico-metodológicos relativos ao estudo da alfabetização e do letramento. Currículo escolar e aspectos didático-pedagógicos em contextos de alfabetização e letramento. A transformação do desenho e da escrita na educação infantil e anos iniciais. Alfabetização e letramento de jovens e adultos, leitura de mundo e da palavra. Estruturas cerebrais implicadas no processo de leitura e escrita e problemas na aprendizagem. Produção de materiais didáticos para o ensino-aprendizagem da alfabetização e letramento. As pesquisas aplicadas ao ensino de alfabetização e letramento. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino</p>			
OBJETIVO			
<p>Compreender a alfabetização e o letramento como processos de elaboração da aquisição da linguagem, inseparáveis e imprescindíveis nos diversos contextos escolares de aprendizagem da leitura e da escrita.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>FERREIRO, E.; PALACIO, M. G. Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>FREIRE, P. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>MOLLICA, M. C. Fala, letramento e inclusão social. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>MORAIS, A. G. Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas. São Paulo: Autêntica 2010.</p> <p>SANS, P. T. C. Pedagogia do desenho infantil. Campinas: Átomo, 2014.</p> <p>SOARES, M. Alfabetização e letramento. 6. ed. São Paulo: Contextos, 2011.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. Problemas de leitura e escrita: como identificar, prevenir e remediar numa abordagem fônica. São Paulo: Memnon, 2000.</p> <p>ESTEBAN, M. T. O que sabe quem erra?: Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. Petrópolis: De Petrus, 2012.</p> <p>FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.</p> <p>GNERRE, M. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 2009.</p> <p>GUMPERZ, J. C. A construção social da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.</p> <p>KLEIMAN, Â. (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 1995.</p> <p>MACEDO, L. Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>MORTATTI, M. R. L. (Org.). Alfabetização do Brasil: uma história de sua história. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.</p> <p>SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática,</p>			



2008.

RIZZO, G. **Alfabetização natural**. São Paulo: Beltrand Brasil, 1999.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1684	SEMINÁRIO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA II (SEPEC II)	04	60
EMENTA			
<p>O contexto regional: aspectos históricos da formação social e cultural do Sudoeste do Paraná. Organizações sociais, culturais e de educação não-formal. Políticas públicas e desenvolvimento regional. Produção literária, artística e cultural regional e de fronteira. Cultura de fronteira. Rodas de conversa envolvendo: interlocutores da comunidade regional e da fronteira; apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Levantar dados referentes à formação social e cultural do Sudoeste do Paraná, à constituição da cultura de fronteira e à produção literária, artística e cultural, envolvendo estudos e investigações dos eixos temáticos do Programa e sua socialização e problematização.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>LANGER, P. P.; MARQUES, S. M. S.; MARSCHNER, W. R. (orgs.) Sudoeste do Paraná: diversidade e ocupação territorial. Dourados: Editora da UFGD, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, G. M.; MORELLO, R. A fronteira como recurso: o bilinguismo português-espanhol e o Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira do MERCOSUL (2005-2016). Revista Ibero-americana de Educação, Madrid, v. 81, n. 1, p. 53-74, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.35362/rie8113567. Acesso em: 10 nov. 2021.</p> <p>POLI, J. A luta que se fez terra. Curitiba: Editora IFPR, 2021.</p> <p>SANTOS, B. S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. Tempo Social: Revista Sociologia da USP, São Paulo, v. 5, n. ½, 1993. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ts.v5i1/2.84940. Acesso em: 10 nov. 2021.</p> <p>SANTOS, R. S. Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como instrumento de integração regional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 355-375, julho-dezembro 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000200003. Acesso em: 10 nov. 2021.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>Serão definidas pelo Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura dos Eixos formativos, apreciado pelo Colegiado de Curso e cadastrado institucionalmente.</p> <p>SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Salvério. Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. Rio de Janeiro: Editora Conseqüência, 2019.</p> <p>SANTOS, Milton; BECKER, Berta K. Território, territórios: Ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.</p>			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH997	DIDÁTICA	04	60
EMENTA			
Aspectos históricos e epistemológicos da didática. A docência como atividade profissional intencional e metódica. Os saberes da docência. Concepções pedagógicas. Concepções de currículo, planejamento, processos pedagógicos e avaliação. Relações entre didática geral e didáticas específicas. Didática em diferentes contextos educativos: EJA, Educação do Campo e EaD. O debate pedagógico nas pesquisas educacionais contemporâneas.			
OBJETIVO			
Refletir criticamente sobre os processos de ensino e aprendizagem sistemáticos que ocorrem nas instituições escolares, buscando a compreensão e a reflexão críticas a partir das práticas pedagógicas e a efetivação de ações de ensino/aprendizagem significativas e que possam contribuir para formação de profissionais da Educação comprometidos com a qualidade da escola, especialmente a pública.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRZEZINSKI, Iria (Org.). Profissão professor: identidade e profissionalização docente . Brasília: Plano Editora, 2002.			
COMENIUS. Didática magna . São Paulo: Martins Fontes, 1997.			
LIBANEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 1994.			
PATTO, Maria H. Sousa. A Produção do Fracasso Escolar: história de submissão e rebeldia . São Paulo: casa do Psicólogo, 1999.			
SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações . 6. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1997.			
TARDIFF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANDAUI, V. M. (Org.). A Didática em Questão . Petrópolis: Vozes, 1985.			
GARCIA, Carlos Marcelo. Formação de professores: para uma mudança educativa . Portugal: Porto Editor, 1999.			
GHIRALDELLI JR., Paulo. Didática e Teorias Educacionais . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
MIZUKAMI, Maria Graça. Ensino: as abordagens do processo . São Paulo: LTC, 1992.			
SILVA, Tomaz Tadeu da. Alienígenas na sala de aula . 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.			
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional . Petrópolis: Vozes, 2002. VEIGA, Ima Passos Alencastro. (Org.). Didática: ensino e suas relações . 18 ed. Campinas, Papirus: 2011.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1685	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS	04	60
EMENTA			
<p>Educação em Ciências: aspectos históricos, epistemológicos e pedagógicos. processo de ensino e de aprendizagem da Educação em Ciências nos anos iniciais, na educação infantil e demais níveis de atuação docente da (o) pedagoga (o). Os conhecimentos populares, escolares e científicos da Educação em Ciências para os anos iniciais, a educação infantil e demais níveis de atuação da (o) docente pedagoga (o). A importância das linguagens nos processos de aprender e de ensinar Ciências. Práticas metodológicas interdisciplinares em Educação Ambiental. O processo de alfabetização científica na construção da cidadania. O lúdico e a experimentação na Educação em Ciências. Elaboração de propostas metodológicas para a Ciências ancoradas na pesquisa. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino.</p>			
OBJETIVO			
<p>Compreender a importância dos conhecimentos e dos saberes pertencentes a área da Educação em Ciências na constituição de docentes pedagogas (os) pesquisadoras (es).</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>CHALMERS, A. F. O que é ciência, afinal? São Paulo: Brasiliense, 1983.</p> <p>CHASSOT, A. A ciência através dos tempos. São Paulo: Moderna Editora, 2004.</p> <p>DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. C. A. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>HERMEL, E. E. S.; GÜLLICH, R. I. C. Educação em ciências e matemática: pesquisa e formação de professores. Chapecó, SC: UFFS, 2016.</p> <p>GALIAZZI, M. C.; AUTH, M. A.; MORAES, R.; MANCUSO, R. (orgs.). Aprender em rede na educação em ciências. Ijuí: Unijuí, 2008.</p> <p>POZO, J. I.; CRESPO, M. Á. G.. A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>DIAS, Genebaldo Freire. Atividades interdisciplinares de educação ambiental: práticas inovadoras de educação ambiental. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Gaia, 2006.</p> <p>GALIAZZI, M. C. Educar pela pesquisa: ambiente de formação de professores de ciências. Ijuí: Unijuí, 2003.</p> <p>GATTI, S. R. T.; NARDI, R. (orgs.). A história e a filosofia da ciência no ensino de ciências: a pesquisa e suas contribuições para a prática pedagógica em sala de aula. São Paulo, SP: Escrituras, 2016.</p> <p>HAI, A. A.; SILVA, D. A. S. M.; VAROTTO, M.; MIGUEL, C. C. Ensinando ciências na educação infantil. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2020.</p> <p>LOPES, A. R. C. Currículo e epistemologia. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2007.</p> <p>MORAES, R. Percursos de formação de professores de ciências: histórias de</p>			



formação e profissionalização. Curitiba, PR: Appris, 2019.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Brasiliense, 2009.

SANTOS, W. L. P.; AULER, D. (orgs.). **CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisa**. Brasília: Ed. UnB, 2011.

SANTOS, B. F.; SÁ, L. P. (orgs.) **Linguagem e ensino de ciências: ensaios e investigações**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2014.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1686	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: EDUCAÇÃO INFANTIL	04	60
EMENTA			
Concepção ampliada de docência para atuar na Educação Infantil. Orientações curriculares para a Educação Infantil no Brasil. A organização de tempos, espaços e proposições pedagógicas. Conhecimento da realidade escolar: diagnósticos, interpretação, proposições pedagógicas para a Educação Infantil. Formação continuada e produção de conhecimento. Avaliação dos processos pedagógicos escolares. Relações entre educação infantil e famílias. Processos de inserção das crianças nas instituições. Processos de inclusão escolar. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino.			
OBJETIVO			
Possibilitar a vivência no cotidiano escolar da educação infantil para o desenvolvimento e organização da ação pedagógica e o exercício da prática em diferentes propostas de gestão com ênfase no modelo democrático-participativo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FARIA, A. L. G. (org.). O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes. São Paulo: Cortez, 2007.			
HOFFMANN, J. Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.			
HORN, M. G. S. Sabores, cores, sons e aromas: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.			
MELLO, S. <i>et al.</i> (orgs.). Documentação pedagógica: teoria e prática. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2017.			
OSTETTO, L. E. (org.). Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas: Papyrus, 2008.			
SEARA, I. C. <i>et al.</i> (orgs.). Práticas pedagógicas e estágios: diálogos com a cultura escolar. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. Projetos pedagógicos na educação infantil. Artmed: Porto Alegre, 2008.			
BARBOSA, J. (coord.). Autores cidadãos: a sala de aula na perspectiva multirreferencial. São Carlos/São Bernardo: Edufscar/Edumesp, 2000.			
CEPPI, G.; ZINI, M. (orgs.). Crianças, espaços, relações: como projetar ambientes para a Educação Infantil. Porto Alegre: Penso, 2013.			
MAISTRO, M. A. Relações creche e famílias, a quantas andam?. Perspectiva , Florianópolis, v. 17, n. 1, 1999. Disponível em: https://doi.org/10.5007/%25x . Acesso em: 10 nov. 2021.			



MONÇÃO, M. A. G. O compartilhamento da educação das crianças pequenas nas instituições de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.4 5, n. 157, p.652-679, jul./set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143052>. Acesso em: 10 nov. 2021.

OSTETTO, L. E. (org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 2000.

OLIVEIRA, Z. M. *et al.* **Creches: crianças, faz de conta & cia**. 16. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Z. (org.). **Educação infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 2010.

ROCHA, E. A. C.; KRAMER, S. (orgs.). **Educação infantil: enfoques em diálogo**. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. (org.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2001.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GLA675	EDUCAÇÃO EM LINGUAGEM I	04	60
EMENTA			
Fundamentos epistemológicos para o ensino-aprendizagem de linguagem. Concepções de linguagem. Práticas de linguagem/eixos para o ensino-aprendizagem na Educação Básica nos documentos oficiais de ensino. Produção de materiais didáticos para o ensino-aprendizagem de linguagem. As pesquisas aplicadas ao ensino de linguagem. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino.			
OBJETIVO			
Refletir criticamente sobre as concepções e os fundamentos epistemológicos e legais para o ensino-aprendizagem de língua materna para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, identificando suas implicações na ação docente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, I. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.			
BAKHTIN, M. M. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 16. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2014.			
BRITTO, L. P. L. A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1997.			
GERALDI, J. W. O texto na sala de aula. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.			
GERALDI, J. W. Portos de passagem. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.			
VYGOTSKY, L. S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone /EDUSP, 1988.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BAGNO, M. Linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2012.			
BAGNO, M. (ed.). Linguística da norma. São Paulo: Edições Loyola, 2002.			
BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular: educação é a base. Brasília: MEC/SEB. EI/EF/EM, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_sit_e.pdf . Acesso em: 10 nov. 2021.			
CERUTTI-RIZZATTI, M. E. (org.). Linguagem e escolarização: alfabetismo e leitura. Florianópolis: Insular, 2013. v. 2.			
FREITAS, M. T. de A.; COSTA, S. R. (orgs.). Leitura e escrita na formação de professores. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2002.			
MARCUSCHI, B.; SUASSUNA, L. (orgs.). Avaliação em língua portuguesa: contribuições para a prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.			
MENEGASSI, R. J. (org.). Leitura, escrita e gramática no ensino fundamental:			



das teorias às práticas docentes. Maringá, PR: EDUEM, 2010.

SILVA, A.; PESSOA, A. C.; LIMA, A. (orgs.). **Ensino de gramática**: reflexão sobre a língua portuguesa na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1687	SEMINÁRIO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA III (SEPEC III)	04	60
EMENTA			
A realidade escolar da Educação Básica do Sudoeste do Paraná. A formação de professoras (es) da Educação Básica regional. As relações entre escola e comunidade. A cultura escolar. A produção didático-pedagógica e artístico-cultural escolar. Demandas regionais por formação continuada. Rodas de conversa envolvendo: interlocutoras (es) da comunidade escolar; apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.			
OBJETIVO			
Levantar dados referentes à realidade escolar da Educação Básica do Sudoeste do Paraná, à cultura escolar e demandas por formação continuada, envolvendo estudos e investigações dos eixos temáticos do Programa e sua socialização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>AMANCIO, S. M. Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009. Disponível em: http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2961. Acesso em: 10 nov. 2021.</p> <p>BELLIATO, M. C. O Colégio Nossa Senhora da Glória e o processo de escolarização em Francisco Beltrão (1952-1982). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/3016. Acesso em: 10 nov. 2021.</p> <p>BONATO, E. M. A formação de professores para as séries/anos iniciais do fundamental e a avaliação de seu desempenho no município de Dois Vizinhos no período de 1971 a 2008. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Centro de Teologia e Ciências Humanas, Curitiba, 2010. Disponível em: http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2049. Acesso em: 10 nov. 2021.</p> <p>RECH, R.; BORGES, G. S. Educação do campo no sudoeste do Paraná: possíveis cenários. Synergismus scyentifica, Pato Branco, v. 6, n. 1, 2011. Disponível em: http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/1296/828. Acesso em: 10 nov. 2021.</p> <p>SANTOS, E.G. Em cima da mula, debaixo de Deus, na frente do inferno: os missionários franciscanos no sudoeste do Paraná (1903-1936). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em história, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: https://hdl.handle.net/1884/27988. Acesso em: 10 nov. 2021.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BELLIATO, M. C.; CASTANHA, A. P. A Escola Normal Colegial Estadual Regina			



Mundi – 1965 – 1976: primeiros apontamentos sobre a formação de professores primários em Francisco Beltrão – PR. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 18, n. 21, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/rfc.v18i27.15851>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Serão definidas pelo Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura dos Eixos formativos, apreciado pelo Colegiado de Curso e cadastrado institucionalmente.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH9999	POLÍTICAS EDUCACIONAIS	04	60
EMENTA			
A educação numa perspectiva política. Análise das políticas e gestão de processos educacionais na crise do Estado, da cultura e da sociedade contemporânea. As políticas públicas em educação: financiamento, gestão, inclusão, currículos, programas e avaliação. Legislação educacional. As políticas públicas em educação na pesquisa educacional contemporânea.			
OBJETIVO			
Discutir a educação como política pública e seu desenvolvimento no âmbito da Educação Básica, buscando identificar os processos e relações do ordenamento legal, da gestão democrática e no controle público e social da educação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública . 2. ed. amp. Campinas: Autores Associados, 2001.			
COSTA, Messias. A educação nas constituições do Brasil : dados e direções. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (Org.). O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI : reformas em debate. Campinas: Autores Associados, 2000.			
OLIVEIRA, Dalila Andrade Oliveira; DUARTE, Marisa R. T. Duarte (Org.). Política e trabalho na escola : administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.			
VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel M. S. de. Política educacional no Brasil : Introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.			
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar : políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARNOY, Martin; CASTRO, Cláudio Moura. Como anda a reforma educativa na América Latina . Rio de Janeiro: FGV, 1997.			
COSTA, V. et al. Descentralização da Educação : novas formas de Coordenação e Financiamento. São Paulo: Cortez, 1999.			
DAVIES, Nicholas. O FUNDEF e o Orçamento da Educação : desvendando a caixa preta. Campinas: Autores Associados, 1999.			
FÁVERO, Osmar (Org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988 . Campinas: Autores Associados, 1996.			
GENTILE, P.; SILVA, Tomaz T. Neoliberalismo, qualidade total e educação : visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1995.			
SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação . Campinas: Autores Associados, 1997.			
_____. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação : por uma outra política Educacional. Campinas: Autores Associados, 1999.			
SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. Política			



educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

XAVIER, Maria E. Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil.** Campinas: Papyrus, 1990.

WEBER, S. Novos padrões de financiamento e impactos na democratização do Ensino. **Cadernos de Pesquisa**, n. 103, São Paulo, 1998.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1688	ARTE E EDUCAÇÃO	04	60
EMENTA			
<p>O que é Arte? Os movimentos vinculados à Arte no Brasil e na América Latina. A articulação entre Arte e Educação: discussões teóricas. A potencialidade da Arte no processo de ensino-aprendizagem na infância. A descoberta da dimensão estética do mundo potencializada pela Arte. A Arte como forma diversa de linguagem. A Arte no processo de desenvolvimento infantil. Fazer arte na infância: música, poesia, teatro, expressão corporal. Fazer arte na infância: artes plásticas, desenho e arte digital. A Arte e a Educação na constituição social, histórica e cultural das crianças. A Arte como modo de transformação de problemas de aprendizagem escolares. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino</p>			
OBJETIVO			
<p>Compreender a relevância da articulação entre Arte e Educação no processo de ensinar e de aprender na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, especialmente, na constituição de professoras (es) pedagogas (os).</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BARBOSA, A. M. (org.). Arte-educação contemporânea: consonâncias internacionais. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>COLI, J. O que é arte?. São Paulo: Brasiliense, 2006.</p> <p>CORRÊA, A. D.; NUNES, A. L. R. O ensino das artes visuais: uma abordagem simbólica-cultural. Santa Maria: UFSM, 2007.</p> <p>FIGUEIREDO, L. M. História da arte para crianças. Curitiba: Cengage: 2010.</p> <p>GOMBRICH, E. História da arte. São Paulo: LTC, 2000.</p> <p>OLIVEIRA, M.; HERNANDEZ F. (orgs.) Formação do professor em artes visuais. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>BARBOSA, A. M. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 2019.</p> <p>BARBOSA, A. M. Tópicos utópicos. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.</p> <p>BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Porto Alegre: LPeM, 2018.</p> <p>BELTING, H. O fim da história da arte: uma revisão dez anos depois. São Paulo: Cosac Nayfy, 2012.</p> <p>MARTINS, R.; TOURINHO, I. (orgs.). Cultura visual e infância: quando as imagens invadem a escola. Santa Maria: UFSM, 2010.</p> <p>CUNHA, S. R. V.; CARVALHO, R. S. de. Arte contemporânea e educação infantil: crianças observando, descobrindo e criando.</p> <p>DANTO, A. C. O abuso da beleza: a estética e o conceito de arte. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.</p>			



DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo; Martins Fontes Editora. 2010.
MASON, R. **Por uma arte-educação multicultural**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1689	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA I	04	60
EMENTA			
Compreensão histórica, filosófica e epistemológica do conhecimento matemático. A função social dos conteúdos matemáticos. A matemática no currículo. O processo de ensino e de aprendizagem dos conteúdos matemáticos nos anos iniciais, na educação infantil e demais níveis de atuação docente da (o) pedagoga (o). O desenvolvimento lógico matemático e a afetividade. Elaboração de propostas metodológicas para o ensino da matemática. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino			
OBJETIVO			
Conhecer e discutir a história, os conceitos e as diferentes abordagens teórico-metodológicas da educação matemática e seu desenvolvimento no ensino da Matemática nos anos iniciais, educação infantil e demais níveis de atuação docente da (o) pedagoga (o).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BICUDO, M. A. V.; GARNICA, A. V. M. Filosofia da educação matemática . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.			
DANTE, L. R. Formulação e resolução de problemas de matemática: teoria e prática . São Paulo: Editora Ática, 2009.			
KNIJNIK, G. <i>et al.</i> Etnomatemática em movimento . Belo Horizonte: Autêntica, 2012.			
BRANDT, C. F.; GUÉRIOS, E. (org.). Práticas e pesquisas no campo da educação matemática . Curitiba: CRV, 2017.			
LORENZATO, S. A. Porquês matemáticos na sala de aula. <i>In</i> : CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EDUCACIÓN MATEMÁTICA, 8., 2017, Madri. Actas [...]. Madri: FESPM, 2017. p. 54-61.			
NUNES, T.; CAMPOS, T. M. M.; MAGINA, S.; BRYANT. P. Introdução à educação matemática: os números e as operações numéricas . São Paulo: Cortez, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
FALCÃO, J. T. R. Psicologia da educação matemática: uma introdução . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.			
ITACARAMBI, R. R. Resolução de problemas nos anos iniciais do ensino fundamental . São Paulo: Livraria da Física, 2010.			
PARUTA, A. M. Indicações curriculares, saberes e práticas dos Professores envolvendo o letramento matemático. <i>In</i> : ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 24.; ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 14., 2020. Cascavel. Anais [...]. Cascavel: UNIOESTE, 2020. Disponível em:			



<http://eventos.sbem.com.br/index.php/EBRAPEM/index/pages/view/anais2020>.
Acesso em: 10 nov. 2021.

RAHER, D. W.; SCHLIEMANN, A. L. D.; CARRAHER, T. N. **Na vida dez na escola zero**. 16. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

SANTOS, V. M. **Ensino de matemática na escola de nove anos: dúvidas, dúvidas e desafios**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

TAHAN, M.; TAHAN, M. **Matemática divertida e curiosa**. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

VAN DE WALLE, J. **A matemática no ensino fundamental: formação de professores e aplicação em sala de aula**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ZALESKI FILHO, D. **Matemática e arte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1690	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	04	60
EMENTA			
<p>Concepção ampliada de docência para atuar nos anos iniciais da Educação Básica. O contexto escolar como espaço-tempo de formação humana. As relações da escola com as organizações estudantis, das (os) trabalhadoras (es) em educação e da comunidade. Organização e funcionamento da escola: planejamento participativo, gestão democrática, administrativa e pedagógica, Organização do currículo para a Educação Básica. Projeto Político Pedagógico na escola. Formação continuada e produção de conhecimento na escola. Coordenação dos processos de ensino e de aprendizagem na escola e em sala de aula: práxis, organização e gestão como tarefas da docência. Conhecimento escolar e interdisciplinaridade. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino</p>			
OBJETIVO			
<p>Compreender a instituição escolar, sua organização e funcionamento, relações, processos de gestão, coordenação pedagógica, suas práticas curriculares, formativas, de produção do conhecimento e inclusivas.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>FAZENDA, I. C. A. Práticas interdisciplinares na escola. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.</p> <p>IMBÉRNON, F. Escola, formação de professores e qualidade do ensino. Pinhais: Editora Melo, 2011.</p> <p>PARO, V. H. Administração escolar: introdução crítica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>BATISTA, N. C.; FLORES, M. L. R. Formação de gestores escolares para a educação básica: avanços, retrocessos e desafios frente aos 20 anos de normatização da gestão democrática na LDBEN. Porto Alegre: Evangraf, 2016.</p> <p>COELHO, V. R.; PAIM, M. M. W. Estágio curricular obrigatório e prática como componente curricular: que prática é essa?. Curitiba: CRV, 2014.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. TOSCHI, M., S.; OLIVEIRA, J. F. Educação escolar: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2007.</p>			



- LÜCK, H. **Gestão educacional:** uma questão paradigmática. São Paulo: Vozes, 2008.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MANRIQUE, A. L. **Aprendizagem da docência:** pesquisas e práticas formativas em ambiente escolar. Curitiba: Appris, 2014.
- MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.
- SEARA, I. C *et al.* (orgs.). **Práticas pedagógicas e estágios:** diálogos com a cultura escolar. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008.
- VASCONCELOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2013.
- VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papirus, 2000.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1691	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA II	4	60
EMENTA			
Conteúdos fundamentais da Matemática para os anos iniciais e a educação infantil. Elaboração de propostas metodológicas para a matemática nos anos iniciais e na educação infantil. Oralidade e o texto matemático. O lúdico no ensino e aprendizagem da matemática. A avaliação da aprendizagem matemática. O campo de pesquisa da educação matemática. Elaboração de propostas extensionistas relacionadas às práticas de ensino da matemática nos anos iniciais, educação infantil e demais níveis de atuação docente da (o) pedagoga (o). Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino			
OBJETIVO			
Conhecer, refletir, discutir, elaborar e avaliar atividades didático-pedagógicas para o ensino de matemática nos anos iniciais, educação infantil e demais níveis de atuação docente da (o) pedagoga (o).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DANTE, L. R. Formulação e resolução de problemas de matemática: teoria e prática . São Paulo: Editora Ática, 2009.			
KNIJNIK, G. <i>et al.</i> Etnomatemática em movimento . Belo Horizonte: Autêntica, 2012.			
LOSS, A. S. Anos iniciais: metodologia para o ensino da matemática . Erechim, RS: Edifapes, 2004.			
NUNES, T.; CAMPOS, T. M. M.; MAGINA, S.; BRYANT, P. Educação matemática: números e operações numéricas . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.			
NUNES, T.; CAMPOS, T. M. M.; MAGINA, S.; BRYANT, P. Introdução à educação matemática: os números e as operações numéricas . São Paulo: Proem Editora, 2002.			
SANTOS, V. M. Ensino de matemática na escola de nove anos: dúvidas, dívidas e desafios . São Paulo: Cengage Learning, 2015.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (orgs.) Materiais manipulativos para o ensino do sistema de numeração decimal . Porto Alegre: Penso, 2016.			
ARAMAN, E. M. O.; SERRAZINA, M. L.; PONTE, J. P. Raciocínio matemático nos primeiros anos: ações de duas professoras ao discutir tarefas com seus alunos. Bolema: Boletim de Educação Matemática , Rio Claro, v. 34, n. 67, ago. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-4415v34n67a05 . Acesso em: 10 nov. 2021.			
CHEVALLARD, Y. Estudar matemáticas: o elo perdido entre o ensino e a aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2001.			



FALCÃO, J. T. R. **Psicologia da educação matemática**: uma introdução. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LORENZATO, S. A. **Educação infantil e percepção matemática**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

NACARATO, A. M.; FREIRAS, A. P.; ANJOS, D. D.; MORETTO, M. (orgs.). **Práticas de letramento matemático nos anos iniciais**: experiências, saberes e formação docente. Campinas: Mercado das Letras, 2018.

VERGNAUD, G. **A criança, a matemática e a realidade**: problemas do ensino da matemática na escola elementar. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, 2014.

SMOLE, K. C. S. **A matemática na educação infantil**: inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Penso, 2000.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1700	AValiação DA APRENDIZAGEM	04	60
EMENTA			
<p>Aspectos históricos e teórico-metodológicos relativos à avaliação da aprendizagem. Avaliação da aprendizagem e avaliação do desempenho: caracterização e distinções. Currículo escolar e a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e nos demais níveis de atuação docente da (o) pedagoga (o). Avaliação e o erro como elemento constitutivo dos processos de ensino-aprendizagem. Diferentes abordagens e instrumentos avaliativos. Formas de registro e acompanhamento da aprendizagem na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e demais níveis de atuação docente da (o) pedagoga (o). A sala de aula, as pesquisas e as políticas públicas de avaliação externa e de larga escala. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino</p>			
OBJETIVO			
<p>Compreender a dinâmica da avaliação na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e demais níveis de atuação docente da (o) pedagoga (o) como um processo político, metodológico, individual e coletivo e suas implicações nas práticas avaliativas e na aprendizagem.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>FREITAS, L. C. <i>et al.</i> Avaliação educacional: caminhando na contramão. Petrópolis; RJ: Vozes, 2012</p> <p>HOFFMANN, J. Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 30. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.</p> <p>HOFFMANN, J. O jogo do contrário em avaliação. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.</p> <p>LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>SILVA, J. F.; HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T. (orgs.). Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo. 8. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>BASSEDAS, E; HUGUET, T; SOLÉ, I. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>BARCELOS, V. Avaliação na educação de jovens e adultos: uma proposta solidária e cooperativa. São Paulo: Vozes, 2014.</p> <p>ESTEBAN, M. T.; AFONSO, A. J. (orgs.). Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>ESTEBAN, M. T. (org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.</p> <p>GATTI, B. O professor e a avaliação em sala de aula. Estudos em avaliação</p>			



educacional., São Paulo, n. 27, p. 97-113, jan./jul. 2003. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/ea/arquivos/1150/1150.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Educação Infantil:** subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Brasília: MEC/SEB, 2012. Disponível em: <http://nepiec.com.br/producoes/Educacao%20Infantil%20sistemática%20de%20avaliacao.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

HOFFMANN, J. **Avaliação e educação infantil:** um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. São Paulo: Mediação, 2020.

KINNEY, L. **Tornando visível as aprendizagens das crianças.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

SANTANNA, I. M. **Por que avaliar? Como avaliar?:** Critérios e instrumentos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação:** concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. 17. ed. São Paulo: Libertad, 2007.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1701	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	04	60
EMENTA			
<p>A produção do fazer História Social da Educação e a educação como produto histórico. As (os) sujeitas (os) e a sociedade e as diferentes experiências e concepções educacionais em conflito. A educação brasileira ao longo do processo histórico, bem como suas relações com o contexto internacional, analisando a construção sociocultural da (o) sujeita (o) e da sociedade. A gestão, a coordenação e a organização da escola e dos sistemas educacionais no Brasil no século XIX. A investigação científica na área da história da educação, compreendendo o fazer da história da educação e problematizando os estudos produzidos diante dos desafios da educação brasileira. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino</p>			
OBJETIVO			
<p>Refletir criticamente sobre o fenômeno educação como um constructo histórico que vivenciou diferentes contextos, embates políticos, sociais, culturais e como resultado de intensas lutas pelo acesso e democratização da escola, especialmente das populações periféricas.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>CAMBI, F. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 2002.</p> <p>GONDRA, J. G. (org.) Pesquisa em história da educação no Brasil. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.</p> <p>HILSDORF, M. L. S. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Pioneira, 2002.</p> <p>SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.</p> <p>SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L.(orgs.). História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.</p> <p>VEIGA, C. G. História da educação. São Paulo: Ática, 2007</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>ARANHA, M. L. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>BOSI, A. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.</p> <p>CARVALHO, C. H.; GONÇALVES NETO, W. (orgs.) Estado, igreja e educação: o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX. Campinas: Alínea, 2010.</p> <p>CASIMIRO, A. P. B. S.; LOMBARDI, J. C.; MAGALHÃES, L. D. R. (orgs.) A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória. Campinas: Alínea, 2009.</p> <p>GADOTTI, M. História das ideias pedagógicas. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.</p>			



MONARCHA, C. (org.). **História da educação brasileira: formação do campo**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, E. M. T. (org.) **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas: Autores Associados, 2001.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004. 2 v.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1001	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR	06	90
EMENTA			
A instituição escolar, seus sujeitos, sua organização e funcionamento. As dimensões da docência e a organização do trabalho pedagógico na escola. Concepções de gestão escolar, gestão democrática e planejamento participativo. Organização e funcionamento dos processos de gestão educacional e coordenação pedagógica. As práticas de inclusão no contexto escolar. As problemáticas emergentes no contexto da educação básica como desafio da gestão pedagógica. Articulações entre o processo de formação inicial e continuada de professores e a inserção nas instituições da educação básica pública.			
OBJETIVO			
Contribuir com a formação do educador aprofundando o conhecimento sobre a organização pedagógica na escola e formas de construir uma instituição de fato democrática e participativa. Apropriar-se da problemática vivenciada pela escola em seus mais variados aspectos, buscando soluções criativas para os mesmos e estimulando um intenso debate entre teoria e prática como meio primordial para o exercício da docência.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARDOSO, Maria Helena F.; VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Escola fundamental, currículo e ensino . São Paulo: Papyrus, 1995. GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa . 4. ed. São Paulo: Loyola, 1993. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência . São Paulo: Cortez Editora, 2004. VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola : uma construção possível. 12. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANDRE, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . [12. ed.]. São Paulo: Papyrus, 2012. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 02/2015 , de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível no link: http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file CONSELHO UNIVERSITÁRIO/ CÂMARA DE GRADUAÇÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica. RESOLUÇÃO Nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE -, de 21 de fevereiro de 2017. Chapecó-SC. Disponível no link: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2017-0002 FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. GANDIN, Danilo. Temas Para um Projeto Político-pedagógico . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.			
Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia-Licenciatura, <i>campus</i> Realeza. - 151			



HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ICONEZ, S. C. B. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

MACEDO, Lino de. **Ensaio Pedagógico: construindo uma escola para todos?** Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?**: currículo, área, aula. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1692	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA, DA ANTROPOLOGIA E DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	4	60
EMENTA			
Educação, cultura e sociedade. Educação numa perspectiva multi e interdisciplinar. A sociologia da educação: perspectiva clássica e sua problematização. Tópicos sobre a formação social brasileira. A Antropologia da educação: a alteridade como desafio pedagógico e investigativo. A filosofia da educação: a crítica como princípio formativo. O cotidiano escolar e sua problematização. A educação no contexto neoliberal: desafios para democratização e inclusão escolar e social. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino			
OBJETIVO			
Analisar e discutir a educação a partir das contribuições de clássicos da sociologia, da antropologia e da filosofia da educação, com foco no contexto brasileiro contemporâneo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação e emancipação . São Paulo: Paz e Terra, 2008. BONETI, L. W. Sociologia da educação no Brasil: do debate clássico ao contemporâneo . São Paulo: PUC-PR, 2020. BOURDIEU, P. Escritos de educação . 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2021. DURKHEIM, E. Educação e sociologia . 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. LAPLANTINE, F. Aprender antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2009. LOMBARDI, J. C. Educação e ensino na obra de Marx e Engels . São Paulo: Átomo & Alínea, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BARROS, J. D. Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades. Revista Brasileira de Educação , Rio de Janeiro, v. 23, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230093 . Acesso em: 11 nov. 2021. BROWN, W. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente . São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal . São Paulo: Boitempo, 2016. FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes . 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021. MASINI, S. Educação e alteridade . São Paulo: EDUFSCAR, 2010. MAZZONETTO, C.; VIANEI, <i>et al.</i> Fundamentos filosóficos e sociológicos da educação . Santa Maria: UFSM, 2017.			



PINHEL, A. M.; ALVES, B. W. **Sociologia brasileira**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive?** São Paulo: Contracorrente, 2018.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TOSCANO, M. **Introdução à sociologia educacional**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GLA676	LITERATURA INFANTIL E JUVENIL	04	60
EMENTA			
Relação literatura, educação e sociedade. Literatura e tradição oral: a arte de contar histórias. A Literatura Infantil e Juvenil na formação da (o) leitora (or). Contextos de produção, recepção e consumo. Literatura e ensino: alternativas metodológicas. Literatura e as múltiplas linguagens: teatro, música, cinema, quadrinhos, televisão. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino.			
OBJETIVO			
Apresentar, discutir e apreender a literatura infantil e juvenil como caminho para a formação da (o) leitora (or) crítica (o) e socialmente engajada (o) nas questões de seu tempo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABRAMOVICH, F. Literatura infantil: gostosuras e bobices . São Paulo: Global, 2002.			
AGAMBEN, G. Infância e história . Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.			
BUSATTO, C. A Arte de contar histórias no século XXI: tradição e ciberespaço , Petrópolis: Vozes, 2013.			
CUNHA, M. A. A literatura infantil: teoria e prática . São Paulo: Ática, 2004.			
GIRARDELLO, G. (org.). Baús e chaves da narração de histórias . Santa Catarina: Editora SESC, 2006.			
ZILBERMAN, R.; LAJOLO, M. Literatura infantil brasileira . São Paulo: Ática, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BETTELHEIM, B. A psicanálise dos contos de fadas . 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.			
BRAGATTO FILHO, P. Pela leitura literária na escola de 1º grau . São Paulo: Ática, 2006.			
COELHO, B. Contar histórias: uma arte sem idade . São Paulo: Ática, 1999.			
COLOMER, T. Introdução à literatura infantil e juvenil atual . São Paulo: Global, 2017.			
LAJOLO, M. Do mundo da leitura para a leitura do mundo . São Paulo: Ática, 2000.			
MAGNANI, M. R. M. Leitura, literatura e escola . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.			
MATOS, G. A. A palavra do contador de histórias: sua dimensão educacional na contemporaneidade . São Paulo: Martins Fontes, 2005.			
MEIRELES, C. Problemas da literatura infantil . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.			



SANTOS, F. C.; MORAES, F. **Alfabetizar letrando com a literatura infantil.** São Paulo: Cortez, 2013.

ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola.** 10. Ed. São Paulo: Global, 2006.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1693	CORPOREIDADE E MOVIMENTO	04	60
EMENTA			
Constituição histórica, cultural e social do corpo. O corpo e as práticas escolares. Cultura corporal infantil e práticas corporais. Psicomotricidade e desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo. Propostas pedagógicas e recursos didáticos para o ensino da corporeidade na escola básica. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino			
OBJETIVO			
Compreender o processo de constituição histórica, cultural e social dos corpos e vivenciar práticas corporais diversificadas, considerando a diversidade cultural e suas múltiplas formas de manifestação pelo corpo e pelo movimento.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALVES, F. Psicomotricidade: corpo, ação e emoção . 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.			
GONÇALVES, M. A. S. Sentir, pensar e agir: corporeidade e educação . 15. ed. Campinas: Papirus, 2011.			
LE BOULCH, J. Desenvolvimento psicomotor: do nascimento aos 6 anos . Porto Alegre: Artmed, 2001.			
LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação . Petrópolis: Vozes, 2003.			
MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. Educação física infantil: construindo o movimento na escola . São Paulo: Phorte, 2003.			
SOARES, C. L.; TAFFAREL, C. N. Z.; VARJAL, E. Metodologia do ensino de educação física . São Paulo: Cortez, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BASTOS, J. R. Corporeidade e epistemologia da complexidade: por uma prática educativa vivencial. Educação e Pesquisa , São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945193169 . Acesso em: 11 nov. 2021.			
DARIDO, S.; RANGEL, I. C. A. Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan: 2005.			
FOUCAULT, M. Vigiar e punir: história da violência nas prisões . Petrópolis: Vozes, 2010.			
FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física . São Paulo: Scipione, 1994.			
HERNANDEZ, M. R. Atividade física adaptada: o jogo e os alunos com deficiência . São Paulo: Vozes, 2018.			
MARQUES, I. A. Dançando na escola . São Paulo: Cortez, 2003.			
PIRET, S.; BÉZIERS, M. M. A coordenação motora: aspecto mecânico da			



organização psicomotora do homem. São Paulo: Summus, 2002.

SANTIN, S. **Educação física:** da alegria do lúdico à opressão do rendimento. Porto Alegre: ESEF/UFRGS, 2001.

SILVA, P. A. **3000 exercícios para a educação física escolar.** Rio de Janeiro: Sprint, 2011.

TANI, G. *et al.* (orgs.). **Educação física escolar:** fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EDUSP, 1998.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1694	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II: EDUCAÇÃO INFANTIL	08	120
EMENTA			
O cotidiano da instituição de educação infantil. Estágio em Instituições Formais de Educação da 1ª etapa da educação básica: creches e pré-escolas. Observação da organização do tempo e do espaço, das interações entre as (os) sujeitas (os) e os espaços vivenciados. Especificidades do trabalho da (o) professora (or) de Educação Infantil e identidades profissionais. Escuta pedagógica; observação e registro. Avaliação na Educação Infantil.			
OBJETIVO			
Possibilitar a vivência do/no cotidiano escolar da educação infantil para o desenvolvimento e organização da ação pedagógica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANDRÉ, M. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. São Paulo: Papirus, 2001.			
BONDIOLI, A. (org.). O tempo no cotidiano infantil: perspectivas de pesquisa e estudo de casos. São Paulo: Cortez, 2004.			
FARIA, A. L. G. (org.). O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes. São Paulo: Cortez, 2007.			
OLIVEIRA, R. Z. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.			
OLIVEIRA, Z. M. R. Educação infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2016.			
SEARA, I. C. <i>et al.</i> (orgs.). Práticas pedagógicas e estágios: diálogos com a cultura escolar. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
AMORIM, Suely T. S. P. Alimentação infantil e marketing da indústria de alimentos: Brasil, 1960-1988. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: https://hdl.handle.net/1884/3490 . Acesso em: 11 nov. 2021.			
CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. Educação infantil pra que te quero?. Porto Alegre: Artmed, 2001.			
OSTETTO, L. E. (org.). Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas: Papirus Editora, 2009.			
CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. Creches e pré-escolas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.			
CERISARA, A. B. Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional. São Paulo: Cortez, 2002.			
EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. (org.). As cem linguagens da			



criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FREITAS, M. C.; KUHLMANN JÚNIOR, M. (orgs.). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, M. L. A. **Encontros e desencontros em educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2002

OSTETTO, L. E. (org.). **Educação infantil:** saberes e fazeres da formação de professores. Campinas-SP: Papyrus Editora, 2008.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GLA677	EDUCAÇÃO EM LINGUAGEM II	04	60
EMENTA			
Aspectos teórico-metodológicos relativos ao estudo da língua portuguesa. Práticas de linguagem/eixos para o ensino-aprendizagem na Educação Básica: leitura, produção textual, oralidade e análise linguística. Metodologias de ensino da Língua Portuguesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Experiências pedagógicas e curriculares. Produção de materiais didáticos para o ensino-aprendizagem de linguagem. As pesquisas aplicadas ao ensino de linguagem. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino			
OBJETIVO			
Apropriar-se criticamente dos fundamentos metodológicos do ensino-aprendizagem da leitura, da produção textual, da oralidade e da análise linguística nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, visando desenvolver estratégias de ensino de língua portuguesa para a formação de sujeitas (os) dialógicas (os), histórico e sócio-ideologicamente constituídas (os).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, I. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.			
BRITTO, L. P. L. A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1997.			
GERALDI, J. W. O texto na sala de aula. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.			
KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2007.			
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gênero e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.			
RUIZ, E. Como corrigir redações na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ANTUNES, I. Gramática contextualizada: limpando o “pó das ideias simples”. São Paulo: Parábola, 2014.			
BAGNO, M. Linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2012.			
BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular: educação é a base. Brasília: MEC/SEB. EI/EF/EM, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal_site.pdf . Acesso em: 10 nov. 2021.			
COSTA-HÜBES, T. C. (org.). Atividades de leitura e análise linguística: 5º ano. Cascavel: ASSOESTE, 2015.			
GERALDI, J. W. Portos de Passagem. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.			
MARCUSCHI, B.; SUASSUNA, L. (orgs.). Avaliação em língua portuguesa:			



contribuições para a prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MENEGASSI, R. J. (org.). **Leitura, escrita e gramática no ensino fundamental:** das teorias às práticas docentes. Maringá, PR: EDUEM, 2010.

FREITAS, M. T. A.; COSTA, S. R. (orgs.). **Leitura e escrita na formação de professores.** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2002.

SILVA, A.; PESSOA, A. C.; LIMA, A. (orgs.). **Ensino de gramática:** reflexão sobre a língua portuguesa na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1695	CURRÍCULO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICAS CURRICULARES	04	60
EMENTA			
Currículo: aspectos históricos. Concepções de currículo. Relações entre currículo escolar e o mundo do trabalho. Currículo e cultura. Neoliberalismo e políticas curriculares. Currículo e formação de professoras (es). Currículo escolar e práticas pedagógicas. Currículo escolar e inclusão social. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino.			
OBJETIVO			
Discutir e problematizar as bases teóricas, históricas e culturais do currículo e analisar suas manifestações na Educação Básica, na formação de professoras (es) e nas práticas pedagógicas da Educação Básica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
APPLE, M. W. <i>et al.</i> Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra, os subalternos. Porto Alegre: Artmed, 2008.			
ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.			
LOPES, A. C. Teorias de currículo. São Paulo: Cortez, 2014.			
MORAES, S. E. (org.). Currículo e formação docente: um diálogo Interdisciplinar. São Paulo: Mercado de Letras, 2008.			
MOREIRA, A. F. B. (org.). Currículo: políticas e práticas. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2017.			
VASCONCELOS, C. S. Currículo: A atividade humana como princípio educativo. 3. ed. São Paulo: Libertad, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ARROYO, M. G. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.			
BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular: educação é a base. Brasília: MEC/SEB. EI/EF/EM, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_sit_e.pdf . Acesso em: 10 nov. 2021.			
HYPOLITO, Á. M. et. al. Neoliberalismo e neoconservadorismo na educação brasileira: uma análise a partir de políticas educacionais. Disponível em: arquivos_25_8. (anped.org.br). Acesso em: 11 nov. 2021.			
LAVAL, C. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.			
LIMA, E.; SILVA, F. O encontro entre o currículo e a avaliação na coordenação pedagógica da escola. São Paulo: Kiron, 2020.			



- MOREIRA, A. F. (org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas, SP: Papyrus, 2015.
- MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (orgs.). **Currículos, disciplinas e culturas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- PINHEIRO, M. S. S.; CARMO, E. M.; AYRES, A. C. M. Política curricular de Educação de Jovens e Adultos (EJA): considerações sobre o cotidiano da prática docente. **Com a Palavra o Professor**, Vitória da Conquista (BA), v. 6, n. 14, janeiro-abril/ 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.23864/cpp.v6i14.476>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- VIEIRA, A. B.; RAMOS, I. O. Diálogos entre Boaventura de Sousa Santos, Educação Especial e Currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623667534>. Acesso em: 11 nov. 2021.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1696	PESQUISA EM EDUCAÇÃO: ELABORAÇÃO DE PROJETO	04	60
EMENTA			
Natureza e objetivos da pesquisa em educação. Temas e problemas emergentes nos eixos formativos nos SEPEC. Concepções, métodos e instrumentos de pesquisa em educação. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa. Tendências atuais da pesquisa em educação: diálogos com pesquisadoras (es). Elaboração e qualificação de projeto de pesquisa de TCC.			
OBJETIVO			
Apropriar-se dos aspectos teórico-metodológicos da pesquisa educacional e do campo da pesquisa em educação e desenvolver um projeto de pesquisa de TCC a ser submetido à banca de qualificação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático . Rio de Janeiro: Vozes, 2012.			
COSTA, M. V. (org.). Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação . Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			
FAZENDA, I. (org.). Novos enfoques da pesquisa educacional . 7. ed. aum. São Paulo, SP: Cortez, 2011.			
FAZENDA, I. (org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento . 12. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2016.			
GERALDI, C. M. G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. A. (orgs.). Cartografias do trabalho docente: professor (a) - pesquisador (a) . Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.			
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação . São Paulo: Cortez, 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BRANDÃO, C. R. Repensando a pesquisa participante . São Paulo: Brasiliense, 1984.			
COSTA, M. V. (org.). Caminhos investigativos II: outros modos de fazer pesquisa em educação . Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			
COSTA, M. V.; BUJES, M. I. E. (orgs.) Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pensar nas fronteiras . Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.			
ALVES, A. J. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. Cadernos de Pesquisa , São Paulo, n. 81, maio 1992. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/990 . Acesso em: 11 nov. 2021.			
BELEI, R. A. <i>et al.</i> O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. Cadernos de Educação , Pelotas, n. 30, jan./jun. 2008. Disponível em: HTTPS://DOI.ORG/10.15210/CADUC.V0I30.1770 . Acesso em: 11 nov. 2021.			
CORAZZA, S. M. Manual infame. Mas útil para escrever uma boa proposta de tese ou			



dissertação. **Em tese**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17851/1982-0739.22.1.95-105>. Acesso em: 11 nov. 2021.

FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GRESSLER, L. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, 2003.

MEKSENAS, P. **Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. São Paulo: Loyola, 2003.

WELLER, W.; PFAFF, N. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1697	GESTÃO ESCOLAR E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	04	60
EMENTA			
<p>A gestão do Estado, os sistemas de ensino e as escolas. A gestão dos sistemas de ensino e nas escolas; poder disciplinar, normalização e cultura escolar. Gestão democrática e participativa da educação: participação nos processos de decisão e a constituição de cultura democrática no governo da escola e da sala de aula. A escola, planejamento e processos avaliativos: o papel da (o) diretora (or) e da (o) coordenadora (or). A constituição do Projeto Político Pedagógico orientado pelos princípios da gestão democrática. Trabalho coletivo como princípio do processo educativo. A (o) professora (or) gestora (or) e a superação da dicotomia: administrativo versus pedagógico. A constituição da coordenação e o seu papel de articulador na formação continuada de professoras (es) e outras (os) profissionais da educação. O Conselho de Escola e a relação escola e comunidade escolar. A gestão e a coordenação: o caso da educação infantil, da escola do campo e dos espaços educativos não escolares. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino</p>			
OBJETIVO			
<p>Compreender o papel da coordenação e gestão escolar na constituição de uma escola democrática como elemento essencial para a consolidação de uma educação de qualidade e inclusiva.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ARCHANGELO, A <i>et al.</i> O coordenador pedagógico e a educação continuada. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2001.</p> <p>ANDRADE, E.; ANDRIOLI, L. A.; FRANTZ, W. (orgs.). Educação no contexto de globalização: reflexões a partir de diferentes olhares. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.</p> <p>BRUNO, E. B. G.; ALMEIDA, L. R.; CHRISTOV, L. H. S. O coordenador pedagógico e a formação docente. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.</p> <p>PARO, V. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2002</p> <p>VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 6. ed. São Paulo: Libertad, 2006.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>AGUIAR, M. A. S.; FERREIRA, N. S. C. (orgs.). Para onde vão a orientação e a supervisão educacional? Campinas, SP: Papirus, 2008.</p> <p>APPLE, M.; BEANE, J. (orgs.). Escolas democráticas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>ARAÚJO. U. F. Assembleia escolar: um caminho para resolução de conflitos. São Paulo: Moderna, 2004.</p>			



AZANHA, J. M. P. **Autonomia da escola, um reexame.** Disponível em:

http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_16_p037-046_c.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

COSTA, V. L. C. Descentralização da educação no Brasil: As reformas recentes no ensino fundamental. **Caderno de Pesquisa**, Campinas: UNICAMP/NEPP, n. 38, 1998. Disponível em: <http://www.nepp.unicamp.br/Cadernos/Caderno38.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

LUIZ, M. C. **Conselho escolar:** algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010.

NAURA, S. C. F (org.). **Gestão democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. 6. edição. São Paulo: Cortez, 2008.

PARO, V. H. **Administração escolar:** à luz dos clássicos da pedagogia. São Paulo: Xamã, 2011.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1698	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	08	120
EMENTA			
<p>Aspectos teórico-metodológicos do ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Currículo escolar e aspectos didático-pedagógicos nos anos iniciais. Inserção em espaços educativos formais: Planejamento, observação, prática e registro das ações pedagógicas. Processo de avaliação da aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Mediação e interação nos processos de ensino-aprendizagem. Produção de material didático nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa aplicada ao ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental.</p>			
OBJETIVO			
<p>Potencializar o exercício da prática pedagógica numa interação da teoria e da prática, mediante inserção das(os) estudantes nas atividades de ensino dos anos iniciais da Educação Básica, buscando refletir sobre os processos de alfabetização e letramento, de ensino e aprendizagem, de socialização e de constituição da identidade docente.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>BUSATO, Z. S. Avaliação nas práticas de ensino e estágios: a importância dos registros na reflexão sobre a ação docente. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>FRADE, I. C. A. S. Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer do professor: caderno do professor formador. Belo Horizonte: Ceale/FAE/UFMG, 2005.</p> <p>LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico: elementos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 2006.</p> <p>VYGOTSKY, L. S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1988.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>ALARCÃO, I. (org.). Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Porto: Porto Editora, 1996.</p> <p>BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>CARVALHO, G. T. R. D.; ROCHA, V. H. R. Formação de professores e estágios supervisionados: relatos e reflexões. São Paulo: Andross, 2004.</p> <p>FAZENDA, I. C. A. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 1991.</p>			



- PIOKER-HARA, F. C.; GURIDI, V. M. (org.). **Experiências de ensino nos estágios obrigatórios: uma parceria entre a universidade e a escola.** Campinas: Alínea, 2013.
- PICONEZ, S. C. B. **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** 14. ed. Campinas: Papirus, 2007.
- SILVA, L. C.; MIRANDA, M. I. **Estágio supervisionado e prática de ensino: desafios e possibilidades.** São Paulo: Junqueira & Martin, 2008.
- SINGLY, F. **Sociologia das famílias contemporâneas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VYGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 2017.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GLA217	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	04	60
EMENTA			
A inclusão de surdos no contexto na escola regular. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da linguagem de movimentos e gestos. Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais. O alfabeto: expressões manuais e não manuais. Diálogo e conversação. Didática para a inclusão de surdos em contextos escolares.			
OBJETIVO			
Conhecer os principais aspectos da Língua Brasileira de Sinais, a sua função em espaços escolares e não escolares e compreender o processo histórico da educação de surdos no Brasil e no mundo como luta pela inclusão social.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Língua Brasileira de Sinais . Brasília: SEESP/MEC, 1998.			
BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.			
COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000.			
FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor . 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005.			
QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.			
SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BRASIL. Decreto 5.626/05 . Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.			
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe – LIBRAS . São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2001.			
LABORIT, Emmauelle. O Vôo da Gaivota . Paris: Editora Best Seller, 1994.			
LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. Letramento e Minorias . Porto Alegre: Mediação, 2002.			
MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade . Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2000.			
_____. Língua de Sinais e Educação do Surdo . Série neuropsicológica. São Paulo: TEC ART, 1993. v. 3.			
PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. Curso de LIBRAS 1 . 1. ed. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006.			
QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos: a aquisição da linguagem . Porto Alegre: Editora Artmed, 1997.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1699	HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA ESCOLA	04	60
EMENTA			
<p>A sociedade constituída de identidades plurais com base na diversidade de raças, gênero, classe social, padrões culturais e linguísticos, habilidades e outros traços indeníários. A Educação das relações Étnico-Raciais. História e Cultura Africana e Afro-brasileira. História das (os) indígenas no Brasil. Racismo Estrutural no Brasil. Ideologia da Democracia Racial. Negritude e Escola. Cultura Negra e Educação Brasileira: o caso das (os) professoras (os) negras (os). Educação Indígena, políticas públicas e o Estado brasileiro. Educação Superior Indígena. Educação escolar indígena e movimentos sociais, organizações e instituições. A (o) indígena e a cidadania. . Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino.</p>			
OBJETIVO			
<p>Discutir e problematizar as relações étnico-raciais no contexto histórico-social, cultural e educacional brasileiro e promover o reconhecimento e a vivência da diversidade como essencial para a formação inicial e continuada de Professoras (es).</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BRASIL. Ministério da Educação. Índio brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC, 2006.</p> <p>CANCLINI, N. G. Culturas híbridas. São Paulo: EDUSP, 1998.</p> <p>CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. (orgs.). Ênfases e omissões no currículo. São Paulo: Papirus, 2001.</p> <p>HERNANDEZ, L. L. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.</p> <p>MACEDO, J. R. História da África. São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (orgs.) Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>AZEVEDO, C. M. M. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo: Anablume, 2004.</p> <p>CUNHA, M. C. Histórias dos índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2012.</p> <p>GILROY, P. O Atlântico negro. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.</p> <p>GRUPIONI, L. D. As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em ação de Educação escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF, 2001.</p> <p>GUARINELLO, L. A. Os primeiros habitantes do Brasil: coleção a vida no tempo do índio. São Paulo: Atual, 2001.</p>			



LOPES, N. **Enciclopédia brasileira de diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2005

SILVA, W. A. **Lendas e mitos dos índios brasileiros: coleção indígenas**. São Paulo: FTD, 2015.

SILVA, A. C. **A África e os africanos na história e nos mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro edições, 2009.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1702	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	08	120
EMENTA			
Desenvolvimento do Projeto de Pesquisa, sob orientação de professora (or). Planejamento da pesquisa. Rodas de conversa sobre o desenvolvimento da pesquisa. Elaboração do relatório de pesquisa em forma de artigo científico ou texto monográfico. Defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso. Incorporação das contribuições da banca e entrega do texto final.			
OBJETIVO			
Desenvolver o projeto de pesquisa e a elaboração de relatório final sob a orientação de professora (or) e proceder a defesa pública.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANDRÉ, M. (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . Campinas, SP: Papirus, 2001. BARDIN, L. Análise de conteúdo . São Paulo: Edições 70, 2011. MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva . Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2007. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola, 2010. ORLANDI, E. P. Análise de discurso: Princípios e procedimentos . Campinas (SP): Pontes, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ANDRÉ, M. Pesquisa sobre formação de professores: síntese do II Simpósio de grupos de pesquisa do GT8 da ANPEd. Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente , Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 152-159, Ago/Dez, 2010. Disponível em: https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/24 . Acesso em: 11 nov. 2021. BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . 13. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015. ECO, U. Como se faz uma tese . São Paulo: Perspectiva, 2020. HACKING, J. Tudo sobre fotografia . Rio de Janeiro: Sextante, 2012. COELHO, E. P. Pedagogia da correspondência: Paulo Freire e a educação por cartas e livros . Brasília: Liber Livro, 2011. FAZENDA, I. C. A.; SEVERINO, A. J. Novos enfoques da pesquisa educacional . 7. ed. aum. São Paulo: Cortez, 2010. FREIRE, P. Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo . 5 ed.			



São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GONÇALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 4. ed. Campinas, SP: Alínea, 2007.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 4. ed. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2001.

SOUZA, M. L. **Histórias de professores de química em rodas de formação em rede: colcha de retalhos tecida em partilhas (d)e narrativas**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2011.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1703	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV: GESTÃO ESCOLAR E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	06	90
EMENTA			
<p>A escola como construção histórica, suas (seus) sujeitas (os) e organização. Planejamento, observação e registro das ações pedagógicas. Concepções e objetivos da Gestão Educacional democrática na Educação Básica. O papel da coordenação pedagógica na formação continuada de professoras (es) e o apoio pedagógico diante das demandas de professoras (es) e estudantes. Conceitos, práticas e avaliação no processo de gestão educacional e coordenação pedagógica. Elaboração e desenvolvimento de projetos de investigação e/ou ação no espaço escolar. O trabalho da coordenação pedagógica e da gestão escolar na articulação entre a escola e a comunidade escolar. Avaliação de projetos educativos. Organização e apresentação de relatório.</p>			
OBJETIVO			
<p>Vivenciar e refletir sobre as ações pedagógicas de gestão educacional e coordenação pedagógica no contexto escolar da Educação Básica, atentando para as especificidades da instituição escolar e suas relações com a comunidade local e para as políticas, programas e projetos educacionais, possibilitando a intervenção no espaço escolar a partir de projetos, práticas educativas e ações que contribuam para a efetivação da gestão democrática e participativa.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 23. n. 3, set/dez 2007. Disponível em: https://doi.org/10.21573/vol23n32007.19144. Acesso em: 11 nov. 2021.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.</p> <p>MERODO, A.; OLIVEIRA, D. A. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.</p> <p>PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.</p> <p>VEIGA, I. P. A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>ALVES, G. L. A produção da escola pública contemporânea. Campinas: Autores Associados, 2005.</p> <p>BALZAN, N. C.; SOBRINHO, J. D. (orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>CANÁRIO, R. O que é a escola?: um olhar sociológico. Porto: Porto Editora, 2005.</p>			
Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia-Licenciatura, <i>campus</i> Realeza. - 176			



FERREIRA, N. S. C. (org.). **Gestão democrática: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2000.

ENGUITA, M. F. **Educar em tempos incertos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NÓVOA, A. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, M. A. M. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2007. v. 5.

WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997**. São Paulo: Autores Associados, 2001.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH292	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	04	60
EMENTA			
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228.			
CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999.			
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.			
HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.			
LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Ed. Unicamp, 1994.			
PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguay, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002.			
AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008.			
BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v.			
CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.			
GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004.			
GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil . Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.			
LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.			
MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) . Campinas: UNICAMP, 2004.			
MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009.			



- NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.
- SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.
- TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.
- _____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.
- TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1313	TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS EM EDUCAÇÃO	02	30
EMENTA			
Educação, currículo e diversidade. Temas emergentes em Educação: gênero e sexualidade, direitos humanos, diversidade étnico-racial, cultura e história afro-brasileira e indígena. Diretrizes Curriculares Nacionais e políticas públicas relacionadas aos respectivos temas. Análise de pesquisas, de propostas e/ou práticas pedagógicas articuladas em currículos que abordam a diversidade e a inclusão social, étnica e de gênero.			
OBJETIVO			
Discutir temáticas contemporâneas no contexto educacional como elementos estruturantes da formação de professores, tendo como referência a diversidade como articuladoras das propostas de ensino.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica . Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brasília, 2013.			
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Campus, 2004.			
GONÇALVES, Luís Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. O jogo das diferenças – O multiculturalismo e seus contextos . Belo Horizonte: Autêntica, 2002.			
LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista . Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.			
MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola . 2. ed. Brasília: MEC, 2005.			
SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal. Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola . 2. ed. São Paulo: FAPESP/Global, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALVES, D. S. (org). Gênero e diversidade sexual: teoria, política e educação em perspectiva . Tubarão, SC; COPIART, 2016.			
FERNANDES, Florestan. A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios . Petrópolis: Vozes, 1975.			
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.			
MATTOS, R. A. de. História e cultura afro-brasileira . São Paulo: Contexto, 2007.			
MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas . Petrópolis: Vozes, 2008.			
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade . Belo Horizonte: Autêntica, 2000.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCS238	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	04	60
EMENTA			
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.</p> <p>ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 2004.</p> <p>BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.</p> <p>FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.</p> <p>HRVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola, 2004.</p> <p>HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p> <p>MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003.</p> <p>MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Flóridaópolis: Editora da UFSC, 2004.</p> <p>SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. Revista Estudos Avançados, USP, v. 21, n. 59, 2007.</p> <p>SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.</p> <p>VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Blumenau: Edifurb, 2008.</p> <p>CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.</p> <p>DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.</p> <p>FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.</p> <p>FURTADO, Celso. A economia latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p>			



- GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. **Crítica Marxista**, São Paulo, UNESP, n. 29, 2009.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SMITH, Adam. **Riqueza das nações: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. Curitiba: Hermes, 2001.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1704	EDUCAÇÃO E TRABALHO	04	60
EMENTA			
As transformações históricas no contexto da globalização e da reestruturação capitalista. Os desafios educacionais brasileiros e as perspectivas no que se refere à qualificação e inserção das (os) educandas (os) no mundo do trabalho. Teorias educacionais que discutem as categorias trabalho, produção e cultura. O trabalho pedagógico frente aos desafios. A relação trabalho-educação na atuação da (o) coordenadora (or) e gestora (or) pedagógica (o). A revolução científica e tecnológica e seu impacto no trabalho pedagógico. A relação entre trabalho e cultura. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino			
OBJETIVO			
Compreender a relação entre a educação e o mundo do trabalho e suas implicações na formação da (o) cidadã (ão) crítica (o) e no trabalho pedagógico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, R. Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2018.			
CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.			
FERRETTI, C. J. <i>et al.</i> (orgs.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2013.			
ENGUITA, M. F. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.			
LIBÂNIO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê?. São Paulo: Cortez, 2005			
SANTOS, J. B. F. O avesso da maldição do Gênesis: a saga de quem não tem trabalho. São Paulo: Annablume, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BIDET, J. Explicação e reconstrução do Capital. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.			
DEJOURS, C. A banalização da injustiça social. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.			
DEMO, P. Charme da exclusão social. Campinas: Autores Associados, 2002.			
FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2010.			
FRIGOTTO, G.: CIAVATTA, M. (orgs.). A experiência do trabalho e a educação básica. Rio de Janeiro :DP&A, 2005			
FRIGOTTO, G. O Trabalho e a Escola Básica: Qual trabalho?. Aprendendo: Boletim do Curso de Pedagogia da Universidade Estácio de Sá, São Paulo, Ano I, n. 2, maio de 2003.			
FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 7. ed. São Paulo, SP: Editora			



Nacional, 2007.

GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **A cidadania negada:** políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez/CLACSO, 2002.

GOMEZ, C. M. *et al.* **Trabalho e conhecimento:** dilemas na educação do trabalhador. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RIOS, T. **Compreender e ensinar:** por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1705	FILOSOFAR COM CRIANÇAS	04	60
EMENTA			
Infância e formação humana na tradição filosófica: as dimensões ética, estética e cognitiva. Filosofia com crianças: o estado da arte. Filosofia com crianças como método de investigação. A comunidade de investigação colaborativa em sala de aula. A experiência do pensar filosoficamente como disposição ao aprendizado do pensar da criança. Interfaces entre arte, literatura e filosofia na abordagem dos temas e problemas infantis. Atitudes da(o) professora (o) na educação para o pensar. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino			
OBJETIVO			
Potencializar o exercício da reflexão filosófica na prática pedagógica da sala de aula da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. W. Educação e emancipação . São Paulo: Paz e Terra, 1995. DEWEY, J. Experiência e educação . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. PAGNI, P. A.; SILVA, D. J. (orgs.). Introdução à filosofia da educação: temas contemporâneos e história . São Paulo: Editora Avercamp, 2007. LIPMAN, M.; SHARP, A. M.; OSCANYAN, F. S. A filosofia na sala de aula . São Paulo: Nova Alexandria, 2006. PLATÃO. A República . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. ROUSSEAU, J. Emílio ou da educação . São Paulo: Martins Fontes, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARENDDT, H. Entre o passado e o futuro . 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. ARRUDA, M. L. Introdução à filosofia da educação . São Paulo: Moderna, 2006. CASTRO, E. A.; RAMOS-DE-OLIVEIRA, P. (orgs.). Educando para o pensar . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. JAEGER, W. Paideia: a formação do homem grego . 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010 KANT, I. Textos seletos . 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. KOHAN, W. O. Infância: entre educação e filosofia . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. KOHAN, W.; KENNEDY, D. (org.). Filosofia e infância: possibilidades de um encontro . 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. v.3. LUCKESI, C. C. Filosofia da educação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. SPLITTER, L. J., SHARP, A. M. Uma nova educação: a comunidade de investigação na sala de aula . São Paulo: Nova Alexandria, 1999. RIBAS, M. (org.). Filosofia e ensino: filosofia na escola . Ijuí/RS: Unijuí, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1721	SEMINÁRIO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA VII (SEPEC VII)	02	30
EMENTA			
Atividade de Extensão Universitária junto a escolas da Educação Básica pública. Produção de acervo documental das atividades, em conformidade com o Projeto cadastrado pelos Eixos Formativos. Elaboração de artigo ou relato de experiência para evento científico na área da Educação.			
OBJETIVO			
Fortalecer os vínculos entre a formação inicial e continuada através de atividades de extensão junto às escolas da Educação Básica pública como atividade culminante dos Eixos Formativos vinculados ao Programa de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
NÓVOA, A. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. Revista Educação & Realidade , Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-623684910 . Acesso em: 11 nov. 2021.			
CASTRO, M. M. C.; AMORIN, R. M. A. A formação inicial e continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço de formação permanente de vida. Cadernos Cedes , Campinas, v. 35, n. 95, p. 37-55, jan./abr. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015146800 . Acesso em: 11 nov. 2021.			
LIMA, L. C. A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica . 4 ed. São Paulo: Cortez, 2015.			
MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais . Porto Alegre: Artmed, 2003.			
OSTETTO, L. E. (org.). Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores . 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
GALINDO, C. J.; INFORSATO, E. C. Formação continuada de professores: impasses, contextos e perspectivas. Revista online de Política e Gestão Educacional , Araraquara, v. 20, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.22633/rpge.v20.n3.9755 . Acesso em: 11 nov. 2021.			
Serão definidas pelo Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura dos Eixos formativos, apreciado pelo Colegiado de Curso e cadastrado institucionalmente.			



8.15.1 Componentes curriculares optativos

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1706	SEPEC IV - INFÂNCIA, BRINQUEDO E BRINCADEIRA I	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao Eixo Formativo “Infância, brinquedo e brincadeira”, com foco na educação escolar (seus sujeitos, suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, cadastrado pelos professores responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto do Eixo Formativo. Rodas de conversa envolvendo: apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na educação escolar (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Infância, brinquedo e brincadeira”.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BAZÍLIO, Luiz Cavaliere; KRAMER, Sônia. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Estudos da Infância: educação e práticas sociais. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.</p> <p>VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico. Trad. Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2002.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1707	SEPEC IV - ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO I	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao Eixo Formativo “Alfabetização e Letramento”, com foco na educação escolar (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, cadastrado pelas (os) professoras (es) responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto do Eixo Formativo. Rodas de conversa envolvendo: apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na educação escolar (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Alfabetização e Letramento”</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>MORAES, Artur Gomes de. Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização. São Paulo: Autêntica, 2019.</p> <p>SOARES, Magda. Alfaletrar: Toda criança pode aprender a ler e escrever. São Paulo: Contexto, 2021.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>DUDENEY, Gavin; HOCKLY, Nicky; PEGRUM, Mark. Letramentos Digitais. São Paulo: Parábola, 2016.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1708	SEPEC IV - IGUALDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO I	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao respectivo Eixo Formativo “Igualdade, diversidade e inclusão”, com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios), em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado pelas (os) professoras (es) responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto cadastrado. Rodas de conversa para apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Igualdade, diversidade e inclusão”.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ALBERTO, Paulina L. Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX. Campinas SP: UNICAMP, 2017.</p> <p>DUBET, François. Injustiças: a experiência das desigualdades sociais no trabalho. Florianópolis: UFSC, 2014.</p> <p>SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. 3a. ed. ampliada. São Paulo: Contracorrente, 2018.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>ORRÚ, Silvia Ester. Re-inventar da inclusão: Os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender. São Paulo: Vozes, 2016.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1709	SEPEC IV - ESCOLA, COMUNIDADE E GESTÃO ESCOLAR/COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA I	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao respectivo Eixo Formativo “Escola, comunidade e gestão escolar/ coordenação pedagógica”, com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios), em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado pelas (os) professoras (es) responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto cadastrado. Rodas de conversa para apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Escola, comunidade e gestão escolar/ coordenação pedagógica”</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: Uma questão paradigmática. V.1 . São Paulo: Vozes, 2015.</p> <p>LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. V.2 .São Paulo: Vozes, 2013.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>LÜCK, Heloísa. Gestão participativa na escola. V3. São Paulo: Vozes, 2014.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1710	SEPEC IV – PENSADORAS (ES) DA EDUCAÇÃO I	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao respectivo Eixo Formativo “Pensadoras (es) da Educação”, com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios), em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado pelas (os) professoras (es) responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto cadastrado. Rodas de conversa para apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Pensadoras (es) da Educação”.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.</p> <p>BOMENY, Helena Maria. Os intelectuais da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.</p> <p>ZITKOSKI, Jaime José . Paulo Freire & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>CIAVATTA, Maria. Gaudêncio Frigotto - Um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1711	SEPEC V - INFÂNCIA, BRINQUEDO E BRINCADEIRA II	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao respectivo Eixo Formativo “Infância, brinquedo e brincadeira”, com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios), em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado pelas (os) professoras (es) responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto cadastrado. Rodas de conversa para apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Infância, brinquedo e brincadeira”.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>CAMPOS, Ana Maria Antunes de. A Contação de Histórias. Rio de Janeiro: Wak, 2016.</p> <p>LLECUYER, Catherine. Educar na curiosidade: A criança como protagonista da sua educação. São Paulo: Fons Sapientiae, 2016.</p> <p>WINNICOTT, Donald Woods. O brincar e a realidade. São Paulo: Ebu Editora, 2019.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>FARIA, A.G.; MELO, S.A. O mundo da escrita no universo da pequena infância. Campinas: Autores Associados. 2005.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1712	SEPEC V - ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO II	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao Eixo Formativa “Alfabetização e Letramento”, com foco na educação escolar (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado pelas (os) professoras (es) responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto do Eixo Formativo. Rodas de conversa envolvendo: apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na educação escolar (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Alfabetização e Letramento”</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>ROJO, Roxane Helena R. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola, 2009. (Série Estratégias de Ensino; 13).</p> <p>TFOUNI, Leda Verdiani (Org.). Letramento, escrita e leitura: questões contemporâneas. São Paulo, SP: Mercado de Letras, 2011. (Coleção letramento, educação e sociedade).</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>MAGNANI, Maria do Rosário M. Os sentidos da alfabetização – 1876/1994. São Paulo: UNESP/COMPED, 2000.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1713	SEPEC V - IGUALDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO II	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao respectivo Eixo Formativo “Igualdade, diversidade e inclusão”, com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios), em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado pelas (os) professoras (es) responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto cadastrado. Rodas de conversa para apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Igualdade, diversidade e inclusão”.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro: Estudos de teoria política. Traduzido por Denilson Luís Werle. São Paulo: UNESP, 2018.</p> <p>HOOKS, Bell. Ensinando comunidade: uma Pedagogia da Esperança. São Paulo: Elefante Editora, 2021.</p> <p>SANTOS, Reinaldo dos; GODOI, Eliamar (Orgs.). Pesquisas em Educação, Inclusão e Diversidade. São Paulo: Paco Editorial, 2021.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1714	SEPEC V - ESCOLA, COMUNIDADE E GESTÃO ESCOLAR/COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA II	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao respectivo Eixo Formativo “Escola, comunidade e gestão escolar/ coordenação pedagógica”, com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios), em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado pelos professores responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto cadastrado. Rodas de conversa para apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Escola, comunidade e gestão escolar/ coordenação pedagógica”</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>FREITA, Ângela Imaculada Loureiro de. Conselhos de Classe e Avaliação. São Paulo: Papyrus, 2004.</p> <p>LÜCK, Heloísa. Gestão da cultura e do clima organizacional da escola. V.5. São Paulo: Vozes, 2010.</p> <p>LÜCK, Heloísa. Avaliação e monitoramento do trabalho educacional. V.7. São Paulo: Vozes, 2013.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>LÜCK, Heloísa. Perspectivas da avaliação institucional da escola. V.6. São Paulo: Vozes, 2012.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1720	SEPEC V – PENSADORAS (ES) DA EDUCAÇÃO II	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao respectivo Eixo Formativo “Pensadoras (es) da Educação”, com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios), em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado pelas (os) professoras (es) responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto cadastrado. Rodas de conversa para apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Pensadoras (es) da Educação”.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>MONTESSORI, Maria. A Formação do homem. Rio de Janeiro: Kirlan, 2018. STRECK, Danilo R. Rousseau & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. ZITKOSKI, Jaime José. Paulo Freire & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>DEMO, Pedro; LA TAILLE, Yves de; HOFFMANN, Jussara. Grandes pensadores em educação: o desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1715	SEPEC VI - INFÂNCIA, BRINQUEDO E BRINCADEIRA III	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao Eixo Formativa “Infância, brinquedo e brincadeira”, com foco na educação escolar (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado pelas (os) professoras (es) responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto do Eixo Formativo. Rodas de conversa envolvendo: apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na educação escolar (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Infância, brinquedo e brincadeira”.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>CAMARGO, Daiana. O brincar corporal na educação infantil: reflexões sobre o educador, sua ação e formação. Curitiba: Intersaberes, 2014.</p> <p>FARIA, Ana Lúcia Goulart de ET all. Cultura e sociologia da infância: estudos contemporâneos. São Paulo: Autores Associados, 2009.</p> <p>REGO, Teresa Cristina. Por uma Cultura da Infância: Metodologias de Pesquisa com Crianças. Curitiba: Editora CRV, 2020.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>PIORSKI, Gandhi. Brinquedos do chão: a natureza, o imaginário e o brincar. São Paulo: Editora Peirópolis, 2016.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1716	SEPEC VI - ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO III	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao Eixo Formativa “Alfabetização e Letramento”, com foco na educação escolar (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado pelas (os) professoras (es) responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto do Eixo Formativo. Rodas de conversa envolvendo: apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na educação escolar (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Alfabetização e Letramento”</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ELIAS, Maria Beatriz de Campos. EJA - Educação de Jovens e Adultos: Alfabetização. São Paulo: Editora Moderna, 2009. FERNANDES, Maria. Segredos da alfabetização. São Paulo: Cortez, 2008. OLIVEIRA, Nelson. EJA - Educação de Jovens e Adultos: Alfabetização. São Paulo: Editora Ática, 2005.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>SCHWARTZ, Suzana. Alfabetização de jovens e adultos: Teoria e prática. São Paulo: Editora Vozes, 2013.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1717	SEPEC VI - IGUALDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO III	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao respectivo Eixo Formativo “Igualdade, diversidade e inclusão”, com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios), em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado pelas (os) professoras (es) responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto cadastrado. Rodas de conversa para apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Igualdade, diversidade e inclusão”.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016. GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. RIGO, Neusete Machado. Inclusão, diferenças e alteridade: a experiência no encontro com o outro. Curitiba: Appris, 2018.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1718	SEPEC VI - ESCOLA, COMUNIDADE E GESTÃO ESCOLAR/COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA III	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao respectivo Eixo Formativo “Escola, comunidade e gestão escolar/ coordenação pedagógica”, com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) , em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado pelas (os) professoras (es) responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto cadastrado. Rodas de conversa para apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Escola, comunidade e gestão escolar/ coordenação pedagógica”</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>PARO, Vitor Henrique. Diretor escolar: Educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Cortez, 2016.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Cortez, 2019.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>SOARES, Andrey Felipe Cé Coordenação pedagógica: Ações, legislação, gestão e a necessidade de uma educação estética. Curitiba: CRV, 2020.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1719	SEPEC VI – PENSADORAS (ES) DA EDUCAÇÃO III	04	60
EMENTA			
<p>Aprofundamento de estudos temáticos vinculados ao respectivo Eixo Formativo “Pensadores da Educação”, com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios), em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado pelas (os) professoras (es) responsáveis. Elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto cadastrado. Rodas de conversa para apresentação e discussão de resultados das investigações dos eixos temáticos; atividades de integração curricular semestral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Realizar aprofundamento de estudos temáticos com foco na cultura e educação não-formal (suas (seus) sujeitas (os), suas práticas e desafios) e em diálogo com a literatura da área e promover a elaboração de uma produção científica, artística, cultural ou didático-pedagógica, em conformidade com o Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura cadastrado para o Eixo Formativo “Pensadoras (es) da Educação”.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ATTA, Mídia e Educação. Pensadores e a Educação: Michel Foucault, Gilles Deleuze, Hannah Arendt e Pierre Bourdieu. Belo Horizonte. Cedic, 2010. NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: a poesia da ação. Bragança Paulista SP: Universidade São Francisco, 2020. SEMERARO, Giovani. Intelectuais, Educação e Escola: um Estudo do Caderno 12 de Antonio Gramsci. São Paulo: Expressão Popular, 2021.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>KOHAN, Walter. Paulo Freire mais do que nunca: Uma biografia filosófica. São Paulo: Vestígio, 2019.</p>			



9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo pedagógico, de gestão e de avaliação do ensino e aprendizagem do Curso de Pedagogia-Licenciatura da UFFS – *Campus* Realeza orienta-se pelos princípios e normas institucionais e pelos princípios da gestão democrática e participativa e se desenvolve de forma colegiada. Cabe à Coordenação do curso (constituída pela (o) Coordenadora (or) de Curso e Adjunto) e ao Colegiado de Curso realizar o planejamento, a integração e a avaliação das atividades, bem como promover a qualificação da proposta pedagógica do Curso.

9.1 Os processos de gestão pedagógica

A coordenação didático-pedagógica se efetiva por meio do Colegiado do Curso, do Núcleo Docente Estruturante e da Coordenação de Curso. Em cada uma dessas instâncias, será observada a necessidade de diálogo permanente com docentes, estudantes e a comunidade regional, orientado pelos princípios da gestão democrática e participativa. Cabe ao Colegiado de Curso e ao NDE, lideradas (os) pela (o) Coordenadora (or) do Curso, a tarefa de planejamento e avaliação permanente do processo pedagógico, de forma coletiva, visando constituir diagnósticos que auxiliem na tomada de decisão e na qualificação do percurso formativo.

9.1.1 A Coordenação e o Colegiado do Curso

Conforme estipulado pelo Regulamento da Graduação da UFFS, os cursos de graduação da UFFS possuem uma Coordenação, constituída por uma (um) coordenadora (o) e sua (seu) coordenadora (or) adjunta (o), e pelo Colegiado de Curso. As competências da coordenação estão previstas no Art. 4º, 9º, 10 e 11, e as regras gerais de composição e funcionamento do colegiado no Título III (Artigos 5º a 8º).

O Colegiado do Curso é o órgão com função normativa, deliberativa e consultiva do planejamento acadêmico concernente às atividades de pesquisa, ensino e extensão. Conforme indicador 2.12 do instrumento de avaliação de cursos do INEP, a atuação do Colegiado de Curso, visando a excelência de suas práticas, deve considerar, cumulativamente: a atuação, institucionalização, representatividade dos segmentos, periodicidade, devido registro e fluxo de encaminhamento de decisões e realização de



avaliação periódica sobre seu desempenho. As demais normas de organização e funcionamento do Colegiado do Curso de Pedagogia estão previstas no seu Regimento Interno (a ser definido pelo Colegiado de Curso), em consonância com o regulamento da Graduação da UFFS.

9.1.2 Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante NDE foi um conceito criado pela Portaria N° 147/MEC, de 2 de fevereiro de 2007, com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação. O NDE possui atribuições acadêmicas de acompanhamento do Curso, com atuação no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (Inciso IV do Art. 2º). É uma Instância colegiada e interdisciplinar, tem suas atribuições definidas pela referida Portaria e vincula-se à Coordenação do Curso. O NDE é constituído por um mínimo de cinco professoras (es) com Dedicção Exclusiva, todas (os) membras (os) do Corpo Docente do Curso, sob a presidência nata da (o) Coordenadora (or) do Curso e tem as seguintes atribuições:

- a) Contribuir para a consolidação do perfil profissional da (o) egressa (o) do curso;
- b) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- c) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- d) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Pedagogia.
- e) Coordenar as atividades de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

Conforme a Resolução CONAES N° 01, de 17 de junho de 2010 e a resolução interna da UFFS (Resolução N° 1/2011 – CONSUNI/CGRAD), o Núcleo Docente Estruturante do curso será composto por docentes indicadas (os) pelo colegiado de curso, devendo, estes, "ministrar, pelo menos, uma disciplina a cada ano no curso" (*caput* do Art. 4º da Res. N° 1/2011–CONSUNI/CGRAD) e terá, em sua composição, conforme §1º da mesma resolução:

- a) no mínimo 5 (cinco) professoras (es), pertencentes ao Domínio Específico do curso, que tenham experiência de trabalho docente, atuação na extensão e na pesquisa, e produção acadêmica na área; incluiu-se entre esses 5 membros, a (o)



Coordenadora (or);

b) 1 (uma/um) docente do Domínio Comum e

c) 1 (uma/um) docente do Domínio Conexo.

O Critério para ser considerado “curso de excelência” pelo INEP no que tange à composição do NDE considera que este deva possuir, no mínimo, 5 docentes do curso; seus membros atuem em regime de tempo integral (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de suas (seus) membras (os) possuírem titulação *stricto sensu*; ter a (o) coordenadora (or) de curso como integrante; atuar no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação da (o) estudante e analisando a adequação do perfil da (o) egressa (o), considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho; e manter parte de suas (seus) membras (os) desde o último ato regulatório.

9.1.3 O planejamento das atividades docentes

Para o processo de planejamento das atividades docentes, a UFFS disponibiliza um formulário denominado Plano Anual de Atividades, que é preenchido pelas (os) docentes do curso e encaminhado para análise da Coordenação Acadêmica e apreciado pelo Conselho de *Campus*. Nesse documento, a (o) professora (or) procede ao detalhamento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, de capacitação docente, de administração/gestão universitária, incluindo sua participação em órgãos colegiados e comissões temporárias.

Além desse planejamento amplo, as (os) docentes também realizam seu planejamento semestral dos componentes curriculares por elas (es) ministrados, expresso no respectivo Plano de Ensino, apreciado pelo Colegiado de Curso, cujo desenvolvimento é avaliado pelas (os) estudantes ao final do processo.

Além disso, a Coordenação Acadêmica do *Campus*, através do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) estruturado por *Campus*, desenvolve um conjunto de atividades de formação, envolvendo dimensões da atuação docente, mediante realização de seminários e oficinas em diversas áreas. É conjugando as ações do colegiado do Curso, em contínuo processo de formação e de atuação no desenvolvimento de pesquisas, de atividades de extensão e cultura articulados com o contexto escolar, que se espera qualificar o processo de ensino- aprendizagem e a proposta pedagógica.



9.2 Sistema de avaliação do ensino-aprendizagem

A avaliação do desempenho das (os) estudantes nos cursos de graduação é regida pela Resolução nº 4/2014 –CONSUNI/CGRAD que aprova o Regulamento da Graduação da UFFS. A UFFS prima por uma aprendizagem de qualidade em todas as suas dimensões e para tal concebe avaliação da aprendizagem como diagnóstica, processual, contínua, cumulativa e formativa. Avaliação como processo dialógico, dinâmico, contínuo e reflexivo, como objetivo de uma formação concreta, capaz de formar uma (um) profissional apto a desenvolver sua função nas mais variadas áreas do conhecimento. No Curso de Pedagogia, a avaliação da aprendizagem obedecerá a esses princípios definidos pelo Regulamento de Graduação.

Quanto à concepção, o Curso de Pedagogia reconhece os atos de ensinar e aprender como processos distintos em sua constituição, mas interdependentes em sua funcionalidade. Nesse sentido, aprender é entendido como ato de apropriar-se, de tornar próprio, por meio de diferentes processos de mediação social, simbólica e pedagógica dos conhecimentos humanos produzidos historicamente pelo conjunto da sociedade, enquanto ensinar é tomado como ato de intervir deliberada e intencionalmente no processo de desenvolvimento integral de uma pessoa (em suas dimensões cognitiva, política, ética, psíquica etc.) através do trabalho pedagógico.

Além dos princípios gerais que orientam a avaliação em âmbito institucional, a avaliação dos processos de ensino-aprendizagem do Curso de Pedagogia se orienta pelos princípios formativos da proposta pedagógica, pelo perfil da (o) egressa (o) e pelos objetivos estabelecidos para o Curso, envolvendo a formação para atuar no ensino (na Educação Infantil e Séries Iniciais da Educação Básica), nos processos de gestão educacional e coordenação pedagógica e na produção e difusão do conhecimento.

Em termos formais, o processo avaliativo se dará por componente curricular levando-se em consideração a frequência do aluno que deverá ser de no mínimo 75%. Cabe à (ao) professora (or) de cada componente curricular a utilização de instrumentos avaliativos as quais serão atribuídas notas, expressas em grau numérico de zero (0,0) até dez (10,0), com uma casa decimal, podendo a (o) docente atribuir pesos distintos aos diferentes instrumentos, devidamente explicitados no plano de ensino. Para ser aprovado em cada componente curricular a (o) estudante deverá alcançar nota igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) pontos.

Em conformidade com as orientações institucionais, no Curso de Pedagogia, o processo avaliativo envolve também a oferta e oportunidades de recuperação de estudos



e a aplicação de novos instrumentos de avaliação, desenvolvida ao longo do processo formativo, sempre que os objetivos estabelecidos não forem atingidos. Ao atingir os objetivos previstos, mediante aplicação de novo instrumento de avaliação prevalecerá o resultado nele obtido.



10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

O Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da UFFS – *Campus Realeza*, em conformidade com a legislação vigente, com as regulamentações internas e com os princípios ético-políticos, epistemológicos e didático-pedagógicos que orientam a proposta pedagógica do Curso, desenvolve um amplo e contínuo processo de avaliação, que abarca a avaliação da proposta pedagógica e do seu desenvolvimento, dos processos de gestão pedagógica e das atividades das (os) atrizes (atores) envolvidas (os).

Quanto a sua composição, a autoavaliação do Curso é integrada pela avaliação externa, realizada por comissão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e com base em instrumentos de avaliação oficial do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), pela avaliação interna, realizada institucionalmente através da Comissão Própria de Avaliação – CPA, com base em instrumento definido para este fim, e pela autoavaliação do Curso, desenvolvida através de uma comissão específica designada pelo Colegiado, integrada por professoras (es) e estudantes do Curso. A atuação da comissão do Curso tem vigência de dois anos, com atribuições de planejar, discutir, executar, sistematizar e socializar o processo de avaliação interna do curso e suas articulações com a avaliação institucional e externa (quando for o caso).

Quanto à sua organização e funcionamento, a autoavaliação do Curso compreende as etapas, dimensões e procedimentos que seguem:

- a) O processo avaliativo está amparado em reflexões sistemáticas efetuadas em reuniões do NDE e em reuniões do colegiado, em encontros com estudantes nas turmas, realizados semestral e anualmente com o intuito de qualificar a proposta pedagógica e os processos formativos. Um dos momentos privilegiados desse esforço de acompanhamento e de avaliação das atividades semestrais, em suas múltiplas dimensões, são as “rodas de conversa” que integram os Seminários de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura.
- b) O diálogo com a comunidade regional, de modo particular, com as (os) integrantes das escolas com as quais o Curso estabelece relações mais sistemáticas e contínuas, envolvendo mesas redondas e rodas de conversa que tematizam os estágios, os processos de inclusão, de gestão e coordenação, entre outros.
- c) Para além desse processo dialógico, o Curso mobiliza instrumentos próprios



de avaliação, que são elaborados, discutidos e aprovados em órgãos representativos: a Comissão, o NDE e o Colegiado do curso. Quanto ao seu teor, tais instrumentos se reportam: aos processos de inserção das (os) estudantes no contexto acadêmico e na proposta pedagógica do curso; à gestão pedagógica, envolvendo a Coordenação do Curso e o respectivo Colegiado; ao currículo; aos processos de ensino-aprendizagem e de produção do conhecimento; aos processos de avaliação do conhecimento; às atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura; à qualificação para atuação nas diversas dimensões da atuação profissional vinculadas ao perfil de formação; à interação entre estudantes e entre professoras (os) e estudantes; à interação com a comunidade e com o contexto escolar em particular; aos processos de inclusão no âmbito do curso e da escola; à interação com as outras licenciaturas, além das questões relacionadas à infraestrutura requerida para o desenvolvimento das atividades.

d) A aplicação dos instrumentos formais de avaliação do Curso será realizada por meio de formulários eletrônicos, cujos resultados serão apresentados em seminários de avaliação, envolvendo a participação de discentes, docentes e convidados da comunidade acadêmica e regional.

e) Cabe à Comissão de autoavaliação integrar as informações coletadas por meio do instrumento próprio de avaliação do Curso, as reflexões realizadas através de processos dialógicos, as informações coletadas pela CPA e os apontamentos feitos pelas comissões externas (quando for o caso) para fins de elaboração do relatório anual, que será apreciado pelo Colegiado e arquivado pela Secretaria do Curso.

No conjunto, esses processos avaliativos constituem um sistema que permite a visualização integrada das diversas dimensões que integram o processo formativo, oferecendo elementos para a reflexão, análise e planejamento das atividades, bem como para a qualificação da proposta pedagógica do curso, tendo por referência os princípios formativos que a orientam.



11 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

A (o) docente pertencente ao Curso de Licenciatura em Pedagogia – *Campus Realeza*, deverá ter o compromisso técnico-político-pedagógico de estimular, incentivar e fomentar a pesquisa em assuntos educacionais, bem como, compreender os conhecimentos específicos de sua área de formação na perspectiva de articulá-los à totalidade social. Acredita-se que seja essa articulação a condição necessária para garantir a formação profissional da (o) pedagoga (o) e a mediação, de forma intencional, entre a ciência da educação, a metodologia de ensino e a didática, apontando, assim, para a formação omnilateral, cujo princípio é o trabalho, ou seja, a formação humana através da prática social, política, produtiva e cultural. Tendo em vista os princípios expressos no PPI da UFFS e as diretrizes que orientam os cursos de Graduação em Pedagogia, espera-se que a (o) docente envolvido na formação de professoras (es) no Curso em tela possa reunir um conjunto de características que rompam com a tradição observada entre docentes de nível superior, no Brasil, e, de fato, desenvolvam, de forma indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito de suas atividades acadêmicas. Assim, mais do que o esperado domínio teórico e sólida formação em pesquisa, a (o) docente envolvida (o) no projeto deste curso – e em todos os demais cursos da UFFS – deve observar o compromisso social em sua atividade profissional. Para contemplar os objetivos específicos do Curso de Licenciatura em Pedagogia, a (o) docente do curso deverá possuir formação acadêmica na área de licenciatura e disposição e compreensão para o trabalho na pesquisa e na extensão, contribuindo para a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O processo de formação das (os) docentes do curso ocorrerá mediante as seguintes ações: 1. Participação em palestras, seminários e fóruns que discutam a constituição da docência no ensino superior, assim como a atual contribuição da pedagogia universitária. 2. Participação em eventos nacionais e internacionais que discutam temáticas relacionadas aos saberes educativos, alusivos ao curso de Pedagogia e ao fazer docente. 3. Participação em Atividades formativas organizadas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP).

Por meio de inserção no Programa de Capacitação docente regulamentado pela RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1/2015-CONSUNI/CGRAD/PPG, através do Plano Institucional de Afastamentos para Capacitação Docente/ *Campus Realeza* PR, organizado a cada dois anos; ou por meio de Licença Quinquênio que, de acordo com a



RESOLUÇÃO Nº 11/2015 – CONSUNI/CAPGP, garante à (ao) servidora (or), após cada quinquênio de efetivo exercício, no interesse da Administração, afastar-se por até três meses para participar de curso de capacitação profissional, em área que mantenha relação direta com o cargo, a função ou a atividade que a (o) servidora (or) desempenha na instituição (Decreto nº 5.824/2006, Decreto nº 5825/2006, Portaria nº 9/MEC/2006, Decreto nº 5.707/2006 e Programa de Capacitação da UFFS). Esse último item possibilita o planejamento das formações desenvolvidas pelas (os) docentes, a fim de contribuir com a qualificação e o atendimento de demandas de formação do curso.



12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

Componente Curricular	Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Súmula do currículo
1ª. Fase				
Introdução ao Pensamento Social	Gilson Luís Voloski Ofertado em conjunto com o curso de Letras	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia, História, Ciências Sociais ou Filosofia com mestrado e doutorado na área de ensino [http://lattes.cnpq.br/3218011472145166]
Produção Textual Acadêmica	Marcia Adriana Dias Kraemer Ofertado em conjunto com o curso de Letras	Doutora	DE	Graduação em Letras com mestrado e Doutorado na área [http://lattes.cnpq.br/3993943729036344]
Informática Básica	Marcelo Zanetti Ofertado em conjunto com o curso de Letras	Doutor	DE	Graduação em Informática e ou áreas a fim com mestrado e Doutorado na área [http://lattes.cnpq.br/6060069950382721]
Introdução à docência	Cristiane de Quadros	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia, Química, Física ou Ciências Biológicas com mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/9910202523960163]
Ludicidade na Educação Infantil e nos anos iniciais	Cristiane de Quadros	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia, Pedagogia e Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/9910202523960163]
2ª. Fase				
Iniciação à prática científica	Silvana Schmitt Ofertado em conjunto com o curso de Letras	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia com mestrado e Doutorado na área [http://lattes.cnpq.br/0195226610308863]
Introdução à Filosofia	Gilson Luís Voloski	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia ou Filosofia com mestrado e Doutorado na área da Educação [http://lattes.cnpq.br/3218011472145166]
História e Sociologia da Infância	Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia, Geografia, História ou Ciências Sociais, com mestrado e doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/9007404555091852]
Psicologia da Educação	Mariane Inês Ohlweiler	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia ou Psicologia com mestrado e Doutorado na área



				[http://lattes.cnpq.br/0904955840329118]
Educação Especial na perspectiva da Inclusão	Cristiane de Quadros	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia, com Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/9910202523960163]
Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura I (SEPEC I)	José Oto Konzen	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia com Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/3104110858252103]
3ª. Fase				
Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	José Oto Kozen Ofertado em conjunto com o curso de Letras	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia, História, Ciências Sociais ou Filosofia com mestrado e doutorado na área de ensino [http://lattes.cnpq.br/3104110858252103]
Teorias da Aprendizagem e do desenvolvimento Humano	Mariane Inês Ohlweiler Ofertado em conjunto com o curso de Letras	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia ou Psicologia com mestrado e Doutorado na área da Educação [http://lattes.cnpq.br/0904955840329118]
Educação em História e Geografia	Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia	Doutor	DE	Graduação em Geografia, História ou Ciências Sociais, com mestrado e doutorado na área de ensino [http://lattes.cnpq.br/9007404555091852]
Alfabetização e Letramento	Cristiane de Quadros	Doutora	DE	Graduação em Letras ou em Pedagogia com Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/9910202523960163]
Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão II (SEPEC II)	Antonio Marcos Myskiw	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia ou História com mestrado e doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/4920963810086066]
4ª Fase				
Didática	Cristiane de Quadros Ofertado em conjunto com o curso de Letras	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia e Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/9910202523960163]
Educação em Ciências	Jackson Luís Martins Cacciamani	Doutor	DE	Graduação em Química, Física ou Ciências Biológicas Biologia com mestrado e Doutorado na área de Educação. [http://lattes.cnpq.br/4652180789613389]
Organização do	Cristiane de	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia



Trabalho Pedagógico: Educação Infantil	Quadros			com mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/9910202523960163]
Educação em Linguagem I	Andreia Cristina de Souza	Doutora	DE	Graduação em Letras com mestrado e Doutorado na área Ensino. [http://lattes.cnpq.br/4980733334423133]
Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão III (SEPEC III)	Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia.	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia ou História, com mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/9007404555091852]
5ª Fase				
Políticas Educacionais	Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia Ofertado em conjunto com o curso de Letras	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia com mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/9007404555091852]
Arte e Educação	Ana Carolina Teixeira Pinto	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia, Letras ou Artes com mestrado e Doutorado na área. [http://lattes.cnpq.br/3875508804189190]
Educação Matemática I	Karla Aparecida Lovis	Doutora	DE	Graduação em Matemática com mestrado e Doutorado na área [http://lattes.cnpq.br/6657198651909293]
Organização do Trabalho Pedagógico: anos iniciais do Ensino Fundamental	Silvana Schmitt	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia com mestrado e Doutorado em Educação [http://lattes.cnpq.br/0195226610308863]
Optativa I - Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão IV (SEPEC IV)	Gilson Luís Voloski	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia ou Filosofia com mestrado e Doutorado na área da Educação [http://lattes.cnpq.br/3218011472145166]
6ª Fase				
Educação Matemática II	Karla Aparecida Lovis	Doutora	DE	Graduação em Matemática com mestrado e Doutorado na área [http://lattes.cnpq.br/6657198651909293]
Avaliação da aprendizagem	Bárbara Grace Tobaldini de Lima	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia, Química, Física ou Ciências Biológicas com mestrado e Doutorado na área de Educação. [http://lattes.cnpq.br/6819394499327864]



História da Educação	Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia e ou História com mestrado e Doutorado na área [http://lattes.cnpq.br/9007404555091852]
Estágio curricular supervisionado I: organização do trabalho escolar	Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia Ofertado em conjunto com o curso de Letras	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia com Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/9007404555091852]
Optativa II - Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão V (SEPEC V)	José Oto Konzen	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia, sociologia, filosofia, com Mestrado e doutorado em educação. [http://lattes.cnpq.br/3104110858252103]
7ª Fase				
Fundamentos da Educação: contribuições da sociologia, da antropologia e da filosofia da educação	José Oto Konzen	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia, sociologia, filosofia, com Mestrado e doutorado em educação. [http://lattes.cnpq.br/3104110858252103]
Literatura infantil e juvenil.	Saulo Gomes Thimoteo	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia ou Letras e Mestrado e Doutorado em Educação ou Ensino de Literatura [http://lattes.cnpq.br/4420031367303105]
Corporeidade e Movimento	Ana Carolina Teixeira Pinto	Doutora	DE	Graduação em Educação Física, Pedagogia, Letras ou Artes e Mestrado e Doutorado em Educação, Dança ou Expressão Corporal [http://lattes.cnpq.br/3875508804189190]
Estágio curricular supervisionado II: Educação Infantil	Cristiane de Quadros	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia com Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/9910202523960163]
Optativa III - Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão VI (SEPEC VI)	Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia com mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/9007404555091852]
8ª Fase				
Educação em Linguagem II	Andreia Cristina Souza	Doutora	DE	Graduação em Letras com Mestrado e Doutorado na área de Ensino [http://lattes.cnpq.br/4980733334423133]



Currículo: fundamentos teóricos e práticas curriculares	José Oto Konzen	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia com Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/ 3104110858252103]
Pesquisa em Educação: elaboração de projeto	Mariane Inês Ohlweiler	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia e Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/ 0904955840329118]
Gestão escolar e coordenação pedagógica	Silvana Schmitt	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia e Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/ 0195226610308863]
Estágio curricular supervisionado III: anos iniciais do Ensino Fundamental.	Mariane Inês Ohlweiler	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia e Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/ 0904955840329118]
9ª Fase				
LIBRAS	Carmen Elisabete de Oliveira	Mestre	DE	Graduação em Pedagogia e ou Letras com mestrado e Doutorado na área [http://lattes.cnpq.br/ 9645936920781067]
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígenas e Relações Étnico- raciais na Escola	Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia, História, Geografia ou Ciências Sociais e Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/ 9007404555091852]
Trabalho de Conclusão de Curso	Mariane Inês Ohlweiler	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia e Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/ 0904955840329118]
Estágio Curricular Supervisionado IV: Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica	Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia e Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/ 9007404555091852]
10ª Fase				
História da Fronteira Sul	Antonio Marcos Myskiw	Doutor	DE	Graduação em História com mestrado e Doutorado na área [http://lattes.cnpq.br/ 4920963810086066]
Tópicos Contemporâneos em Educação	Mariane Inês Ohlweiler	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia e Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/]



				0904955840329118]
Meio Ambiente, Economia e Sociedade	Emerson Martins	Doutor	DE	Graduação em Ciências Sociais e áreas a fim com mestrado e Doutorado na área [http://lattes.cnpq.br/ 3588751399951827]
Educação e Trabalho	José Oto Konzen	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia e Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/ 3104110858252103]
Filosofar com crianças	Gilson Luís Voloski	Doutor	DE	Graduação em Pedagogia ou Filosofia com mestrado e Doutorado na área da Educação [http://lattes.cnpq.br/ 3218011472145166]
Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão VII (SEPEC VII)	Cristiane de Quadros	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia e Mestrado e Doutorado em Educação. [http://lattes.cnpq.br/ 9910202523960163]



13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo *campus*, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos *campi*, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada *campus*. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os



documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

No *campus* Realeza, a biblioteca está instalada em espaço físico de 256,82m², com atendimento de segunda à sexta-feira das 07h30min às 22h30min e aos sábados das 07h30min às 13h30min. São disponibilizadas salas de estudo e computadores interligados à rede mundial de computadores, além da disponibilidade de um laboratório com computadores para pesquisas. A biblioteca conta com mesas para estudo; uma sala de estudo em grupo com computador, mesa e cadeiras; uma sala de estudo individual; um laboratório de informática com onze mesas com computadores para acesso à internet e dois terminais exclusivos para consulta ao acervo.

13.1 Salas de aula

O *Campus* Realeza conta com 26 salas de aula devidamente equipadas no Bloco “A”, a maior parte delas com capacidade para receber 50 estudantes. Há uma sala com capacidade para 70 pessoas (306) e outras três com capacidade para 20 estudantes (307, 410 e 411). Como a proposta de oferta do curso é para o período noturno, com o funcionamento das 20 turmas ligadas às quatro licenciaturas já existentes e operantes no mesmo turno, tem-se uma capacidade de espaço disponível suficiente para atender a demanda dos Cursos de Pedagogia e de Administração Pública (recém-criados), que terão ofertas de processos seletivos alternados anualmente, de forma que sua integralização curricular requer a disponibilidade de 06 salas.

No que tange aos espaços físicos letivos do curso, há ainda que se ressaltar a preocupação com as condições de acessibilidade para pessoas com deficiências e/ou mobilidade reduzida, que se encontra amparada no disposto na CF/88, Art. 205, 206 e



208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009 e N° 7.611/2011, e na Portaria N° 3.284/2003. Embora a UFFS tenha avançado nas práticas de acessibilidade, instituindo o Núcleo de Acessibilidade (composto, por sua vez, da Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação e dos Setores de Acessibilidade dos *campi*) e a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação (instituída pela Resolução N° 4/2015 – CONSUNI/CGRAD), esta questão ainda carece de práticas mais efetivas de cuidado.

O Curso de Pedagogia, em consonância com o Núcleo de Acessibilidade⁷ e com a Política Institucional, desenvolverá ações que visem assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem das (os) estudantes público-alvo da educação especial.

13.1.1 Salas de aula para oferta de atividades no formato semipresencial

Para o desenvolvimento do perfil da (o) egressa (o) proposto pelo Curso e dos requisitos pedagógicos requeridos pelo projeto formativo, as salas de aula do Curso requerem adequações, que envolvem a aquisição de recursos audiovisuais e de tecnologia da informação que possibilitem viabilizar a proposta de aprendizagem colaborativa e em formato remoto. Considerando que o curso pretende ofertar até 20% de sua carga horária na modalidade não presencial, envolvendo atividades de integração com a comunidade e a participação de docentes de outros *campi* e de outras instituições, será necessário que a Instituição invista na criação de telessalas (ou salas de aula informatizada).

Para tanto, será necessária a aquisição de equipamentos, tais como: telas (monitores) de projeção, câmera de projeção, computador central (para transmissão do sinal), conexão de internet, sistema de Power over Ethernet - PoE (para ligar os computadores das (os) estudantes em uma mesma central de transmissão, e permitir o compartilhamento instantâneo de arquivos), telefone IP, dentre outros. A aquisição desses equipamentos encontra-se em andamento junto aos setores do *Campus* responsáveis, em articulação com os órgãos institucionais.

⁷ 1 O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução N° 6/2015 – CONSUNI/CGRAD.



13.2 Laboratórios

O *Campus* Realeza disponibiliza um conjunto de laboratórios que são compartilhados pelos diferentes cursos de graduação e pós-graduação ofertados nessa unidade acadêmica. O Curso de Pedagogia compartilha o uso de diversos laboratórios, alguns dos quais encontram-se situados no Bloco A (prédio de salas de aula) e outros em blocos específicos de laboratórios. Integram o desenvolvimento das atividades curriculares do Curso de Pedagogia: Laboratórios de Informática, duas unidades situadas no Bloco A, com capacidade para 25 estudantes em cada uma; Laboratório Multidisciplinar do Domínio Comum e Conexo e o Centro de Memória (lab. 103), Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE (lab.104) e Laboratório de Literatura e Formação de Leitores e Brinquedoteca (lab. 105), Laboratório de Ensino (Lab. 108) todos localizados no Bloco 1 de laboratórios e compartilhados com os demais cursos de licenciatura do *Campus*.

13.2.1 Laboratório Multidisciplinar do Domínio Comum e Conexo e Centro de Memória

O Laboratório Multidisciplinar do Domínio Comum e Conexo está localizado no Bloco 1 dos Laboratórios (Lab. 103). É um espaço destinado ao desenvolvimento de pesquisa; documentação; produção de materiais didáticos; debates e orientações e acervo audiovisual e bibliográfico. Este é um espaço de interação entre os domínios curriculares, especialmente entre os domínios comum e conexo. Também acolhe o Centro de Memória da educação escolar do Sudoeste do Paraná.

O Centro de Memórias tem por objetivos reunir as memórias da educação na constituição dessa região de fronteira para futuras pesquisas e reflexões sobre a formação docente. A coleta, seleção e catalogação de relatos orais, histórias de vida, documentos e material didático, também é uma forma de construir um espaço para a preservação da cultura escolar construída na região.

Pensar sobre os processos de formação docente implica no resgate das memórias dos professores, gestores e alunos que vivenciaram experiências de escolarização que revelam muito do contexto histórico, social, político e econômico local e regional. O Centro chama a atenção para a importância da experiência que as (os) professoras (es) constroem ao longo de sua trajetória docente. Tudo isso pode ser fonte para estudos,



pesquisas diversas e um espaço de guarda, preservação e divulgação de fontes para a história da educação.

13.2.2 Laboratório Interdisciplinar de Formação de Professores - LIFE

O Laboratório Interdisciplinar de Formação de Professores - LIFE está localizado no Bloco 1 dos Laboratórios (Lab. 104) e constitui um espaço destinado ao desenvolvimento de pesquisa; documentação; divulgação de materiais audiovisuais e computacionais pedagógicos, artísticos e midiáticos, produção de materiais pedagógicos e computacionais por professoras (es) e estudantes. Conforme definição institucional, “É um espaço didático-pedagógico vinculado aos cursos de licenciatura da Instituição que tem por finalidade contribuir com a qualificação da formação de professoras (es) da Educação Básica, através da interação entre os cursos de licenciatura das diferentes áreas do conhecimento e da produção de alternativas didático-pedagógicas interdisciplinares, intermediadas pelo uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).” (Resolução Nº 5/CONSUNI CGAE/UFFS/2016). O laboratório conta com organização e funcionamento coordenados por uma Comissão específica.

13.2.3 O laboratório de Literatura e Formação de Leitores e brinquedoteca

O laboratório de Literatura e Formação de Leitores está localizado no Bloco 1 dos Laboratórios (Lab. 105) e se constitui em um espaço para a realização de aulas práticas de componentes curriculares voltados ao ensino e aprendizagem de Literaturas, e Literatura Infantil e Juvenil. Outro objetivo deste laboratório é a oferta de cursos e atividades de extensão voltadas à formação de leitoras (es), em especial, a acadêmicas (os) e professoras (es) da Educação Básica, oportunizando a elas (es) o acesso a um espaço mais atraente e motivador à prática da leitura. Neste espaço são disponibilizados: dois banheiros adaptados para crianças; mobiliário com mesas e cadeiras com tamanho específico para educação infantil; um grande acervo de brinquedos educativo; materiais para acessibilidade; recursos para contação de histórias (fantoques, dedoches, vestimentas teatrais); jogos didáticos variados (para a área de Educação Infantil e Anos Iniciais). O laboratório também acolhe a Brinquedoteca, cujos materiais e espaço já se encontram adaptados e prontos para o desenvolvimento de atividades vinculados aos CCR e/ou a projetos de ensino, pesquisa e extensão propostos pelo curso de Pedagogia.

13.2.4 Laboratório de ensino



O Laboratório de Ensino está situado na sala 108 do Bloco 1 dos Laboratórios. É um espaço já existente no *Campus Realeza* e compartilhado pela área de Ensino dos cursos de Física, Química e Biologia e é destinado para o desenvolvimento das atividades de ensino (aula, orientação de TCC, Grupo de estudo, PIBID e Residência Pedagógica), de pesquisa e extensão. O espaço além de contemplar o desenvolvimento dessas atividades, também possui um acervo de recursos e materiais didáticos acerca do Ensino de Ciências, e com equipamentos para uso da (o) docente (dois computadores de mesa, projetor multimídia, tela interativa e quadro branco), constituindo-se em espaço adequado para a formação de pedagogas (os) para atuar com o ensino nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

13.2.5 Outros laboratórios de apoio

Outros laboratórios de apoio podem ser destacados para o desenvolvimento de aulas, extensão e pesquisa, como é o caso dos:

a) *Laboratório de Anatomia Humana*, localizado na sala 102 do Bloco 1, o mesmo, conta com peças anatômicas didáticas sintéticas, esqueletos, ossos entre outros. É um espaço já existente no *Campus Realeza* e compartilhado pela área de Ensino dos cursos de Física, Química e Biologia e é destinado para o desenvolvimento das atividades de ensino.

b) Laboratório de Ensino de Línguas e Literatura, localizado no Bloco 1, salas 106A, 106B e 106C. É um espaço já existente no *Campus Realeza* e está adaptado para o estudo de Línguas e *Literatura* do Curso de Letras do *Campus* de Realeza.

c) Laboratório de Confecção de materiais didáticos, estruturado para atender as demandas de construção e confecção de materiais didáticos atrelados ao ensino, pesquisa e extensão, sendo usado por todos os cursos do *Campus*, *localizado no Bloco 1 sala 110*.

d) Laboratórios de Informática localizados no Bloco A de salas de aula (408 e 409), equipados com microcomputadores para atender as demandas gerais da área de informática para todos os cursos

13.3 Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos

A Coordenação do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da UFFS – *Campus Realeza* funciona no Bloco dos Professores do *Campus Realeza*, em gabinete exclusivo. A Secretaria do Curso funciona junto à Secretaria Geral dos Cursos e dispõe



de 1 (um/uma) secretária (o) para o atendimento das demandas do Curso. Além disso, no piso térreo, sala 103 do Bloco A, funciona a Secretaria Acadêmica do *Campus*, responsável pelos serviços acadêmicos e diretamente relacionada à Diretoria de Registro Acadêmico.

13.4 Gabinetes de trabalho

As salas destinadas às (aos) professoras (es) que atuam no Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da UFFS – *Campus* Realeza encontram-se no Bloco dos Professores que tem 2.522,74 m². Neste prédio, há gabinetes de trabalho que acolhem duas (dois) professoras (es) em cada uma delas (es). Cada gabinete tem 13,87 m², num total de 51 gabinetes, que acolhem, então, um total de 102 professoras (es). Além disso, neste bloco, há também, no piso térreo, um auditório, uma sala de apoio, uma sala de impressão, uma sala para dados e lógica, quadro de energia e telefonia, sanitários masculino e feminino, também para pessoas com necessidades especiais (PNE). Já no segundo pavimento, há uma sala de convivência, uma copa, uma sala de reuniões, sala de impressão, dados e lógica.



14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. **Indagações sobre currículo**: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

ARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BARBIER, R. A Escuta Sensível em Educação. **Cadernos ANPED**, Rio de Janeiro, n. 5, 1993. p.187-216.

BARBIER, R. **A Pesquisa-Ação**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.html. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/fil>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador das Comissões de Avaliação In Loco para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno.



Parecer CNE/CO nº 8, de 2012. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas). Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Of. Circ. MEC/INEP/DAES/CONAE 74, 2010.** Comunica definição NDE, atualização do PDI e PPC e retificação dos Instrumentos de Avaliação. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17007-ata-conaes-111-022015-anexo-02&category_slug=fevereiro-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CONAES 4, 2010.** Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/atas-pareceres-e-resolucoes>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CONAES 1, 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/atas-pareceres-e-resolucoes>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.



em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/atas-pareceres-e-resolucoes>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 9, de 5 de dezembro de 2007**. Reorganização da carga horária mínima dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, para a Educação Básica e Educação profissional no nível da Educação Básica. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces083_07.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: http://pdei.mec.gov.br/arquivos/portaria_905_21092015.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 12 abr. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 3, 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res03.2004.pdf>. Acesso em: 12 abr. de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm.
Acesso em: 12 abr. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 67, 2003**. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação. Brasília, 2003.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>. Acesso em: 12 abr. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, 2003. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 12 abr. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 18, 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. Brasília, 2002. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf>. Acesso em: 12 abr. de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 12 abr. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2001a-2010**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf. Acesso em: 12 abr. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 492, 2001**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 12 abr. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006**, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 30 out. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de



deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 12 abr. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 12 abr. de 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEE, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 12 abr. de 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 abr. de 2019.

CACCIAMANI, J. L. M. **Os Encontros sobre investigação na escola: articulação entre a formação acadêmico-profissional e a produção de currículo pela escrita da sala de aula**. 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

CARITA, A. O conflito na sala de aula: representações mobilizadas por professores. **Análise Psicológica**, [s.l.], v. 1, n. 17, p. 79–95, 1999.

CASTRO, A. D. **A trajetória histórica da didática**. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_11_p015-025_c.pdf Acesso em: 25 de setembro de 2021.

CARVALHO, Tatiane Kelly Pinto de et al. Estudantes de Licenciatura: trajetórias escolares e escolha da profissão. *Linhas Críticas*, Brasília – DF, v. 26 (2020). Disponível em: [Vista do Estudantes de Licenciatura \(unb.br\)](http://www.unb.br/linhascriticas). Acesso em: 16/12/2021.

CERQUEIRA, T. C. S. O professor em sala de aula: reflexão sobre os estilos de aprendizagem e a escuta sensível. **PSIC**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 29-38, jan./jun. 2006.

CERQUEIRA, T. C. S. **Representações sociais e escuta sensível do professor universitário**. Brasília: Hildebrando Editor, 2007.

Dalbosco, Cláudio Almir. Da pressão disciplinada à obrigação moral: esboço sobre o significado e o papel da pedagogia no pensamento de Kant. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1333-1356, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400012>. Acesso em: 21 set. 2021.



DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2014.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000

DINIZ-PEREIRA, J. E. A formação acadêmico-profissional: compartilhando responsabilidades entre as universidades e as escolas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 14.,2008, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **A abordagem de Reggio de Emilia na educação infantil da primeira infância**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FAGUNDES, T. F. Os conceitos de professor pesquisador e professor reflexivo: perspectivas do trabalho docente. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. v. 21, n. 65, abr/jun. 2016.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

FERREIRA, N. S. C. (coord.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FERREIRA, N. S. C. Gestão democrática da educação na “cultura globalizada”. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1227-1249, set./dez. 2004.

FRANCO, M. A. R. S. **Pedagogia como ciência da educação**. São Paulo: Papirus, 2003.

FRANCO, M. A. R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812016000300534&lng=en&nrm=is. Acesso em: 13 jul. 2021.

FRANCO, M. A. S.; LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. As dimensões constitutivas da Pedagogia como campo de conhecimento. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 14, n. 17, p. 55-78, jul. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São



Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALIAZZI, M. C. **Educar pela pesquisa:** ambiente de formação de professores de Ciências. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2003.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S. **Professores do Brasil:** impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

GOODSON, I. F. **Currículo:** teoria e história. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em psicologia:** caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar:** teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LOPES, M. C.; FABRIS, E. H. **Inclusão e educação.** São Paulo: Autêntica, 2013.

LÜCK, H. **A escola participativa:** o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MALDANER, O. A. **A formação inicial e continuada de professores de química:** professores/pesquisadores. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2000.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. *In:* GIANOTTI, J. A. **Marx:** vida e obra. Porto Alegre: L&PM, 2000.

MORAES, R.; RAMOS, M. G.; GALIAZZI, M. C. A epistemologia do aprender no educar pela pesquisa em Ciências: alguns pressupostos teóricos. *In:* MORAES, R.; MANCUSO, R.(orgs.). **Educação em Ciências:** Produção de currículos e formação de professores. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2004. p. 85-108.

MONTEIRO, S. B. Considerações do conceito de epistemologia da prática. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v.1, n.1, 2009. p.57-66.

NÓVOA, A. **Professores:** imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

NÓVOA, A. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623684910>. Acesso em: 23 de jul. 2021.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.



PANIAGUA, G.; PALACIOS, J. **Educação infantil: resposta educativa à diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PHELAN, T. W.; SCHONAUR, S. J. **Mágica para professores: disciplina efetiva em sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PARO, V. H. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. 2. ed. rev. São Paulo: Xamã, 2003.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. *In*: PIMENTA, S. G. (org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p. 15 a 34.
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ROGERS, C. R. **A pessoa como centro**. São Paulo, EPU, 1977.

ROGERS, C. R. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SACRISTÁN, G.; GÓMEZ, P. A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. São Paulo: Artmed, 1998.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2008.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 1998.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

WERLE, F. O. C. Novos tempos, novas designações e demandas: diretor, administrados ou gestor escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre. v. 17, n. 2, jul./dez, 2001.



15 ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (ECS)

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O presente Regulamento normatiza as atividades de Estágio Curricular Supervisionado (ECS) do curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da UFFS - *Campus* Realeza e abarca os estágios obrigatório e não-obrigatório, nos termos da Resolução Nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015, de 13 de agosto de 2015, da Resolução Nº 4/CONSUNI CGAE/UFFS/2018 e da Lei Nº 11.788/2008.

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 2º O Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da UFFS - *Campus* Realeza, em conformidade com o Regulamento de Estágio da UFFS, concebe o estágio como um tempo-espço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa e de redimensionamento dos projetos de formação.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR

SUPERVISIONADO (ECS)

Art. 3º O ECS é uma prática educativa desenvolvida em articulação com o ambiente de trabalho escolar que objetiva proporcionar aprendizagens práticas e reflexivas



vinculadas ao perfil de formação do Curso mediadas pedagogicamente, sob a orientação e supervisão de professora (or) do Curso, em articulação com a supervisora (or) da Unidade Concedente de Estágio (UCE).

Art. 4º São objetivos do ECS:

I - Integrar a teoria e a prática através da inserção das (os) estudantes no contexto profissional a Educação Básica, no âmbito do ensino (Educação Infantil e Séries Iniciais), da gestão escolar, da coordenação pedagógica e dos processos de produção do conhecimento no campo educacional;

II - Compreender o contexto escolar e as práticas pedagógicas que nele se desenvolvem mediante um exercício interdisciplinar, atentando para as particularidades locais e suas relações com o contexto econômico, social, político e cultural mais amplo;

III - Planejar ações pedagógicas que desenvolvam a criatividade, o compromisso ético-político com a inclusão social, a democratização do conhecimento, a qualidade do ensino, a dialogicidade e o exercício da gestão democrática;

IV - Promover a apropriação de metodologias de ensinar e de aprender que potencializem a interação e a cooperação, o desenvolvimento da sensibilidade estética, da autonomia intelectual e da responsabilidade individual, da criticidade e da produção de sentido aos envolvidos;

V - Elaborar, desenvolver e avaliar atividades didático-pedagógicas a partir de temas relevantes e/ou emergentes do contexto escolar e de sala de aula, em parceria com professoras (es) supervisoras (es) das escolas;

VI - Contribuir com a construção da identidade profissional de professoras (es) da Educação Infantil e dos Anos Iniciais da Educação Básica, vinculada ao trabalho coletivo e ao educar pela pesquisa;

VII - Proporcionar oportunidades de avaliação da proposta pedagógica e do trabalho acadêmico desenvolvido no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão do Curso de Pedagogia;

VIII - Refletir criticamente sobre os processos didático-pedagógicos desenvolvidos junto ao ECS;

IX - Identificar temas e problemas de pesquisa no campo da educação para aprofundamento de estudos;

X - Potencializar o senso crítico frente a realidade escolar e educacional contemporânea.



CAPÍTULO III

DO CAMPO DE ESTÁGIO

UNIDADES CONCEDENTES DE ESTÁGIO (UCEs)

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) será realizado prioritariamente em espaços da educação formal dos municípios da região de abrangência da UFFS – *Campus Realeza/PR*.

§ 1º Preferencialmente em escolas da rede pública municipal e estadual do Paraná, situadas no município de Realeza e de suas proximidades, devidamente conveniadas para este fim;

§ 2º Excepcionalmente, por deliberação do Colegiado de Curso:

I - Em escolas do município de origem da (o) licenciando;

II - Em escolas de atuação profissional da (o) licenciando, quando for o caso.

Art. 6º Durante a vigência do estágio, a (o) estagiária (o) estará coberto por seguro contra acidentes pessoais:

I - No estágio obrigatório, de responsabilidade da UFFS, podendo ser assumida pela UCE, caso haja interesse, conforme dispõe a Resolução Nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015.

II - No estágio não-obrigatório, de responsabilidade da UCE.

CAPÍTULO IV

DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Art. 7º A (o) supervisora (or) de estágio será indicado pela UCE dentre seus profissionais, com formação ou experiência profissional na área de atuação do estagiário, que acompanhará as atividades da (o) acadêmica (o).

Parágrafo único. A (o) supervisora (or) poderá ser uma (um) servidora (or) da UFFS, nos termos do Artigo 4º da Resolução Nº 4/CONSUNI CGAE/UFFS/2018.



Art. 8º São atribuições da (o) supervisora (or) de estágio:

I - Colaborar na elaboração do plano de atividades de estágio;

II - Zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso;

III - Assegurar, no âmbito da UCE, as condições de trabalho para o bom desempenho das atividades formativas das (os) estagiárias (os);

IV - Orientar e supervisionar as atividades de estágio, nos termos da Lei;

V - Controlar a frequência da (o) estagiária (o);

VI - Emitir avaliação sobre as atividades desenvolvidas pela (o) estagiária (o);

VII - Informar à UFFS sobre os processos de estágio desenvolvidos na UCE;

VIII - Participar de atividades de integração promovidas pela UFFS.

CAPÍTULO V

DA (O) PROFESSORA (OR)-ORIENTADORA (OR)

Art. 9 A (o) professora (o) - orientadora (or) do estágio será definido pelo Colegiado de Curso, em articulação com as demandas discentes, respeitando-se as áreas de formação e a disponibilidade docente.

§ 1º O número máximo de acadêmicas (os) sob orientação de cada professora (or) será definido pelo Colegiado de Curso.

§ 2º Será atribuída a carga horária correspondente a 02 (dois) créditos semestrais por grupo de 03 (três) estudantes matriculadas (os). Esta carga horária será distribuída às (aos) professoras (es) orientadoras (es), nos termos da Resolução Nº 4/CONSUNI CGAE/UFFS/2018.

§ 3º As orientações de Estágio Não-Obrigatório obedecerão aos mesmos critérios dos Estágios Obrigatórios, inclusive, com relação à atribuição de carga horária de orientação.

Art. 10 São atribuições da (o) professora (or) orientadora (or):



- I - Conhecer e cumprir o regulamento do Estágio Curricular Supervisionado (ECS), o Regulamento de Estágio da UFFS e a Lei Federal de Estágios;
- II - Participar dos encontros de estudo e das atividades programadas pela (o) coordenadora (or) de Estágios;
- III - Assessorar as (os) estagiárias (os) na elaboração do plano de atividades, em diálogo com a (o) supervisora (or) de estágio da UCE e com a (o) responsável pelo CCR Estágio (quando for o caso);
- IV - Decidir sobre o trabalho a ser desenvolvido pela (o) estagiária (o), em diálogo com a (o) supervisora (or) do campo de estágio;
- V - Orientar a (o) estagiária (o) nas diversas etapas de realização do estágio e na elaboração do relatório final;
- VI - Acompanhar e supervisionar as atividades da (o) estagiária (o) junto ao campo de Estágio;
- VII - Avaliar o processo do estágio das (os) acadêmicas (os) sob sua orientação;
- VIII - Fornecer informações à (ao) coordenadora (or) de Estágios do Curso de Pedagogia;
- IX - Desenvolver outras atribuições não descritas neste artigo, desde que pertinentes às atividades de estágio.

Parágrafo único. A mediação entre a (o) supervisora (or) de estágio na UCE, a (o) orientadora (or) e a (o) estagiária (o) poderá ser realizada de forma remota, com o emprego de meios e tecnologias de informação e comunicação, visando propiciar a participação dos envolvidos nas atividades em lugares e/ou tempos diversos.

CAPÍTULO VI

DA (O) PROFESSORA (OR) RESPONSÁVEL PELOS CCRs

Art. 11 As (os) professoras (os) responsáveis pelo CCRs de ECS serão definidos pelo Colegiado de Curso por ocasião do planejamento semestral da oferta de CCRs.

Art. 12 São atribuições das (os) professoras (es) responsáveis pelos CCRs de ECS:

- I - Planejar, desenvolver e avaliar o CCR de ECS;



II - Ministrará aulas presenciais para apresentação do CCR, discussão da Legislação pertinente ao estágio, apresentação de áreas temáticas, orientação da elaboração do plano de atividades e do relatório de estágio;

III - Realizar seminários de discussão, socialização e avaliação do CCR;

IV - Realizar os registros acadêmicos necessários ao componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado, incluindo os resultados das avaliações.

Parágrafo único. Em seu Plano de Ensino, a (o) professora (or) deverá definir o cronograma de atividades, incluindo o prazo para a finalização do plano de atividades pela (o) acadêmica (o), condicionante do início das atividades junto à UCE, bem como do prazo para entrega do relatório final.

CAPÍTULO VII

DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS

Art. 13 A Coordenação de Estágios será exercida por professora (or) designado pelo Colegiado do Curso.

Parágrafo Único. Será atribuída à função de Coordenação de Estágios a carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 14 São atribuições da (o) coordenadora (or) de Estágios:

I - Coordenar as atividades de estágio obrigatório e não-obrigatório em nível de Curso, em articulação com as (os) professoras (es) do componente curricular, com as (os) professoras (os) orientadoras (os) de estágio, com a Coordenação Acadêmica e com as UCEs;

II - Definir, em conjunto com o corpo de professoras (es) orientadoras (es) de estágio, os campos de Estágio;

III - Promover a articulação entre a universidade e as UCEs;

IV - Encaminhar oficialmente as (os) acadêmicas (os) aos respectivos campos de estágio;

V - Fornecer informações necessárias às (aos) professoras (es) orientadoras (es) e às (aos) supervisoras (es) das UCEs;



- VI** - Coordenar, sempre que necessário, as reuniões com professoras (es) orientadoras (es) e supervisoras (es) de estágio;
- VII** - Apresentar informações quanto ao andamento dos estágios aos diversos órgãos da Administração Acadêmica da UFFS;
- VIII** - Acompanhar e supervisionar todas as etapas do estágio observando o que dispõe este regimento e demais normas aplicáveis, especialmente o que dispõe a Lei N° 11.788, de 25 de setembro de 2008, e a Resolução N° 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015;
- IX** - Avaliar a natureza das atividades propostas, sua adequação ao caráter formativo do curso, à fase de matrícula do acadêmico e à carga horária curricular no caso do estágio não-obrigatório;
- X** - Coordenar a execução da política de estágio no âmbito do curso;
- XI** - Levantar as demandas de estágio vinculadas à execução do Projeto Pedagógico do Curso;
- XII** - Orientar as (os) acadêmicas (os) do Curso com relação aos estágios;
- XIII** - Mapear as demandas de estágio dos semestres junto ao Curso e buscar equacionar as vagas junto às UCEs, de forma projetiva;
- XIV** - Providenciar a organização da distribuição das demandas de estágio com seus respectivos campos de atuação no âmbito do Curso;
- XV** - Receber e encaminhar documentos e relatórios de estágio;
- XVI** - Promover a socialização das atividades de estágio junto ao Curso, intercursos e UCEs;
- XVII** - Atender às demandas administrativas associadas ao desenvolvimento de atividades de estágio do Curso;
- XVIII** - Integrar o fórum permanente de discussões teórico-práticas e logísticas relacionados ao desenvolvimento das atividades de estágio no *Campus Realeza*;
- XIX** - Participar dos processos de elaboração, planejamento e avaliação da política de estágios da UFFS.

CAPÍTULO VIII

DAS OBRIGAÇÕES DA (O) ESTUDANTE



Art. 15 São obrigações da (o) estudante estagiário:

- I** - Estar devidamente matriculado no respectivo CCR de Estágio;
- II** - Assinar o Termo de Compromisso de Orientação;
- III** - Conhecer e cumprir o presente regulamento do ECS;
- IV** - Definir junto com a (o) coordenadora (or) de estágio a UCE para a realização do ECS;
- V** - Realizar o planejamento das atividades de estágio, de forma coletiva, junto com as (os) professoras (es) da escola e as (os) orientadoras (es) do ECS;
- VI** - Desenvolver as atividades de estágio amparado em princípios ético-políticos democráticos, dialógicos e inclusivos;
- VII** - Participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;
- VIII** - Respeitar os horários e normas estabelecidos pela UCE;
- IX** - Zelar pela boa imagem da Instituição formadora junto à UCE e contribuir para a manutenção e a ampliação das oportunidades de estágio junto à mesma;
- X** - Cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, o que dispõe este Regulamento, a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e a Resolução Nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015;
- XI** - Comunicar qualquer irregularidade no andamento do seu estágio à (ao) sua (seu) orientadora (or), à Coordenação de Estágios do curso ou à Coordenação Acadêmica do *Campus Realeza*;
- XII** - Elaborar relatório de estágio, em conformidade com os objetivos, prazos e orientações definidos pelo respectivo componente curricular.

CAPÍTULO IX

DA ORGANIZAÇÃO DO ECS

Art. 16 O ECS abarca as modalidades obrigatória e não obrigatória, assim concebidas:

- I** - O estágio curricular obrigatório constitui-se em componente integrante da matriz curricular cujo cumprimento é requisito para aprovação e obtenção do diploma;



II - O estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, vinculada ao perfil acadêmico-profissional-social do curso, que poderá ser computada como Atividade Curricular Complementar, nos termos do respectivo regulamento.

Art. 17 O ECS obrigatório será realizado da sexta à nona fase do Curso, com a respectiva alocação da carga horária, conforme tabela 1.

§ 1º As atividades de estágio obrigatório do curso se articulam com as atividades de pesquisa e extensão previstas no PPC do Curso.

§ 2º As atividades dos ECS II e III poderão ser desenvolvidas em forma de regência de classe e/ou de projetos de ensino desenvolvidos em articulação com o contexto escolar e outros espaços formativos, em conformidade com o Plano de Ensino apreciado junto ao Colegiado de Curso.

§ 3º As problemáticas identificadas no desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão e dos estágios poderão ser convertidas em objeto de aprofundamento de estudos no Trabalho de Conclusão de Curso.

Tabela 1 – Distribuição das atividades e da carga horária de Estágio Curricular Supervisionado

CCR	Carga horária (em horas)			
	Total	I – aulas teórico/práticas presenciais	II – elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação	III – atividades de estágio desenvolvida pelo estudante
ECS I – Organização Trabalho escolar	90h	60h	15	15
ECS II – Educação Infantil	120h	45	45	30
ECS III – Anos Iniciais	120h	45	45	30
ECS IV – Gestão escolar e Coordenação Pedagógica	90h	40	30	20
Carga horária total	420 horas			



Art. 18 O desenvolvimento das atividades de ECS deverá ser articulado com o calendário do ano letivo das instituições da Educação Básica constituintes do campo de estágio.

CAPÍTULO X

DO PLANO DE ATIVIDADES

Art. 19 O plano de atividades será elaborado pela (o) estudante, assessorado pela professora (or) orientadora (or) e pela supervisora (o) de estágio, e conterà, além da identificação da (o) acadêmica (o) e da UCE, a descrição das atividades a serem executadas durante a realização do estágio.

§ 1º O plano de atividades deverá estar concluído e aprovado pela (o) professora (or) orientadora (or), nos prazos definidos no Plano de Ensino do respectivo CCR.

§ 2º Para o estágio não-obrigatório, o plano de atividades deverá ser entregue e aprovado pela (or) professora (or) orientadora (or), antes do início das atividades na UCE.

§ 3º O Colegiado de Curso definirá o modelo de Plano de Atividades, observados os modelos disponíveis na UFFS.

CAPÍTULO XI

DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 20 A(o) estudante elaborará, na conclusão de suas atividades de estágio, um relatório final, de caráter sistemático e crítico-reflexivo, em que descreve e analisa as atividades realizadas à luz dos conhecimentos teóricos desenvolvidos ao longo do curso e aponta alternativas às problemáticas identificadas e/ou perspectivas de aprofundamento de estudos.

Parágrafo único. Caberá à (ao) professora (or) do CCR de Estágio propor um modelo de relatório, de forma a assegurar o seu caráter crítico-reflexivo.

CAPÍTULO XII

DA AVALIAÇÃO



Art. 21 A avaliação do ECS envolve o processo formativo vinculado ao CCR e abrange os seguintes aspectos:

- I** - Elaboração do Planejamento do ECS;
- II** - Desenvolvimento da Proposta de ECS;
- III** - Elaboração do Relatório Final.

Art. 22 A avaliação do ECS será realizada pela (or) professora (or) responsável pelo CCR e pela (o) professora (or) orientadora (or), em diálogo com a (o) supervisora (or), e respeitará o sistema de avaliação adotado pela UFFS.

§ 1º A avaliação final somente poderá ser realizada quando todos os requisitos previstos neste regimento forem concretizados, em especial, a elaboração e entrega do relatório final, dentro dos prazos estabelecidos.

§ 2º A (o) professora (or) orientadora (or) poderá solicitar a (ao) estudante correções e/ou alterações no seu relatório, que deverá ser ajustado nos termos propostos e entregue para fins de compor o relatório final e ser objeto de avaliação final nos prazos estabelecidos pela (o) professora (or).

§ 3º Em seu Plano de Ensino, a (o) professora (or) do CCR definirá a forma de recuperação das atividades para os casos em que não houver sido atingido a nota mínima exigida, considerando o plano de atividades e/ou o relatório final de estágio.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 A (o) estudante poderá realizar, em qualquer período do curso, estágio não-obrigatório, o qual obedecerá ao exposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais referentes ao curso, à legislação de estágios e à regulamentação de estágios da UFFS, além do previsto neste regulamento.

Art. 24 As demais orientações e casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Estágios e/ou Coordenação do Curso, sujeitos à aprovação do Colegiado do Curso, nos limites da respectiva competência.



Art. 25 Este Regulamento de ECS entra em vigor a partir da aprovação do PPC pela Câmara de Graduação e de Assuntos Estudantis.



ANEXO II: REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES
COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA –
LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As atividades curriculares complementares (ACCs) são atividades de cunho pedagógico, científico, cultural, político, humanístico e social, as quais são realizadas pelas (os) discentes paralelamente à integralização dos componentes curriculares e fazem parte da carga horária obrigatória total do curso, em conformidade a Resolução 02/2015 CNE/CP e a Resolução 02/2017/CONSUNI/CGAE.

Parágrafo único. As Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE) definidas no Art. 3º da RESOLUÇÃO Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021 integram o grupo da Extensão e Cultura das ACCs do Curso de Licenciatura em Pedagogia, conforme regulamentado no presente documento.

Art. 2º As ACCs são atividades relevantes e contributivas para a implementação da flexibilização curricular de forma interdisciplinar, visando uma formação integral e cidadã, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, da cultura e nas ações de extensão junto à comunidade.

CAPÍTULO II

DA INTEGRALIZAÇÃO DAS ACCs

Art. 3º As ACCs que são aceitas para integralização no Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura são divididas em quatro grupos: Ensino, Extensão e Cultura, Gestão e Coordenação e Pesquisa.

Art. 4º A carga horária mínima prevista para integralização de ACCs é de 210 (duzentas e dez) horas, correspondentes a 14 créditos, podendo esta ser efetivada nas modalidades presencial ou à distância.

Parágrafo único. As atividades complementares de ensino, extensão e cultura, gestão e coordenação e atividades de pesquisa que poderão ser realizadas e suas respectivas cargas-horárias mínima e máxima para validação encontram-se descritas no Capítulo III e no Anexo II deste Regulamento.



Art. 5º Somente serão consideradas as atividades realizadas pela (o) discente a partir do seu ingresso no Curso de Pedagogia da UFFS, *Campus Realeza*, exceto em caso de reingresso, transferência ou reopção de curso.

Parágrafo único. Nos casos de reingresso, transferência ou reopção de curso, a (o) discente deverá apresentar a documentação comprobatória de ACCs realizadas antes do ingresso no Curso de Pedagogia da UFFS, conforme instruções do Capítulo IV deste Regulamento, para que sejam apreciadas pela Comissão de Validação.

CAPÍTULO III

DA NATUREZA E DAS FORMAS DE REALIZAÇÃO DAS ACCs

Art. 6º No grupo “Ensino” se enquadram atividades formativas ofertadas pela UFFS ou outras instituições, que podem ser realizadas através de participação em:

- I - Programa de Educação Tutorial (PET);
- II - Projeto de monitoria;
- III - Evento científico como ouvinte;
- IV - Palestras, cursos, minicursos e oficinas como ouvinte;
- V - Viagem de estudos e/ou visita técnica não obrigatória;
- VI - Curso de idiomas ou de informática;
- VII - Estágio curricular não obrigatório;
- VIII - Programa de Residência Pedagógica;
- IX - Programa de Iniciação à Docência - PIBID;
- X - Componente curricular isolado em curso de graduação;
- XI - Participação em atividades de formação continuada junto aos sistemas de ensino;
- XII - Produção de material didático;
- XIII - Teste de língua inglesa TOEFL/ITP
- XIV - Outras atividades de ensino, passíveis de avaliação.



Parágrafo único. Poderá ser aproveitada a carga total da atividade realizada, limitada ao máximo de 70 (setenta) horas de atividades de ensino ao longo do curso.

Art. 7º No grupo “Extensão e Cultura” se enquadram atividades extensionistas ofertadas pela UFFS ou outras instituições, que podem ser realizadas através de participação em:

- I - Programa de Educação Tutorial (PET);
- II - Projeto de extensão como bolsista ou voluntária (o);
- III - Projeto de cultura como bolsista ou voluntária (o);
- IV - Evento como ministrante de palestras, cursos e oficinas;
- V - Comissão organizadora de evento que envolva a área da Educação ou da Pedagogia;
- VI - Monitoria em eventos acadêmicos;
- VII - Grupo artístico-cultural vinculado à UFFS;
- VIII - Programa de intercâmbio institucional, nacional ou internacional;
- IX - Atividades de formação continuada;
- X - Outras atividades de extensão e cultura, passíveis de avaliação.

§1º Poderá ser aproveitada a carga total da atividade realizada, limitada ao teto máximo de 70 (setenta) horas de atividades de extensão e cultura ao longo do curso.

§2º Os estudantes deverão desenvolver ao menos 45 horas de atividades de extensão e cultura, que serão também contabilizadas como Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE), envolvendo o protagonismo das (os) estudantes, nos termos da Resolução Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021.

Art. 8º No grupo “Gestão e Coordenação” se enquadram atividades de atuação em espaços escolares e não escolares, em órgãos públicos ou privados sem fins lucrativos, que podem ser realizadas através de participação e/ou coordenação ou gestão de atividades em:

- I - Setor administrativo ou pedagógico do *Campus* Realeza, ou de outro órgão público, como voluntário;
- II - Em centro acadêmico e/ou diretório central de estudantes como membro eleito;
- III - Colegiado de curso como representante estudantil;



- IV - Conselho consultivo ou deliberativo da UFFS como representante estudantil;
- V - Conselho municipal, estadual ou federal na condição de membro eleito ou representante de categoria;
- VI - Conselhos escolares, como membro;
- VII - Atividades de gestão escolar e coordenação pedagógica;
- VIII - Coordenação de grupos de trabalho institucionalizados;
- IX - Conselho ou diretoria de entidade de utilidade pública;
- X - Conselho ou diretoria de entidade sindical, de associações profissionais, de classe ou de cooperativa, como membro eleito;
- XI - Conselho tutelar, como membro eleito;
- XII - Classes hospitalares;
- XIII - Avaliações pedagógicas junto ao fórum de justiça (Vara Familiar);
- XIV - Instituições socioeducativas (CRAS e outros);
- XVI - Atividades de Educação prisional;
- XVII - Escolas indígenas, de assentamentos, de quilombolas;
- XVIII - Organizações Não-Governamentais;
- XIX - Diretórios político-partidários, com membro eleito.
- XX - Outras atividades de gestão, passíveis de avaliação.

Parágrafo único. Poderá ser aproveitada a carga total da atividade realizada, limitada ao máximo de 70 (setenta) horas de atividades de gestão ao longo do curso.

Art. 9º No grupo “Pesquisa” se enquadram atividades de pesquisa ofertadas pela UFFS ou outras instituições, que podem ser realizadas através de participação em/publicação de:

- I - Programa de Educação Tutorial (PET);
- II - Projeto de iniciação científica como bolsista ou voluntário;
- III - Atividades regulares de projeto de pesquisa ou de grupo de pesquisa cadastrado no CNPq;
- IV - Evento científico com apresentação de trabalho oral ou pôster (10 (dez) horas por apresentação);



- V - Resumo em anais de evento científico (10 (dez) horas por publicação);
- VI - Texto completo em anais evento científico (20 (vinte) horas por publicação);
- VII - Trabalho científico em periódico científico indexado (30 (trinta) horas por publicação);
- VIII - Capítulo de livro (30 (trinta) horas por publicação);
- IX - Participação em banca de qualificação e/ou de defesa de TCC (10 (dez) horas por banca);
- X - Outras atividades de pesquisa, passíveis de avaliação.

Parágrafo único. Poderá ser aproveitada a carga total da atividade realizada, limitada ao máximo de 70 (setenta) horas de atividades de pesquisa ao longo do curso.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS E DOS PROCEDIMENTOS

PARA VALIDAÇÃO DAS ACCs

Art. 10 Compete à (ao) discente apresentar à Secretaria Acadêmica do *Campus* o pedido de validação de suas ACCs em formulário próprio, acompanhado dos documentos comprobatórios, respeitando os prazos definidos em calendário acadêmico da graduação e os procedimentos institucionais em vigor.

Parágrafo único. Compreende-se como documento comprobatório declaração e/ou certificado que ateste a atividade realizada e carga horária correspondente, e, em caso de publicação, uma cópia do original.

Art. 11 Cabe à Coordenação de Curso definir uma Comissão de Validação composta por, ao menos, duas (dois) docentes responsáveis por avaliar os pedidos, entre os quais o Coordenador de Extensão e Cultura do Curso, os quais emitirão parecer que embasará a validação das ACCs.

§ 1º A Comissão de Validação deverá se reunir ao menos uma vez por semestre para apreciação de pedidos e emissão de pareceres.

§ 1º A Comissão de Validação deverá se reunir ao menos uma vez por semestre para apreciação de pedidos e emissão de pareceres.

§ 2º A Coordenação de Curso fará os encaminhamentos de registro das ACCs nos históricos escolares dos discentes junto aos setores acadêmicos do *Campus*.



§ 3º Caso a (o) discente discorde do parecer de validação, poderá encaminhar recurso à Coordenação de Curso, que o encaminhará à Comissão de Validação para reavaliação.

§ 4º Em última instância, caberá ao Colegiado de Curso dirimir possíveis desacordos entre discente e Comissão de Validação.

Art. 12 Às ACCs não serão atribuídas nota e frequência e não serão consideradas para fins de cálculo do Índice Acadêmico Acumulado (IAA).

Art. 13 Atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar este Regulamento serão nulos, perdendo a (o) discente o direito de computar a carga horária referente à atividade submetida de forma irregular.

§ 1º A (ao) discente caberá o direito de recurso junto ao Colegiado de Curso.

§ 2º Caberá ao Colegiado de Curso analisar as denúncias e recursos quanto a possíveis irregularidades e emitir parecer conclusivo.

Art. 14 Os casos omissos neste regulamento serão analisados e dirimidos pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

Art. 15 Este regulamento entrará em vigor a partir da aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura.



APÊNDICE - CURSO DE PEDAGOGIA: ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

QUADRO DE VALIDAÇÃO DE CARGA-HORÁRIA DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Grupo	Carga-horária do Grupo		Atividades realizadas através de participação em:	Carga horária máxima da atividade
	Mínima	Máxima		
Ensino	0 h	70 h	I - Programa de Educação Tutorial (PET);	70h
			II - Projeto de monitoria;	70h
			III - Evento científico como ouvinte;	70h
			IV - Palestras, cursos e oficinas como ouvinte;	70h
			V - Viagem de estudo e/ou visita técnica não obrigatória;	70h
			VI - Curso de idiomas ou de informática;	70h
			VII - Estágio curricular não obrigatório;	70h
			VIII - Programa de Residência Pedagógica - PRP	70h
			IX - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID	70h
			X - Componente curricular isolado em curso de graduação;	70h
			XI - Participação em atividades de formação continuada junto aos sistemas de ensino;	70h
			XII - Produção de material didático;	70h
			XIII - Teste de língua inglesa TOEFL/ITP	70h
			XIV – Outras atividades de ensino, passíveis de avaliação.	70h
Extensão	45h	70h	I - Programa de Educação Tutorial (PET);	70h
			II - Projeto de extensão como bolsista ou voluntário;	70h
			III - Projeto de cultura como bolsista ou voluntário;	70h
			IV - Evento como ministrante de palestras, cursos e oficinas;	70h
			V - Comissão organizadora de evento que	70h



			envolva na área da Educação ou da Pedagogia	
			VI - Monitoria em eventos acadêmicos;	70h
			VII - Grupo artístico-cultural vinculado à UFFS,	70h
			VIII - Programa de intercâmbio institucional, nacional ou internacional;	70h
			IX – Atividades de Formação Continuada	70h
			X - Outras atividades de extensão, passíveis de avaliação.	70h
Gestão	0h	70h	I - Setor administrativo ou pedagógico do <i>Campus</i> Realeza, ou outro órgão público, como voluntário;	70h
			II - Em centro acadêmico e/ou diretório central de estudantes como membro eleito;	70h
			III - Colegiado de curso como representante estudantil;	70h
			IV - Conselho consultivo ou deliberativo da UFFS como representante estudantil;	70h
			V – Conselhos escolares, como membro	
			VI– Atividades de gestão escolar ou coordenação pedagógica;	70h
			VII – Coordenação de grupos de trabalho institucionalizados;	70h
			VIII – Conselho municipal, estadual ou federal na condição de membro eleito ou representante de categoria;	70h
			IX - Conselho ou diretoria de entidade de classe ou cooperativa como membro eleito;	70h
			X - Conselho ou diretoria de entidade sindical, de associações profissionais, de classe ou de cooperativa, como membro eleito;	70h
			XI - Conselho tutelar, como membro eleito;	70h
			XII - Classes hospitalares;	70h
			XIII - Instituições socioeducativas (CRAS e outros);	70h
			XVI – Atividades de Educação prisional;	70h
			XV - Escolas indígenas, de	70h



			assentamentos, de quilombolas;	
			XVI - Organizações Não-Governamentais;	70h
			XVII - Diretórios político-partidários, com membro eleito.	70h
			XVIII - Outras atividades de pesquisa, passíveis de avaliação.	70h
Pesquisa	0 h	70 h	I - Programa de Educação Tutorial (PET);	70h
			II - Projeto de iniciação científica como bolsista ou voluntário;	70h
			III - Atividades regulares de projeto de pesquisa ou de grupo de pesquisa cadastrado no CNPq;	70h
			IV – Evento científico com apresentação de trabalho oral ou pôster (10 (dez) horas por apresentação);	70h
			V - Resumo em anais de evento científico (10 (dez) horas por publicação);	70h
			VI - Texto completo em anais evento científico (20 (vinte) horas por publicação);	70h
			VII - Trabalho científico em periódico científico indexado (30 (trinta) horas por publicação);	70h
			VIII - Capítulo de livro (30 (trinta) horas por publicação);	70h
			IX - Participação em banca de qualificação e/ou de defesa de TCC (10 (dez) horas por banca);	70h
			X - Outras atividades de pesquisa, passíveis de avaliação.	70h



ANEXO III -

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Graduação em Pedagogia – Licenciatura da UFFS – *Campus* Realeza é o resultado de um processo de investigação individual que a (o) acadêmica (o) desenvolve a partir da identificação de um problema de pesquisa, sob a orientação de uma (um) professora (or)-orientadora (or) designada (o) pelo Colegiado de Curso, expresso na forma de trabalho monográfico ou de artigo científico, compreendido como atividade culminante do percurso formativo, vinculado ao perfil da (o) egressa (o) do Curso.

Art. 2º São objetivos do TCC:

I - Aprofundar estudos, observações e discussões desenvolvidas ao longo do percurso formativo a partir da problematização de uma temática específica;

II - Potencializar a capacidade investigativa, a autonomia intelectual e a responsabilidade ético-política;

III - Promover o mapeamento do estado da arte nas pesquisas em educação;

IV - Avaliar os conhecimentos teóricos e práticos essenciais às condições de qualificação do estudante, para o seu acesso ao exercício profissional;

V - Oportunizar o exercício da escrita de um texto sistemático, crítico e reflexivo articulado com o percurso formativo desenvolvido ao longo do curso;

VI - Estimular a produção de material didático-pedagógico;

VII - Estimular a formação continuada das (os) estudantes.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso é parte integrante do percurso curricular obrigatório, desenvolvido nos componentes de Pesquisa em Educação: Elaboração de Projeto e Trabalho de Conclusão de Curso, dedicados à elaboração de projeto de pesquisa, execução da pesquisa, elaboração de relatório e apresentação pública.



CAPÍTULO II

DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 4º O projeto de pesquisa será desenvolvido no CCR Pesquisa em Educação: Elaboração de Projeto, em conformidade com as normas éticas da pesquisa, as regras de formatação do Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS e as orientações definidas pelo Colegiado.

§1º Em sua abordagem, os projetos de pesquisa priorizarão aprofundamento de temas-problemas emergentes nos Seminários de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, vinculados aos respectivos eixos formativos.

§2º O tema do TCC é de livre-escolha da (o) estudante, observada à proximidade temática com os eixos formativos do Programa de ensino, pesquisa extensão e cultura e com as possibilidades do corpo docente do Curso.

§3º Excepcionalmente, a critério da (o) orientadora (or), o projeto de pesquisa poderá envolver o desenvolvimento de pesquisa empírica, atentando-se especialmente para os prazos requeridos para viabilização da pesquisa, incluindo eventual submissão ao comitê de ética.

Art. 5º A elaboração do projeto de pesquisa será acompanhada por uma (um) professora (or)-orientadora (or), envolvendo a delimitação do tema-problema, a organização textual e sua qualificação.

Art. 6º Os prazos para o desenvolvimento das atividades vinculadas à elaboração do projeto de pesquisa serão definidos pelo Colegiado e expressos no Plano de Ensino do CCR Pesquisa em Educação: Elaboração de Projeto.

Art. 7º A (o) estudante deverá apresentar o projeto de pesquisa ao final do CCR Pesquisa em Educação: Elaboração de Projeto, em Seminário de Qualificação organizado para este fim, com a presença da (o) orientadora (or) e três avaliadoras (es), definidos pela (o) orientadora (or) e orientada(o), conforme segue:.

I – uma (um) (01) docente e respectivo suplente, integrantes do quadro de professoras (es) do Curso de Pedagogia da UFFS, *Campus Realeza*.

II - uma (um) (01) docente integrante do quadro de professoras (es) da Educação Básica ou profissional que atua em outros espaços educativos vinculados ao perfil de formação do curso.

III - uma (um) (01) estudante do Curso de Graduação em Pedagogia – licenciatura, *Campus Realeza*.



§1º Sempre que possível, os integrantes da banca de qualificação integrarão a banca de avaliação do TCC da(o) estudante.

§2º Os critérios de avaliação serão definidos no Plano de Ensino do CCR.

Art. 8º Uma vez aprovado o projeto de pesquisa, a mudança de tema somente poderá ocorrer havendo concordância da (o) professora (or) orientadora (or) e da (do) coordenadora (or) do TCC, sendo requerida nova avaliação.

CAPÍTULO III

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:

DESENVOLVIMENTO E FINALIZAÇÃO DA PESQUISA

Art. 9º O TCC é Componente Curricular (CCR) obrigatório, ofertado na nona fase do Curso, com carga horária de 120 horas, dedicado à execução do projeto de pesquisa aprovado previamente e à sua defesa pública.

Art. 10 A apresentação do relatório de pesquisa será em formato de monografia ou de artigo científico, seguindo o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS e as orientações definidas pelo Colegiado de Curso explicitadas no Plano de Ensino.

Art. 11 A versão do texto monográfico ou do artigo científico destinada à avaliação da banca de defesa deverá ser entregue somente após as correções realizadas pela (o) professora (or) orientadora (or), encaminhada à (ao) coordenadora (or) do TCC, em formato digital, através da plataforma Moodle.

Art. 12 O trabalho monográfico ou artigo científico deverá ser apresentado e defendido em seminário público, planejado semestralmente pelo Colegiado de Curso, com banca de avaliação.

Art. 13 Cabe à (ao) coordenadora (or) do TCC encaminhar cópia digital da monografia para as (os) membras (es) da banca examinadora, no prazo de quinze dias antes da sua apresentação oral em Seminário Público.

Art. 14 Após a defesa e feitas as correções sugeridas pela banca, sob orientação da (o) professora (or) orientadora (or), a (o) estudante deverá entregar para a Coordenação de TCC a Ficha de Acompanhamento da (or) orientadora (or) com a indicação da carga horária de orientação, devidamente assinada pela (o) orientadora (or) e orientada (o).

Parágrafo único. O Colegiado de Curso definirá formulário de acompanhamento da (o) orientadora (or).



Art. 15 Finalizadas as correções sugeridas pela banca e procedida a análise destas pelo as (es) orientadora (or), a (o) estudante deverá encaminhar à Coordenação de Curso uma cópia digital da monografia ou artigo, com ficha catalográfica e termo de cessão de direitos autorais (UFFS), bem como declaração da (o) orientadora (or) relativa à correção textual.

Art. 16 A versão final da monografia deverá ser destinada à Biblioteca da UFFS, para catalogação e publicização em repositório institucional.

CAPÍTULO IV

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 17 A banca examinadora será definida pela (o) orientadora (or) e orientando e será composta pela (o) orientadora (or) e mais três avaliadoras (es), conforme segue:

I - uma (um) (01) docente e respectiva (o) suplente, integrantes do quadro de professoras (es) do Curso de Pedagogia da UFFS, *Campus Realeza*.

II - uma (um) (01) docente integrante do quadro de professoras (es) da Educação Básica ou profissional que atua em outros espaços educativos vinculados ao perfil de formação do curso.

III - uma (um) (01) estudante do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura do *Campus Realeza*.

Parágrafo único. Sempre que possível, os integrantes da banca de qualificação integrarão a banca de avaliação do TCC da (o) estudante.

Art. 18 Caberá à (ao) coordenadora (or) do TCC homologar a composição das bancas examinadoras e o agendamento das datas e horários das defesas públicas.

Parágrafo único. Em caso de recurso, caberá à (ao) coordenadora (or) de TCC encaminhar à (ao) professora (or) orientadora (or), que presidiu a banca, para análise da banca e emissão de parecer.

Art. 19 A banca examinadora avaliará a qualidade do trabalho escrito e a apresentação oral da (o) discente, tendo por critérios a clareza, a objetividade, a criticidade e a sistematicidade na apresentação da problemática, no desenvolvimento da exposição e na elaboração das conclusões.

Art. 20 O tempo de apresentação por discente será de, no mínimo, 10 minutos e, no



máximo, de 15 minutos para a qualificação do Projeto e, de 20 minutos e, no máximo, de 30 minutos para a defesa do texto monográfico ou artigo científico, sem interpelações por parte da banca examinadora e da audiência.

Art. 21 Após a apresentação do Trabalho de Conclusão pela(o) discente, segue-se a arguição da banca, com prazo máximo de 20 minutos, para cada membro, na qualificação do Projeto e, de 25 minutos, para cada membro na defesa da monografia.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO

Art. 22 Os instrumentos e pesos da avaliação dos CCRs de Pesquisa em Educação: Elaboração de Projeto e Trabalho de Conclusão de Curso serão determinados no Plano de Ensino semestral, aprovado pelo Colegiado de Curso.

§1º A defesa em banca de qualificação do projeto e a defesa final da monografia ou artigo científico é obrigatória e integrarão as avaliações dos respectivos CCRs.

§2º A (o) orientadora (or) deverá atribuir nota às (aos) suas (seus) orientadas (os) referente ao acompanhamento e elaboração do Projeto de Pesquisa e das atividades relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa, de acordo com determinado no Plano de Ensino dos respectivos CCRs.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I

Do professor responsável pelo CCR

Art. 23 A (o) professora (or) responsável pelo CCR é indicado pelo Colegiado de Curso entre as (os) docentes que atuam no Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da UFFS – *Campus Realeza*, e terá as seguintes atribuições:

I - Ser a (o) professora (or) responsável pelos CCRs Pesquisa em Educação: Elaboração



de Projeto e/ ou de Trabalho de Conclusão de Curso;

II - Comunicar as orientações e as normas de TCC às (aos) estudantes;

III - Proceder ao acolhimento das intenções de pesquisa e a alocação das orientações;

IV - Promover a assinatura do Termo de Compromisso de Orientação;

V - Encaminhar as solicitações de inclusão de coorientadora (or) e de alteração de orientadora (or) à apreciação do Colegiado de Curso;

VI - Apreciar as solicitações de alteração de projeto no decorrer do processo e dar os encaminhamentos requeridos;

VII - Acompanhar o cumprimento das atividades de elaboração do TCC junto às (aos) orientadoras (es);

VIII - Organizar os seminários de qualificação e de defesa oral, incluindo a agenda e a constituição das bancas de avaliação, em conformidade com o calendário acadêmico;

IX - Organizar com a Coordenação do Curso eventos para socialização de trabalhos de relevância social junto à comunidade regional.

Art. 24 A (o) professora (or) responsável pelo CCR integra o corpo docente do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da UFFS – *Campus Realeza*, sendo alocada a carga horária de 03 (três) créditos para o componente de Pesquisa em Educação: Elaboração de Projeto e 02 (dois) créditos para o componente de Trabalho de Conclusão de Curso;

Seção II

Da (o) professora (or)-orientadora (or)

Art. 25 A (o) professora (or)-orientadora (or) deverá integrar o corpo docente que atua no Curso de Pedagogia.

§1º São consideradas (os) docentes do Curso de Pedagogia aqueles que ministram CCRs no decorrer do Curso, inclusive aquelas (es) vinculadas (os) aos Acordos de Cooperação Técnica.

§2º Docentes que não atuam na UFFS e outros profissionais da educação poderão participar do processo de orientação na condição de co-orientadoras (es).

§3º As (os) docentes do Curso poderão orientar até 04 (quatro) estudantes por CCR (Pesquisa em Educação: Elaboração de Projeto e Trabalho de Conclusão de Curso;



Art. 26 Cabe à (ao) professora (or) - orientadora (or):

I - Orientar a (o) estudante em todas as etapas do processo de elaboração do projeto, de sua qualificação e da execução da pesquisa, elaboração do texto monográfico ou artigo científico e defesa pública, em vinculação com os respectivos CCRs;

II - Assegurar o cumprimento dos prazos no desenvolvimento das atividades;

III - Assinar Termo de Compromisso de Orientação e proceder à avaliação da (o) acadêmica (o) através da ficha de acompanhamento nos termos deste regulamento;

IV - Realizar as correções textuais que precedem à qualificação do projeto e à defesa pública do texto monográfico ou artigo científico, bem como aos ajustes textuais indicados pela banca examinadora;

V - Presidir a banca de defesa pública.

Parágrafo único. Os horários de orientação serão estabelecidos de comum acordo entre o professora (or)-orientadora (or) e a (o) estudante.

Art. 27 Caso haja interesse de alteração de orientadora (o), a (o) discente deverá encaminhar solicitação com justificativa à (ao) professora (o) do CCR para apreciação e deliberação do Colegiado de Curso, com prazo de 90 dias antes da data estabelecida para a entrega do TCC.

Seção III

Do Estudante

Art. 28 Cabe à (ao) estudante matriculada (o) nos componentes Pesquisa em Educação: Elaboração de Projeto e TCC realizar todas as atividades relacionadas à elaboração do projeto de pesquisa e sua qualificação, à execução da pesquisa e à sua defesa pública e finalização, nos termos estabelecidos por este regulamento.

Art. 29 No desenvolvimento das atividades vinculadas ao TCC, a (o) estudante deverá:

I - Manifestar sua intenção de pesquisa através de formulário próprio definido pelo Colegiado de Curso;

II - Assinar o Termo de Compromisso de Orientação, junto com o professora (or) orientadora (or), e entregar à (ao) coordenadora (or) de TCC;



III - Assinar a Ficha de Acompanhamento de Orientação, junto com a (o) professora (or) orientadora (or), e entregar à (ao) coordenadora (or) do TCC;

IV - Atender aos requisitos vinculados à qualificação do projeto de pesquisa e à defesa do trabalho final;

V - Proceder às correções textuais solicitadas pela (o) orientadora (or) e pela banca de avaliação;

VI - Respeitar os prazos estabelecidos para todas as etapas relacionadas à elaboração do projeto de pesquisa e à execução da pesquisa.

CAPÍTULO VII

DA DISPONIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 30 Deverá, obrigatoriamente, ser entregue à (ao) professora (or) responsável como documentação final do TCC, cópia digital do texto monográfico ou artigo científico corrigido conforme as recomendações da banca examinadora.

Art. 31 O Trabalho de Conclusão de Curso da UFFS deve, obrigatoriamente, integrar o Repositório Digital da UFFS, cabendo à (ao) própria (o) estudante apresentar a documentação exigida junto ao setor responsável da Biblioteca do *Campus*.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 Em caso de plágio, desde que comprovado, a (o) estudante estará sujeito ao regime disciplinar previsto em regulamentação específica da UFFS.

Parágrafo único. Constitui plágio o ato de assinar, reproduzir ou apresentar, como de autoria própria, partes ou a totalidade de obra intelectual de qualquer natureza (texto, música, pictórica, fotografia, audiovisual ou outra) de outrem, sem referir os créditos para o autor.



Art. 33 A versão final do texto, acompanhada do parecer da (o) orientadora (or) sobre o cumprimento dos ajustes requeridos, será entregue à (ao) Coordenadora (or) do TCC, que encaminhará o trabalho à Biblioteca do *Campus* para sua publicização.

Art. 34 Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Pedagogia – Licenciatura.

Art. 35 Este regulamento entra em vigor a partir da data da aprovação do PPC do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da UFFS - *Campus* Realeza.



APÊNDICE I

CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

TERMO DE COMPROMISSO DO A (O) ORIENTADORA (OR) PARA O PLANEJAMENTO

E A EXECUÇÃO DO TCC

Eu, _____ comprometo-me a orientar a
licencianda ou licenciando _____ no
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Realeza, ____ de _____ de _____.

Atenciosamente,

Assinatura da orientadora ou do orientador



APÊNDICE II

CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

REQUERIMENTO PARA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE

CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, _____ orientadora ou orientador
do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado

tendo
como orientanda ou
orientando _____,
_____.

requero à Coordenação do Curso de Pedagogia - Licenciatura – UFFS – *Campus Realeza*
- Paraná a designação da Banca Examinadora e da data para a apresentação do TCC.

Banca Examinadora:

	Nome	Instituição de Ensino
1		
2		
3		
4		

Datas sugeridas:



Atenciosamente,

Realeza, ____ de _____ de _____.

Assinatura da(o) orientadora(or)

Assinatura da(o) licencianda(o)